



CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
AREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE

KAROLINA DE ABREU

**DE CLARA DOS ANJOS A EUNICE E MABEL: UM OLHAR DECOLONIAL PARA O
PROTAGONISMO NEGRO FEMININO EM LIMA BARRETO E ELIANA ALVES CRUZ**

CASCADEL

2025

KAROLINA DE ABREU

**DE CLARA DOS ANJOS A EUNICE E MABEL: UM OLHAR DECOLONIAL PARA O
PROTAGONISMO NEGRO FEMININO EM LIMA BARRETO E ELIANA ALVES CRUZ**

Dissertação apresentada à
Universidade Estadual do Oeste do
Paraná – UNIOESTE – para
obtenção do título de Mestre em
Letras, junto ao Programa de Pós-
Graduação Stricto Sensu em Letras,
nível de Mestrado e Doutorado – área
de concentração Linguagem e
Sociedade.

Linha de Pesquisa: Literatura,
Memória, Cultura e Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Leites
Junior

CASCADEL

2025

DE ABREU, KAROLINA

DE CLARA DOS ANJOS A EUNICE E MABEL: UM OLHAR DECOLONIAL
PARA O PROTAGONISMO NEGRO FEMININO EM LIMA BARRETO E ELIANA
ALVES CRUZ / KAROLINA DE ABREU; orientador Pedro Leites
Junior. -- Cascavel, 2025.
152 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.

1. Protagonismo Negro Feminino. 2. Lima Barreto. 3. Eliana
Alves Cruz. 4. Decolonialidade. I. Leites Junior, Pedro,
orient. II. Título.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE I: AS VOZES NÃO AUTORIZADAS DE LIMA BARRETO E ELIANA ALVES CRUZ: UM VISLUMBRE DA ATITUDE DECOLONIAL	25
1 DECOLONIALIDADE E LITERATURA: A VOZ DAQUELES QUE TRANSGRIDEM.....	25
2 A FACE OBSCURA DA MODERNIDADE: COLONIALIDADE DO PODER, SER E SABER.....	33
3 COLONIALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: A NECESSIDADE DE ENXERGAR A AUSÊNCIA SOCIAL DA MULHER NEGRA.....	38
4 ESCRIVÊNCIA E DORORIDADE: A POTÊNCIA DA COLETIVIDADE NA NARRATIVA DA MULHER NEGRA NA LITERATURA.....	44
PARTE II: EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSQUITO, MAS NÃO CABEM RISOS E SORRISOS	47
1 DESUMANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE LIMA BARRETO COMO ESPAÇO DE INSUBMISSÃO.....	47
2 COLONIALIDADE, SEGREGAÇÃO E APOROFOBIA: A VIDA SUBURBANA EM CLARA DOS ANJOS.....	51
3 O SABER COMO INSTRUMENTO DE PODER: EDUCAÇÃO, RAÇA E PODER NA CONSTRUÇÃO DOS PERSONAGENS BARRETIANOS.....	58
4 ENTRE SILÊNCIOS E SONHOS: A INVISIBILIDADE FEMININA NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	64
5 PEQUENA ALMA DE RAPARIGA POBRE E DE COR: AS INTERSECÇÕES ENTRE RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO ROMANCE DE LIMA BARRETO.....	69
6 A COLONIALIDADE DO SER E LUTA POR ACEITAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA DOS ANJOS.....	75
7 CLARA DOS ANJOS: UM RETRATO DA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA.....	80
PARTE III: NÃO SOMOS NADA NESTA VIDA: DIÁLOGOS LITERÁRIOS ENTRE CLARA, EUNICE E MABEL	85
1 ENTRE A MARGINALIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA: PROTAGONISMO NEGRO FEMININO E A DESESTABILIZAÇÃO DOS PADRÕES COLONIAIS EM CLARA DOS ANJOS E SOLITÁRIA.....	85
2 VOZES MARGINALIZADAS E RESSIGNIFICADAS: A CONSTITUIÇÃO NARRATIVA DA NEGRITUDE EM BARRETO E CRUZ.....	90
3 ENTRE A PORTA DOS FUNDOS E O SUBÚRBIO: A HIERÁRQUIA ESPACIAL DA COLONIALIDADE.....	94
4 O EPISTEMICÍDIO COMO MECANISMO DA COLONIALIDADE: A LUTA PELO SABER E PELO PODER NAS NARRATIVAS DE LIMA BARRETO E ELIANA ALVES CRUZ.....	100
5 A MUTILAÇÃO DA SUBJETIVIDADE: A COLONIALIDADE DO SER NAS VIVÊNCIAS NEGRAS EM CLARA DOS ANJOS E SOLITÁRIA.....	109
6 CLARA, EUNICE E MABEL: ECOS INTERSECCIONAIS DE SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA.....	113
7 DO ISOLAMENTO À RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA NEGRITUDE FEMININA NA OBRA DE LIMA BARRETO E NA ESCRIVÊNCIA DE ELIANA ALVES CRUZ.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS	149

KAROLINA DE ABREU

De Clara dos Anjos Eunice e Mabel: Um Olhar Decolonial Para o Protagonismo Negro Feminino em Lima Barreto e Eliana Alves Cruz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Literatura, memória, cultura e ensino, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO LEITES JUNIOR**
Data: 26/02/2025 15:53:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador(a) - Pedro Leites Junior

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE/IFPR)

Documento assinado digitalmente
 **CELINA DE OLIVEIRA BARBOSA GOMES**
Data: 26/02/2025 20:23:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Celina de Oliveira Barbosa Gomes

Instituto Federal do Paraná - Campus Assis Chateaubriand (IFPR)

Documento assinado digitalmente
 **LOURDES KAMINSKI ALVES**
Data: 08/03/2025 00:34:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lourdes Kaminski Alves

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Documento assinado digitalmente
 **WAGNER DE SOUZA**
Data: 14/03/2025 13:31:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Wagner de Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 25 de fevereiro de 2025

AGRADECIMENTOS

Ponderar sobre a trajetória de pesquisa aqui desenvolvida evolve, principalmente, relembrar diversas vozes e existências que, direta ou indiretamente, ecoaram como fontes de apoio, inspiração e construção ao longo deste percurso. Desenvolver o presente trabalho apenas foi possível graças a todos os envolvidos na existência do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) que, além de proporcionar um espaço de reflexão acadêmica, crítica e engajada, também representa um ambiente de acolhimento. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) também foi fundamental ao viabilizar a bolsa de estudos, que possibilitou o suporte financeiro necessário para uma dedicação integral ao trabalho acadêmico,

Pesquisar sobre o protagonismo negro feminino representado em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) é uma experiência transformadora e conscientizadora que se tornou possível graças ao Prof. Dr. Wagner, que me introduziu ao universo da pesquisa científica durante a orientação do meu Trabalho de Conclusão de Curso em 2021. Sob sua orientação, fui conduzida a investigar a representação do negro na produção literária de Lima Barreto, o que despertou meu interesse pelas questões decoloniais e pela análise crítica das relações entre raça, gênero e literatura.

Dando continuidade a esse percurso, o desenvolvimento deste trabalho se deve à orientação indispensável do Prof. Dr. Pedro que, com escuta atenta e acolhedora, permitiu que minhas ideias e inquietações se transformassem em reflexões mais coesas e estruturadas. Agradeço imensamente por, além de me direcionar no percurso reflexivo com suas sugestões e questionamentos, também ter me acalmado nos momentos de ansiedade e insegurança. Sou profundamente grata também pelo tempo que dedicou à leitura do texto, incluindo os finais de semana, sempre com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho, demonstrando seu compromisso e generosidade com minha formação acadêmica. O seu olhar atento e generoso, bem como suas ideias e sugestões sempre pertinentes foram cruciais para a consolidação do presente trabalho e para o meu amadurecimento enquanto pesquisadora.

Agradeço também às professoras Dras. Lourdes e Celina, cujas contribuições foram essenciais no Seminário de Dissertação e no Exame de Qualificação, etapas que antecederam a defesa deste trabalho. Seus olhares gentis e atenciosos, aliados a suas sugestões relevantes e oportunas de bibliografias e abordagens, enriqueceram significativamente o desenvolvimento da pesquisa. A generosidade em compartilhar seus conhecimentos e a disposição para contribuir com sua experiência foram fundamentais para aprimorar a trajetória reflexiva aqui desenvolvida, e sou muito grata por cada partilha feita ao longo desse processo.

Ainda devo a minha sincera gratidão aos meus pais, Benedito e Marli, e ao meu noivo, Lucas, pelo apoio incondicional em todos os momentos dessa jornada. Além de ouvirem meus

longos monólogos de empolgação com a pesquisa, foram fontes constantes de apoio emocional, amor e acolhimento, sempre me incentivando a seguir em frente e me oferecendo amparo nos momentos de hesitação. Meu pai e meu noivo, com generosidade e paciência, se alternavam para me acompanhar nas viagens à Cascavel, quando havia aulas das disciplinas obrigatórias e optativas, abrindo mão de suas próprias demandas pessoais para me apoiar. Minha mãe, com sua sensibilidade única, sempre esteve atenta, oferecendo acolhimento nos momentos em que nem eu sabia que precisava de ajuda.

Embora o ato da escrita seja, por vezes, solitário, também devo minha gratidão aos amigos e companheiros, tanto aqueles que encontrei na Universidade quanto os que conheci fora dela, que estiveram presentes em minha vida ao longo desse percurso. Foram muitas as partilhas realizadas em conversas desprentensiosas que despertaram novas perspectivas e trouxeram ideias fundamentais para o desenvolvimento analítico da pesquisa. A troca de experiências e o compartilhamento de dúvidas e descobertas tornaram esse processo mais leve e representaram um importante ponto de suporte. A todos que, de alguma forma, contribuíram com palavras, diálogos, sugestões bibliográficas ou gestos de apoio, registro aqui meu agradecimento

Ao refletir sobre a trajetória percorrida e todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, compreendo que todas essas vozes e presenças impregnaram, de certa maneira, a tecitura do percurso reflexivo desenvolvido. Cada sugestão, acolhimento e troca de ideias contribuíram para a pesquisa e permitiram que ela tomasse novas formas e sentidos. Desse modo, entendo que este não é um projeto acabado, mas uma reflexão em movimento, que busca contribuir para o entendimento das representações literárias da mulher negra e suas intersecções perante as dinâmicas sociais, tal como sua relação com as perspectivas decoloniais. Espero que, ao ecoar em futuras discussões e investigações, esse trabalho possa suscitar novas inquietações, reflexões e, acima de tudo, continuar alimentando o debate sobre o protagonismo negro feminino na literatura e o seu potencial de desestabilização diante das estruturas coloniais que ainda engendram o campo literário nacional.

Acontece que existem prisões e prisões, mas existe
uma que não tem nenhuma grade e nenhuma parede.
(Eliaana Alves Cruz, 2022, p. 130)

RESUMO

Esta pesquisa desenvolve um estudo comparativo sobre a construção do protagonismo negro feminino nos romances *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto ([1924] 2012) e *Solitária*, de Eliana Alves Cruz (2022), com foco nas intersecções entre raça, gênero e classe, considerando como essas dimensões estruturam as vivências das protagonistas. As obras são analisadas sob uma perspectiva decolonial, destacando como as personagens femininas negras são elaboradas literariamente e como suas experiências se relacionam com os efeitos da colonialidade. Almeja-se, assim, compreender como a construção do protagonismo negro feminino feita nos textos contribui para as discussões sobre a representação literária da mulher negra no Brasil sob uma perspectiva decolonial, uma vez que as obras apresentam a negritude feminina não somente como uma característica física, mas como uma dimensão social que expõe a crítica aos preconceitos enfrentados pelas personagens e destacam a sua resistência frente à colonialidade, apontando para caminhos de reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder que as envolvem. Para tanto, o estudo, de caráter qualitativo-interpretativista, baseia-se em teorias de Anibal Quijano (2005), Antônio Candido (2006), Thomas Bonnici (2012), Regina Dalcastagnè (2017), Walter Mignolo (2017), Nelson Maldonado-Torres (2018), Conceição Evaristo (2020), Françoise Vergès (2020), Lélia Gonzalez (2020), Maria Lugones (2020) para explorar as relações de poder na modernidade/colonialidade e sua representação na literatura. A metodologia também se apoia nos estudos comparados, conforme os postulados de Tania Carvalhal (2006a) e Eduardo Coutinho (2017), considerando as dimensões históricas, sociais e culturais que moldam as obras. Para tanto, leva-se em conta a inserção das obras literárias supracitadas, que constituem o corpus da pesquisa, nos contextos latino-americano e, mais especificamente, brasileiro. Nesse sentido, ao investigar a intertextualidade entre as narrativas, identifica-se como a colonialidade afeta as mulheres negras, comparando as diferentes construções de identidade racial nas obras, tanto no contexto da Primeira República quanto na contemporaneidade. Os resultados apontam para uma convergência nas duas obras em relação à denúncia das dinâmicas de exclusão social e à importância do autoconhecimento crítico da identidade racial. Contudo, as narrativas de Barreto (2012) e Cruz (2022) se diferenciam em suas abordagens: enquanto Barreto (2012) adota uma perspectiva analítica e distanciada para revelar as opressões estruturais, Cruz (2022) insere uma dimensão subjetiva e de vivência crítica mais próxima das experiências compartilhadas das mulheres negras. Dessa forma, elucida-se que as duas obras denunciam a ação das estruturas coloniais de opressão que marginalizam socialmente a negritude feminina de modo que também apontam para formas de resistência, utilizando a literatura como uma ferramenta de transgressão e ressignificação.

Palavras-chave: Protagonismo Negro Feminino. Lima Barreto. Eliana Alves Cruz. Decolonialidade. Literatura Negro-Brasileira.

ABSTRACT

This research develops a comparative study on the construction of Black female protagonism in the novels *Clara dos Anjos* by Lima Barreto ([1924] 2012) and *Solitária* by Eliana Alves Cruz (2022), focusing on the intersections of race, gender, and class, and considering how these dimensions structure the protagonists' experiences. Analyzed from a decolonial perspective, the works highlight how Black female characters are literarily crafted and how their experiences relate to the effects of coloniality. The study seeks to understand how the construction of Black female protagonism in these texts contributes to discussions about the literary representation of Black women in Brazil from a decolonial perspective, as the novels present Blackness not merely as a physical trait but as a social dimension critiquing the prejudices faced by the characters and emphasizing their resistance to coloniality, while fostering critical reflections on the power dynamics surrounding them. This qualitative-interpretative research draws on the theories of Anibal Quijano (2005), Antônio Candido (2006), Thomas Bonnici (2012), Regina Dalcastagnè (2017), Walter Mignolo (2017), Nelson Maldonado-Torres (2018), Conceição Evaristo (2020), Françoise Vergès (2020), Lélia Gonzalez (2020), and Maria Lugones (2020) to explore power relations within modernity/coloniality and their representation in literature. The methodology also relies on comparative studies, based on the principles of Tania Carvalhal (2006a) and Eduardo Coutinho (2017), considering the historical, social, and cultural dimensions shaping the works. By examining the intertextuality between the narratives, the study identifies how coloniality affects Black women and compares the constructions of racial identity in the novels, both in the context of the First Brazilian Republic and contemporary times. The findings reveal a convergence in the critique of social exclusion dynamics and the importance of critical self-awareness of racial identity. However, the works diverge in their approaches: Barreto (2012) employs an analytical and detached perspective to expose structural oppression, while Cruz (2022) incorporates a subjective and experiential dimension, closer to the shared experiences of Black women. Both novels denounce colonial structures of oppression that marginalize Black femininity while also pointing to forms of resistance, using literature as a tool for transgression and re-signification.

Keywords: Black Female Protagonism. Lima Barreto. Eliana Alves Cruz. Decoloniality. Black Brazilian Literature.

INTRODUÇÃO

Clara dos Anjos (Barreto, [1924] 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), obras selecionadas como *corpus* desta pesquisa, são romances da Literatura Brasileira que, embora produzidos em períodos históricos diferentes, configuram-se como narrativas em confluência no que se refere a aspectos flagrantes e de grande relevância para a Literatura nacional. Nesse sentido, é possível o olhar para a relação entre as obras como de diálogo intertextual, ainda que não haja um movimento de releitura direta de uma com relação à outra. A primeira obra citada, que foi escrita por Lima Barreto e publicada, postumamente, pela primeira vez entre 1923 e 1924, em formato de folhetim, tem como cenário o Rio de Janeiro do período da Primeira República e retrata as desventuras enfrentadas pela protagonista Clara, uma jovem afrodescendente e suburbana que foi iludida por um conquistador e abandonada grávida. Já o romance *Solitária*, de autoria de Eliana Alves Cruz, publicado em 2022, é contextualizado em um Brasil contemporâneo e narra as vivências de Eunice e Mabel, respectivamente mãe e filha, descritas como mulheres negras e socialmente desfavorecidas que habitam o quarto reversível da residência de uma família burguesa para a qual Eunice trabalhava como empregada doméstica.

Ambas as produções literárias tematizam as experiências sociais da negritude feminina brasileira de forma a denunciar as dificuldades e enfrentamentos experienciados por esse grupo social. A sociedade brasileira representada em tais romances, em que mulheres negras como Clara, Eunice e Mabel sofrem preconceito, silenciamento e marginalização, ilustra a denúncia de que, mesmo a abolição da escravidão no Brasil tendo acontecido formalmente em 13 de maio de 1888, quando a Princesa Izabel assinou a Lei Áurea, isso não significou que a vida dos afrodescendentes tenha se tornado mais fácil, pois os ex-escravizados continuaram sendo vistos como seres inferiores. Clóvis Moura (1989, p. 64) descreve que a cidadania concedida à população negra era apenas “[...]um símbolo habilmente elaborado pelas classes dominantes para que os mecanismos repressivos tivessem possibilidades de elaborar uma estratégia capaz de colocá-lo emparedado num imobilismo social que dura até os nossos dias”; assim, a moral e a ética das relações sociais não se aplicavam ao tratamento direcionado a eles, que continuaram à margem da sociedade.

Seguindo esse viés, e no que diz respeito às relações de poder estabelecidas no colonialismo, Enrique Dussel (1993) descreve que, durante o processo de colonização das Américas, a Europa se auto-interpretou como centro da humanidade e impôs seus valores como universais:

A Europa tornou as outras culturas, mundos, pessoas em objeto: lançado (-jacere) diante (ob-) de seus olhos. O “coberto” foi “des-coberto”: ego cogito cogitatum, europeizado, mas imediatamente ‘en-coberto’ como Outro. O outro constituído como o Si-mesmo. O ego moderno “nasce” nesta autoconstituição

perante as outras regiões dominadas (Dussel, 1993, p. 36).

A partir da perspectiva apresentada por Dussel (1993), chega-se ao entendimento de que no período colonial as relações hierárquicas de poder e opressão entre colonizadores e colonizados se constituíram através da auto-afirmação do europeu como único sujeito pensante e racional, enquanto as culturas colonizadas foram relegadas à condição de objetos, pois, na visão europeia, os povos colonizados eram tidos como “irracionais (sic) e bestiais” (Dussel, 1993, p. 36) por causa de seus valores epistemológicos, que se diferenciavam da cultura colonizadora.

Seguindo essa lógica de poder apresentada por Enrique Dussel (1993), entende-se que o conceito de "raça"¹ foi central para fundamentar a dominação colonial. A Europa, ao se auto-interpretar como o centro da civilização e do conhecimento, estabeleceu uma hierarquia entre colonizadores e colonizados, em que as diferenças sociais, culturais e fenotípicas foram reinterpretadas sob o viés da inferioridade racial. Nesse sentido, Raymond Williams (2007) apresenta o conceito de “raça” como uma construção social em que o significado evoluiu ao longo do tempo. Ele destaca que, embora "raça" tenha sido originalmente utilizada para descrever grupos de seres com características físicas comuns, o termo foi progressivamente associado a classificações sociais, políticas e culturais. Williams (2007) observa que, no século XIX, tal conceito, associado a ideologias como o darwinismo social e a eugênia, foi amplamente utilizado para justificar hierarquias sociais e sistemas de dominação. Vale frisar que direcionamentos ideológicos como esses assumiram, não obstante, em dado momento, status de discurso intelectual e mesmo científico em sociedades - coloniais - em que o método científico ganhava relevância. Assim, o conceito de "raça", associado a ideologias como o darwinismo social e a eugenia, justificava a ideia de que uma raça era superior à outra com base em argumentos que hoje podem ser tomados como pseudocientíficos.

Compartilhando dessa perspectiva, Achille Mbembe (2014) concebe a conceituação de "negro"² como parte do processo de racialização e desumanização imposto durante o colonialismo. Para Mbembe (2014), a noção de "negro" emerge dentro desse contexto colonial, em que a raça se torna uma ferramenta central de controle e exploração. Ele argumenta que "negro" foi construído pelos colonizadores como uma categoria ontologicamente inferior, um "outro" sem humanidade plena, cujo valor era reduzido ao trabalho e à mercadoria. Nesse sentido, Achille Mbembe (2014), ao afirmar que “[...] é preciso procurar a universalidade do nome negro, não do lado da repetição, mas do lado da diferença racial” (p. 268), suscita uma visão crítica do conceito

¹ De acordo com a definição apresentada por Antônio Geraldo da Cunha (2010), no *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa*, o termo "raça" designa um conjunto de indivíduos com características somáticas semelhantes, transmitidas hereditariamente, e sua origem etimológica vem do italiano "razza", derivado do latim "ratĭo".

² Segundo Cunha (2010), o termo “negro”, na língua portuguesa, deriva etimologicamente do latim “niger”.

de “negro” como dinâmico e em movimento. Para ele, o sujeito negro não deve ser visto apenas como uma identidade fixa, moldada exclusivamente pela opressão e exploração, mas como uma figura que, ao atravessar a dor e a estranheza impostas pela colonização, se reinventa e se projeta além das limitações da subjugação.

Dessa forma, retomando a proposição de Moura (1989) de que, após a abolição, a liberdade concedida aos ex-escravizados era meramente simbólica, sugere-se que os valores hierárquicos estabelecidos durante a colonização e que colocavam o colonizador europeu em uma posição de superioridade, tal como descrito por Dussel (1993), continuaram engendrados na vida social. Assim, a população negra tinha as necessidades para uma vida digna silenciadas e precisava enfrentar inúmeras barreiras para alcançar uma mínima ascensão social. Em relação às mulheres negras, as barreiras eram ainda mais sólidas e insuperáveis, ao menos naquele momento histórico: o machismo engendrado na sociedade brasileira já privava a população feminina de forma geral do acesso a diversos ambientes sociais, como ao mercado de trabalho e à educação; entretanto, enquanto as mulheres brancas eram destinadas ao casamento, as mulheres negras enfrentavam a objetificação e sexualização extrema de seus corpos, sendo vistas, nos termos de Gilberto Freyre (2003), como pertencentes à cama e à cozinha.

Considerando a persistência de tais ideologias eurocêntricas e hegemônicas, que seguem influenciando estruturas sociais e perpetuando desigualdades, mesmo tendo se passado mais de 100 anos desde a abolição da escravidão e a independência do Brasil, a população afrodescendente ainda é alvo de preconceito, exclusão e silenciamento na contemporaneidade. Pautando a posição ocupada pelas pessoas negras no país, Lélia Gonzalez (1984) denuncia que:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzalez, 1984, p. 232).

Nessa perspectiva, Kabengele Munanga (1999) postula que o mito da democracia racial, que se baseia na ideia de miscigenação biológica e cultural entre as três raças originais, é profundamente enraizado na sociedade brasileira, promovendo a ideia de convivência harmoniosa entre pessoas de diferentes classes sociais e grupos étnicos, o que permite às elites dominantes ocultar as desigualdades e impede que os membros das comunidades não brancas reconheçam os

sutis mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade. Em suma, segundo o autor, esse mito mascara os conflitos raciais, promovendo uma identidade nacional unificada para todos os brasileiros, enquanto suprime a consciência das comunidades marginalizadas sobre suas próprias características culturais e identitárias.

Ao encontro de tal perspectiva, Susana Castro (2020) descreve que o racismo na contemporaneidade possui uma fundamentação epistêmica, pois se manifesta na forma como o conhecimento é produzido, classificando e hierarquizando os seres humanos a partir de um ideal eurocêntrico de humanidade:

Desde a perspectiva decolonial, o racismo das sociedades contemporâneas não é biológico, mas sim epistêmico, sua raiz está no poder de quem controla a produção de conhecimento, o poder de classificar e hierarquizar os seres humanos a partir de um ideal supostamente neutro de humanidade, mas na verdade eurocêntrico. O padrão de conhecimento científico inaugurado na modernidade a partir da noção de "sujeito" como fundamento do conhecimento estipula uma noção de humanidade baseada em um modelo de sociedade, pensamento e religião eurocêntricos (Castro, 2020, p. 151).

Compreende-se, dessa forma, que as ideologias racistas impostas pelos colonizadores como estratégia de dominação ainda se fazem presentes no cerne da sociedade brasileira atual, dado que a classe burguesa e dominante ainda é majoritariamente branca e impõe os valores eurocêntricos como um ideal a ser seguido. Assim, o padrão de conhecimento científico estabelecido na modernidade, com o "sujeito" como fundamento do conhecimento, fomenta uma noção de humanidade baseada em modelos eurocêntricos de sociedade, pensamento e religião.

Não obstante, ao pensar no local social que as mulheres negras brasileiras ocupam atualmente, Gonzalez (2020) discorre que a articulação do racismo e do sexismo produzem “efeitos violentos” (Gonzalez, 2020, p. 68) sobre elas. A autora denuncia que a população feminina afrodescendente é subjugada a uma visão hiper sexualizada sob o estereótipo de “mulata” e que, em grande parte dos casos, ainda exerce, nas residências burguesas, as funções que, durante o período colonial, eram de responsabilidade da “mucama”, mas sob a denominação de “doméstica”. A mulher negra é condicionada, assim, a uma posição crítica de marginalização em uma sociedade racista e patriarcal como a brasileira, pois, conforme Djamilia Ribeiro (2017) postula, ela se constitui de uma “uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade” (p. 27). Sendo alvo da violência incitada não só pelas ideologias racistas, mas também sexistas, a população afrodescendente feminina é frequentemente associada ao estereótipo de objeto sexual e de servidão doméstica herdados do período colonial.

Em consonância a tais perspectivas, Sueli Carneiro (2005) descreve que a exploração colonial perpetrada pelos colonizadores brancos contra mulheres negras e indígenas, assim como a

consequente miscigenação, são os fundamentos sobre os quais todas as construções da nossa identidade nacional foram erguidas. Segundo Carneiro (2005), isso moldou profundamente o mito da democracia racial na América Latina, particularmente no Brasil, levando-o às suas conclusões mais extremas. Subentende-se, assim, que o mito da democracia racial se configura como uma construção que encobre também as desigualdades e violências históricas enfrentadas por mulheres negras e indígenas.

Dado o contexto apresentado, é escusado afirmar que as obras literárias, como produtos culturais e sociais, frequentemente retratam as personagens femininas negras de forma estereotipada e pejorativa. Segundo Conceição Evaristo (2005a), a Literatura Brasileira, desde suas origens até os dias atuais, se a considerarmos em sua unidade metodológica e histórica a partir da chegada dos portugueses, sustenta um discurso que insiste em estabelecer uma visão negativa da mulher negra. Ademais, considere-se que, conforme já apresentado anteriormente, ainda há no Brasil uma “divisão racial do espaço” (Gonzalez, 1984, p. 232): a representação da mulher negra nos textos literários geralmente é moldada pela perspectiva de autores brancos e do gênero masculino, que ainda são maioria, reproduzindo, assim, estereótipos alinhados ao sexismo e à hegemonia.

Em relação à representação de minorias sociais no cenário literário brasileiro, Regina Dalcastagnè (2017, p. 20) reflete que “o silêncio dos marginalizados é coberto por vozes que se sobrepõem a eles, vozes que buscam falar em nome deles, mas também, por vezes, é quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes”. Em confluência a isso, Carneiro (2005) concebe que o silenciamento das vozes dos povos subjugados à colonização e dos seus descendentes não se limita apenas à negação e descredibilização do conhecimento produzido por eles, pois, nos termos da autora, o epistemicídio promovido pelos colonizadores representa um processo contínuo de empobrecimento cultural, que se manifesta também por meio da privação do acesso à educação de qualidade, da subestimação intelectual, e de várias formas de deslegitimação do negro como produtor e detentor de conhecimento. Logo, é possível inferir que o silenciamento das vozes de autores e autoras afrodescendentes no Brasil se dá pela imposição de uma hegemonia cultural que enaltece a produção artística e cultural dos países colonizadores e de autores que se alinham a tais ideologias como superiores, enquanto relega a produção daqueles que buscam romper com essa episteme a um segundo plano.

Dessa forma, levando em conta que Lima Barreto e Eliana Alves Cruz são autores brasileiros negros, é possível entender que, ao escreverem os romances citados anteriormente tematizando as vivências da negritude feminina, rompem com o silenciamento a que a população negra brasileira é condicionada socialmente e que fundamenta a tradição estereotipada e pejorativa

da representação da mulher negra na Literatura Brasileira. Assim, propõe-se aqui o estudo interpretativo da representação literária negra feminina nos romances *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) em uma perspectiva comparativa. Para tanto, tendo em vista que as personagens que protagonizam tais obras, bem como os seus autores, possuem sua ancestralidade e condição social marcada pela imigração forçada dos povos africanos que foram escravizados pelos colonizadores europeus durante a subjugação das Américas, é fundamental considerar como a diáspora africana e o processo de colonização e escravização a que os indígenas e afrodescendentes foram submetidos influenciam a forma como a negritude brasileira é lida socialmente e representada na Literatura nacional.

A diáspora é caracterizada por Roland Walter (2011, p. 11) como um conceito que diz respeito a “um grupo de pessoas, um estado histórico do *Dasein*³, um entre-lugar geográfico e temporal”. Compreende-se, a partir de tal viés, que a população africana que foi arrancada de seus territórios e transportada para as Américas foi submetida a um processo de desenraizamento cultural e social, sendo forçada a adaptar-se a um novo ambiente e a uma nova forma de vida. Esse processo de diáspora e colonização moldou profundamente a identidade e a condição social da população negra nas Américas, incluindo o Brasil, onde a escravidão foi uma instituição central por mais de três séculos. É possível apreender, então, que os afrodescendentes brasileiros vivenciam o que Walter (2011) nomeia como “existência diaspórica”, que, nos termos do autor, tem como característica a desterritorialização e a “reterritorialização” (Walter, 2011, p. 11), condição em que ocorre uma tensão velada entre a vida no ambiente social em que se foi inserido e a terra natal.

Seguindo uma linha de pensamento análoga à de Walter (2011), Thomas Bonnici (2012) aponta para a intrínseca relação entre cultura, tradição e língua, descrevendo que a identidade é indissociável da tradição e da língua, sendo que a do sujeito diaspórico se constrói a partir do deslocamento, pois, ainda que seja impossível transformar o novo território no território original, é possível que o novo ambiente exerça influência sobre o sujeito deslocado ou que esse sujeito interaja com o novo território produzindo forças regenerativas para a construção de comunidades diaspóricas e proporcionando o nascimento de uma nova identidade. Partindo das concepções do teórico, é possível compreender que as obras de Lima Barreto (2012) e Eliana Alves Cruz (2022), tomadas como produções literárias de autoria negra, podem ser entendidas como manifestações do deslocamento que estrutura a identidade dos sujeitos diaspóricos, pois

³ *Dasein* é um termo alemão, frequentemente, utilizado pelo filósofo Martin Heidegger (2015) para descrever o modo de ser humano. A partir das premissas estabelecidas pelo autor, o conceito de *Dasein*, traduzido pela edição brasileira de *Ser e Tempo* (Heidegger, 2015) como “presença”, refere-se ao ente que, no ato de existir, revela o Ser e sua própria condição existencial, sendo aquele para quem o Ser se mostra, des-cobrimdo sua própria essência e a essência das coisas ao seu redor.

seus autores pertencem a uma comunidade diaspórica e suas obras refletem as experiências e vivências desse grupo social.

Ademais, Bonnici (2012) também concebe que o deslocamento estruturante da identidade do sujeito diaspórico pode ocorrer a partir da influência do novo território sobre ele ou da interação entre ambos. Em vista disso, ainda se baseando nas proposições do autor, entende-se que tal interação entre o sujeito diaspórico e o novo território resulta na produção de uma nova identidade. Assim, nota-se que *Clara dos Anjos* (2012) e *Solitária* (2022), ao trazerem à tona de forma crítica reflexões acerca das experiências diaspóricas e da negritude feminina, não são fruto apenas das influências da sociedade brasileira pós-colonial sobre quem as produziu, mas sim da interação entre sujeitos afro-diaspóricos com o contexto social em que estão inseridos.

O romance *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), produzido e ambientado durante o período da Primeira República, tem como personagem principal Clara, uma jovem mulher negra, habitante do subúrbio do Rio de Janeiro, que sente na pele a objetificação do seu corpo, sendo vítima de Cassi Jones, um rapaz branco e também suburbano que, conforme é descrito na narrativa, seduzia jovens pobres, frequentemente negras, e as abandonava depois que se entregavam a ele. Por meio de uma descrição detalhada do subúrbio carioca em que a família de Clara e outros personagens negros habitavam, a região mais precária do subúrbio, enquanto a família de Cassi estava instalada em uma região suburbana mais “elegante”, Lima Barreto traz à tona a denúncia de que, mesmo após a abolição, no início do século XX, a população negra continuava sendo subjugada e marginalizada socialmente. Lilia Moritz Schwarcz (2017) discorre que, no romance, Barreto (2012) dimensiona “fronteiras criadas internamente a partir da cor social. Não a cor biológica e mais imediatamente apreensível; mas a cor como construção social, como forma de diferenciar grupos de maneira hierárquica e comparativa” (p. 131). Subentende-se, assim, que em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), a construção dos personagens negros e os seus contextos de vida trazem à tona o que, posteriormente, Lélia Gonzalez (1984) teorizaria como “divisão racial do espaço”.

Schwarcz (2017) pontua que o romance de Lima Barreto aqui estudado não aborda apenas a questão racial expressa no que a pesquisadora chama de “cores sociais”, mas também há a “denúncia aos maus tratos das mulheres pobres e muitas vezes de afrodescendentes” (p. 132). A obra, que termina com a protagonista grávida e sozinha, enquanto o sedutor Cassi ficava mais uma vez impune, retrata a objetificação da mulher negra e o seu silenciamento, visto que o jovem rapaz branco usou Clara como um objeto para satisfazer suas vontades e, posteriormente, a moça foi descartada sem ter espaço nem mesmo para reivindicar os direitos

do filho que carregava, chegando à triste e cruel conclusão: “Nós não somos nada nesta vida” (p. 77).

O romance *Solitária* (Cruz, 2022), que também traz o protagonismo de mulheres negras com as personagens Mabel e sua mãe Eunice, retrata as vivências de ambas durante o período em que Eunice trabalhou no lar de uma família burguesa e levava sua filha junto para o trabalho, que cresceu auxiliando a mãe. Narrando a trajetória de trabalho da empregada doméstica que, muitas vezes, se estendia também à filha, o texto denuncia a superexploração da força de trabalho das mulheres negras que prestam serviços domésticos e os processos de silenciamento e opressão conforme os quais são subjugadas.

A obra de Eliana Alves Cruz (2022) elabora, assim, a representação de um Brasil contemporâneo onde as amarras do passado colonial ainda se fazem presentes e mulheres negras são condicionadas a rotinas de trabalho exaustivas em casas de famílias burguesas exercendo trabalhos que, nos termos de Gonzalez (2020) antes referidos, eram feitos pelas mucamas no período colonial, mas sob a nova denominação de “empregada doméstica”. A personagem Mabel, por sua vez, representa a oposição ao sistema de hierarquia instaurado pelos colonizadores e que reverbera até a atualidade de maneira a condicionar a mulher negra sempre a uma posição de inferioridade. A jovem, que segundo a narrativa lia obras de escritoras como Conceição Evaristo, olhava com criticidade as próprias vivências e as da mãe dentro do edifício burguês e não queria passar pelo mesmo processo de exploração a que Eunice foi submetida por tantos anos.

Observa-se, dessa forma, que em ambos os romances há a representação literária de que as mazelas do período colonial, contexto no qual eram propagadas, de maneira menos velada, ideologias racistas e patriarcais que fomentavam a posição de marginalização, silenciamento e desumanização impostos às colonizadas, ainda conjecturam a sociedade brasileira contemporânea à escritura de cada obra.

Recorrendo ao termos propostos por Ballestrin (2013), pode-se afirmar que esse lado obscuro da modernidade constitui-se no cerne do próprio conceito de colonialidade. Assim, Castro (2020) descreve que a colonialidade se difere do colonialismo, pois “[...] não representa apenas uma época e um modo de relacionamento de dominação entre países europeus e países não europeus, mas também configura uma forma de dominação cultural que perdura até os dias atuais” (p. 151). As obras propostas para estudo contemplam, desse modo, a representação dos efeitos da colonialidade sobre as mulheres negras brasileiras e têm o potencial de subverter as narrativas dominantes ao darem visibilidade para os enfrentamentos de uma minoria social que ainda luta por reconhecimento, dignidade e igualdade em uma sociedade marcada pela

persistência de estruturas opressivas.

Logo, dado que a partir de tais romances manifestam-se deslocamentos que proporcionam uma ruptura com a tradição estereotipada e pejorativa da representação da mulher negra na Literatura Brasileira, torna-se relevante analisá-los por uma perspectiva decolonial. A decolonialidade, à luz das acepções de Maldonado-Torres (2018), pode ser entendida como a luta contra os efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos da lógica global de desumanização propagada durante a colonização que não se extinguiu com o fim formal das colônias. Assim, o presente trabalho seleciona como material de estudo comparativo os romances *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), que são obras de autores negros, mas que são identificados como de gêneros distintos - conforme a dualidade homem-mulher tradicional no modelo epistemológico patriarcal - e produzidas em contextos históricos diferentes, para responder a seguinte problematização: como a construção das personagens femininas negras nos romances *Clara dos Anjos* e *Solitária* contribuem para as discussões sobre uma abordagem decolonial da representação literária da posição social da mulher negra brasileira, considerando as transformações históricas e sociais desde a Primeira República até a atualidade?

Partindo de tal problematização, a presente pesquisa tem como objetivo principal realizar um estudo comparado das obras *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) com enfoque na representação literária das protagonistas negras sob um viés decolonial. Além disso, objetiva-se aqui estudar as construções das personagens negras nas obras que constituem o corpus e como elas retratam os efeitos da colonialidade sobre a negritude feminina brasileira; contextualizar as personagens nos textos, destacando relações de poder, submissão e marginalização, relacionando-as aos períodos históricos e transformações sociais do Brasil; investigar na intertextualidade entre as obras como se revelam e se constroem representações da mulher negra. Dessa forma, se propõe a reflexão sobre como as obras contribuem para as discussões sobre uma abordagem decolonial da representação literária da mulher negra, que será feita de maneira a averiguar as estratégias literárias usadas pelos autores negros em questão para desafiar representações estereotipadas e como a autoria negra e a autoria negra especificamente feminina convergem ou se distanciam entre si e de abordagens decoloniais.

A opção pelo enfoque nas personagens negras femininas se baseia, principalmente, nas postulações de Gonzalez (2020) e Evaristo (2005a) que já foram aqui apresentadas e tecem a denúncia de que, como herança do período colonial, a mulher negra brasileira ainda é alvo de objetificação, marginalização e silenciamento, tendo seu acesso dificultado a diversos ambientes sociais, o que inclui o cenário literário nacional, resultando no fato de que sua representação seja, frequentemente, feita a partir de um olhar vertical e estereotipado.

Gonzalez (2020) ainda afirma que o racismo e o sexismo agem violentamente sobre a população feminina negra no Brasil até a contemporaneidade, pois ela ocupa “[...] o polo oposto ao da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês” (p. 98), constituindo, assim, o “[...] setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira” (p. 98). Nesse sentido, o estudo da representação literária da posição social da mulher negra brasileira atrelada ao conceito de decolonialidade é de suma importância por trazer à luz da análise obras que abordem a negritude feminina de forma a retratar criticamente a ação dos efeitos da colonialidade que perduram desde o período colonial até a atualidade.

A seleção dos romances *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) para o estudo da representação da posição social da mulher negra na literatura brasileira sob uma abordagem decolonial se fundamenta no fato de que as narrativas contemplam a história das protagonistas negras nos contextos, respectivamente, da Primeira República e da contemporaneidade, retratando como se dão suas relações sociais em uma sociedade racista e patriarcal. Ademais, dado que ambos os autores das obras, Limas Barreto e Eliana Alvez Cruz, são sujeitos negros, então, elas se constituem como uma literatura do negro e não sobre o negro, pois as vivências de Barreto e Cruz os imbuem de conhecimento de causa para retratar a negritude em sua dimensão histórica, cultural e social.

O romance *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), incorporado pela crítica literária e pela academia como um clássico da literatura brasileira, já foi material de estudo diversas vezes no que diz respeito à representação do negro na narrativa e ao enfoque da mulher negra no romance. Entre as muitas produções, cabe citar aqui o capítulo “Clara dos Anjos e as Cores de Lima”, da obra “Lima Barreto: Triste visionário”, de Lilia Moritz Schwarcz (2017), que ganhou grande relevância nos estudos literários. *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) também foi abordado a partir de análises gerais sobre a criticidade presente na produção literária barretiana em trabalhos que receberam grande destaque nos estudos literários brasileiros, como em *A História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi (1994), e em *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural*, de Nicolau Sevcenko (1989). Quanto à interpretação do romance de Lima Barreto por um viés decolonial, somente um artigo, “Um olhar pela perspectiva decolonial para Clara dos Anjos de Lima Barreto”, de Ana Carolina Ribeiro (2021), trata de tal abordagem.

A obra *Solitária* (Cruz, 2022), embora recente, já se constituiu como objeto de estudo em dissertação, resenhas e artigos acadêmicos. No campo das dissertações, encontra-se a pesquisa de Francisca Joziane de Matos Silva, orientada pela Prof.^a Dr.^a Lucélia de Sousa Almeida e pela coorientadora Prof.^a Dr.^a Elen Karla Sousa da Silva, intitulada “Mulher negra e

representações do espaço: uma análise sob a perspectiva da interseccionalidade, em *Solitária* de Eliana Alves Cruz” (2024), defendida no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Maranhão. Entre as resenhas, destacam-se “O quartinho da empregada é a senzala moderna”, de Vanessa Didolich Cristani (2022), e “Caricato ou original? *Solitária*, de Eliana Alves Cruz”, de Camila Alves Melo Ferreira (2024). A produção acadêmica sobre o romance também inclui artigos que refletem sobre as problemáticas de raça, gênero, classe e o trabalho doméstico, como: “Negra é a Mão que Limpa o Brasil: trabalhadoras domésticas no romance *Solitária* de Eliana Alves Cruz”, de Luzia Gomes Ferreira (2023); “O cheiro da vida dos outros: o espaço dos corpos negros no romance *Solitária*, de Eliana Alves Cruz”, de Daniela Cristine Jantsch (2024); “Os espaços da negritude: percurso da mulher negra em *Solitária*, de Eliana Alves Cruz”, de Roberta Tiburcio Barbosa (2024); “Espaços diminutos e dinâmicas entre mulheres: a resistência feminina na narrativa *Solitária*, de Eliana Alves Cruz”, de Yasmin de Andrade Alves e Maria Luiza Diniz Milanez (2024); e “A potência dos subalternos em *Solitária*, de Eliana Alves Cruz: a diluição do secundarismo no relato de Mabel”, de Egberto Guillermo Lima Vital e Antonio Carlos de Melo Magalhães (2024). Essas produções, no entanto, não abordam explicitamente a perspectiva decolonial.

Dessa forma, a relevância do presente trabalho se justifica, inicialmente, pelo uso da abordagem decolonial que, dada a existência da colonialidade na sociedade moderna, se mostra de suma importância para o estudo da representação literária da posição social da mulher negra no Brasil, mas que ainda é pouco contemplada na produção científica já existente sobre os romances. Ademais, propõe-se a realização de um estudo comparado da construção das personagens femininas negras em obras que nunca foram relacionadas e contrapostas, mas que, pelo fato de terem sido produzidas em contextos históricos diferentes, podem mostrar diferenças e confluências nas vivências da mulher negra brasileira retratadas literariamente no período da Primeira República e na atualidade, bem como dos efeitos da colonialidade que agem sobre elas. Além disso, a presente pesquisa também se mostra relevante pelo fato de contemplar obras de autoria negra de sujeitos de gêneros distintos, pois poderá realizar o estudo de como se dá a construção de personagens femininas negras sob a visão de um autor negro, que experienciou o racismo, mas não do mesmo local que a população feminina negra, no caso de *Clara de Anjos* (Barreto, 2012), contrapondo com a forma como tal construção é feita em *Solitária* (Cruz, 2022), que é uma narrativa produzida por uma mulher negra.

Diante do exposto, evidencia-se que *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) apresentam nas construções das protagonistas negras possibilidades para interpretações da representação literária da mulher negra no Brasil que podem contribuir para essa discussão

sob um viés decolonial. A negritude feminina é constituída nas obras não apenas como uma característica física das personagens, mas sim aludindo a sua dimensão social e retratando de forma crítica os preconceitos enfrentados por elas. Almeja-se, assim, compreender como a construção das protagonistas dos romances contribui para as discussões sobre uma perspectiva decolonial da representação literária da posição social das mulheres negras brasileiras.

Tendo em vista isso, autores como Lélia Gonzalez (2020), Maria Lugones (2020), Anibal Quijano (2005), Nelson Maldonado-Torres (2018), Françoise Vergès (2020), Walter Dignolo (2017), entre outros embasarão as discussões sobre as relações entre raça, gênero e classe na constituição do poder na modernidade/colonialidade. Além disso, considerando o entrecruzamento entre os aspectos sociais e a Literatura, a pesquisa apoia-se, principalmente, nas postulações de Conceição Evaristo (2020), Antônio Candido (2006), Thomas Bonnici (2012) e Regina Dalcastagnè (2017).

No que concerne aos estudos comparados, Tania Carvalhal (2006a) demonstra que esses também precisam ser articulados com a história, abrangendo aspectos sociais, culturais e políticos, pois a Literatura Comparada deixa de “[...] resumir-se em paralelismos binários movidos somente por 'um ar de parença' entre os elementos, mas compara com a finalidade de interpretar questões mais gerais das quais as obras ou procedimentos literários são manifestações concretas” (Carvalhal, 2006a, p. 81). Sob essa ótica, Eduardo Coutinho (2017) postula que o comparativismo tem se tornado uma disciplina que, sem deixar de lado o texto, desenvolve “estratégias teórico-críticas não só de reflexões sobre ele mesmo, mas sobretudo que possam atuar no campo social de modo a contribuir para a eliminação das exclusões e das desigualdades sociais” (p. 17).

Assim, a presente pesquisa, de caráter qualitativo-interpretativista, almeja compreender de que modo as condições históricas e sociais impactam a forma como as personagens negras são retratadas e como as relações de poder existentes na colonialidade influenciam suas posições sociais. Será estudada a intertextualidade entre as representações das personagens femininas negras nos dois romances, haja vista que, conforme propõe Carvalhal (2006b), a intertextualidade “como sinônimo das relações que um texto mantém com um corpus textual pré ou coexistente [...], passou a orientar a interpretação, que não pode mais desconhecer os desdobramentos de significados e vai entrelaçá-los [...]” (p. 128). Busca-se, assim, identificar como os efeitos da lógica da colonialidade e sua ação sobre as mulheres negras são representados em cada uma das obras destacando semelhanças e diferenças em suas construções e posições sociais sob uma ótica decolonial, visando a demonstrar quais são as mudanças e as permanências no que concerne à representação literária da posição social ocupada pela negritude feminina brasileira na Primeira República e na atualidade.

Por conseguinte, a Dissertação será dividida em três partes que convergem para a construção da análise transversal dos romances *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) e o estudo comparado das respectivas obras. Na parte I, intitulada *As Vozes Não Autorizadas de Lima Barreto e Eliana Alves Cruz: Um Vislumbre da Atitude Decolonial*, é apresentado um panorama teórico referente à condição social da mulher negra brasileira na modernidade/colonialidade. Enfatiza-se como a colonialidade, em seus diferentes desdobramentos (colonialidade do poder, do ser, do saber e de gênero), fundamenta a marginalização e silenciamentos vivenciados pela negritude feminina no Brasil. Destacam-se ainda as imbricações entre as modernidade/colonialidade e a Literatura no que concerne à representação literária da mulher negra, bem como a importância de obras de autoria negra e de autoria negra feminina, como as obras de Lima Barreto (2012) e Eliana Alves Cruz (2022), para o questionamento e desestabilização das estruturas de poder racistas e patriarcais que fundamentam a sociedade brasileira.

Na segunda parte, *Em Boca Fechada Não Entra Mosquito, Mas Não Cabem Risos e Sorrisos*, nomeada a partir de uma reflexão de Conceição Evaristo citada por Cruz (2022), propõe-se o estudo interpretativo da obra *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) enfocando a representação das personagens negras dentro do contextos histórico e social do Brasil em que a obra se insere. Serão examinadas as construções das personagens, suas interações com outras personagens e com o ambiente ao seu redor, bem como os temas abordados em relação à identidade, poder, opressão e resistência a partir da ótica decolonial, de forma a elucidar como a colonialidade que permeia as estruturas sociais influencia a experiência e a representação das mulheres negras na literatura.

Na terceira parte, que será intitulada *Não Somos Nada Nesta Vida: Diálogos Literários Entre Clara, Eunice e Mabel*, será realizado um percurso analítico semelhante ao que foi feito com a obra de Lima Barreto (2012), mas agora aplicando-se ao estudo interpretativo de *Solitária* (Cruz, 2022). A pesquisa, ao mesmo tempo em que examina *Solitária* (Cruz, 2022), focará na comparação entre as obras de Lima Barreto (2012) e Eliana Alves Cruz (2022), com vistas a estabelecer mais detidamente diálogos entre elas a partir de suas aproximações e distanciamentos de forma a contemplar também a intertextualidade.

Assim, sob um viés decolonial, serão exploradas confluências e divergências entre os dois romances, especialmente no que diz respeito à representação da mulher negra e às estratégias literárias empregadas pelos autores para desafiar estereótipos e reconstruir narrativas sobre a negritude feminina brasileira representando, literariamente, a ação dos efeitos da colonialidade sobre esse grupo social. Com isso, ao analisar de forma comparada os romances *Clara dos Anjos* e *Solitária*, espera-se evidenciar a importância de uma abordagem decolonial

na representação da negritude feminina brasileira, subvertendo os discursos tradicionais que historicamente marginalizam as experiências das mulheres negras brasileiras.

A partir de um olhar crítico fundamentado nas teorias decoloniais, o estudo pretende contribuir para a construção de perspectivas analíticas literárias que valorizam a identidade e a resistência das mulheres negras, estimulando a conscientização a respeito dos efeitos da colonialidade sobre esse grupo social e a resistência perante tais estruturas opressivas. Além disso, tendo em vista a lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas do Brasil, entende-se que os resultados e as reflexões geradas pelo estudo poderão oferecer subsídios para que educadores possam incorporar, na educação básica, uma abordagem pedagógica que valorize as produções literárias e culturais de autores negros. Nesse sentido, a pesquisa não apenas traz luz sobre as obras analisadas e recorte temático proposto para estudo, como também pode contribuir para a construção de conteúdos acadêmicos e pedagógicos que fomentem uma abordagem decolonial dos textos literários brasileiros de maneira geral.

PARTE I: AS VOZES NÃO AUTORIZADAS DE LIMA BARRETO E ELIANA ALVES CRUZ: UM VISLUMBRE DA ATITUDE DECOLONIAL

I DECOLONIALIDADE E LITERATURA: A VOZ DAQUELES QUE TRANSGRIDEM

A literatura, bem como outras manifestações artístico-culturais, de acordo com Alfredo Bosi (1992), está concomitantemente dentro e fora das instituições sociais, pois “a expressão pessoal e a comunicação pública são duas necessidades que acabam regulando a linguagem do criador e situando o seu trabalho na intersecção do corpo e da convenção social” (Bosi, 1992, p. 343). Nesse espaço interseccional, ainda na perspectiva de Bosi (1992), ocorre a dialética entre o criador e sua própria cultura que, quanto mais intensa, mais torna a produção rica, densa e duradoura. Para isso, é necessária a busca pelo vencimento das barreiras ideológicas e psicológicas que separam o criador do cotidiano popular. Partindo dessa perspectiva, é possível depreender que no caso de obras como *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitárias* (Cruz, 2022) que apresentam a realidade social vivenciada por mulheres negras brasileiras sem eufemismos ou rodeios, em uma sociedade com bases coloniais e escravagistas em que o racismo e o patriarcalismo ainda persistem até os dias atuais, os autores precisaram vencer e subverter as ideologias que fomentam a opressão e silenciamento da negritude feminina para escrevê-las. Dessa forma, ao propor o estudo da representação literária da condição social vivenciada pela mulher negra brasileira em tais obras, faz-se necessário alicerçar-se na reflexão acerca das imbricações entre o passado colonial e a sociedade brasileira contemporânea bem como pensar a influência dessa dinâmica nas vivências da negritude feminina e em sua representação na literatura nacional.

O Brasil, na condição de país que passou pelo processo de colonização europeia, ainda enfrenta uma desigualdade racial, social e de gênero que é engendrada por ideologias pregadas durante o colonialismo, pois convive com a colonialidade, termo utilizado por Anibal Quijano (2005) para nomear a formação do poder no mundo moderno/colonial e eurocêntrico que é baseado na distinção entre superiores e inferiores a partir da ideia de raça. Nesse sentido, a colonialidade, caracterizada por Walter Mignolo (2017) como “[...] lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, do qual o colonialismo é parte constituinte, embora minimizada” (p. 02), representa a permanência, na atualidade, das ideologias eurocêtricas e hegemônicas que fundamentavam as relações de poder entre colonizadores e colonizados.

Com vistas a tal contexto, Nelson Maldonado-Torres (2018) postula que divisões

radicais entre os seres sempre existiram no ocidente, como entre cristãos e não cristãos, homens e mulheres, saudáveis e doentes, entre outras categorias. Tais divisões eram moderadas pela crença em um Deus único que conectava toda a criação e pela noção de uma "Cadeia dos Seres" que ligava tudo ao divino. Entretanto, segundo o autor, a “descoberta” dos territórios colonizados alterou essa visão, pois o conhecimento sobre terras antes desconhecidas questionou a ideia de uma Cadeia dos Seres, já que essas novas “descobertas” não estavam contempladas nas escrituras antigas, minando a noção de cadeia que conectava todos ao Divino. Isso gerou o que o autor chama de “catástrofe metafísica”, que “inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo” (Maldonado-Torres, 2018, p. 42). Houve, dessa maneira, o estabelecimento das relações hierárquicas entre aqueles que eram considerados seres e os que estavam abaixo dos seres a partir da distinção entre colonizador e colonizado.

A polarização entre as pessoas que eram postas como superiores e as que eram rebaixadas como inferiores, nos termos de Quijano (2005), se estabeleceu a partir da divisão em que raça e identidade social eram usadas como instrumentos de dominação:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais (Quijano, 2005, p. 118).

Subentende-se, assim, que a raça se constituiu como um elemento central do modelo de dominação impostos pelos colonizadores, sendo utilizada para fundamentar a justificativa para a exploração e subjugação de povos colonizados. Dessa forma, ao atribuir características fenotípicas e culturais como critérios de superioridade ou inferioridade, os colonizadores empregavam a ideia de raça para consolidar sua autoridade e estabelecer desigualdades sociais e de poder, impondo, dessa forma, ideologias racistas que permeavam todos os âmbitos da sociedade.

No caso brasileiro, durante o período colonial, milhares de africanos foram arrancados de seus territórios originários e cruzaram o oceano para servirem como escravizados, em

condições desumanas, para o crescimento econômico do país. Alguns autores como Gilberto Freyre (2003) abordam a escravização de um ponto de vista mais brando e, segundo o olhar de hoje, distorcido, descrevendo que os escravizados eram relativamente bem alimentados e que os colonizadores portugueses teriam uma pré-disposição a serem senhores mais benevolentes. Contudo, autores como Laurentino Gomes (2019) e Clóvis Moura (1989) retratam o período escravocrata demarcando toda a sua crueldade: pontuam, por exemplo, que os escravizados eram obrigados a cumprirem turnos exaustivos de trabalho, recebiam alimentação escassa e eram brutalmente castigados.

Não obstante, há o consenso de que, para justificar o injustificável, pregaram-se ideologias racistas que propunham os negros como seres inferiores, no mesmo nível que os animais; portanto, não mereceriam receber um tratamento minimamente digno. Nesse sentido, Clóvis Moura (1989, p. 16) alega que:

As descrições de testemunhas variam, mas a realidade na sua essência é uma só: o negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como o porco ou o cavalo (Moura, 1989, p. 16).

Dessa forma, entende-se que os colonizadores difundiam concepções hegemônicas que rebaixavam os afrodescendentes de forma a os mutilar não só fisicamente, mas também em sua humanidade. Kabengele Munanga (2019) discorre que em uma colônia há violência permanente, porque ela depende da relação entre dominador e dominado. O autor ainda postula que, para a manutenção do poder de um grupo sobre o outro, a força não é a única estratégia utilizada: há também uma produção discursiva de preconceitos e estereótipos com a qual “toda e qualquer diferença entre colonizador e colonizado foi interpretada em termos de superioridade e inferioridade” (Munanga, 2019, p. 21), sendo que os colonizados sempre eram rebaixados à condição de “inferiores”. Munanga (2019) também relata que, com a fundação da Sociedade Etnológica de Paris em 1839 e o desenvolvimento de teorias então tomadas como “científicas” que relacionavam características físicas com aspectos culturais, “a desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo aquilo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc.” (p. 28). Os povos colonizados e escravizados eram colocados, assim, sempre em uma posição de extrema marginalização que abrangia, além de seus corpos, tudo que tinha relação com as suas respectivas culturas.

Sob essa perspectiva, Kabengele Munanga (2019) descreve que, no colonialismo, visando a manter a dominação, por causa de seus benefícios econômicos e psicossociais,

utilizava-se, para além da força bruta, os mecanismos repressivos indiretos, que se constituíam nas ideologias racistas e hegemônicas que tiravam da população negra toda a sua humanidade:

Todas as qualidades humanas serão retiradas do negro, uma por uma. Jamais se caracteriza um deles individualmente, isto é, de maneira diferencial. Eles são isso, todos os mesmos. Além do afogamento no coletivo anônimo, a liberdade, direito vital reconhecido à maioria dos homens, será negada. Colocado à margem da história, da qual nunca é sujeito e sempre objeto, o negro acaba perdendo o hábito de qualquer participação ativa, até reclamar. Não desfruta de nacionalidade e cidadania, pois a sua é contestada e sufocada, e o colonizador não estende a sua ao colonizado. Consequentemente, ele perde a esperança de ver seu filho tornar-se um cidadão (Munanga, 2019, p. 29).

A visão eurocêntrica e ocidental se enraizou na ideia de que o "negro" era inerentemente inferior, afastado da racionalidade e das características que, supostamente, definiam a humanidade. A justificativa para a colonização foi apresentada como uma missão civilizadora do Ocidente, como se fosse dever da civilização europeia elevar o negro e os indígenas a um nível equivalente ao dos demais seres humanos, os salvando de seu estado “selvagem”. Nesse sentido, nos territórios colonizados, a noção de raça serviu como um mecanismo legitimador das relações de opressão e submissão, perpetuando a estrutura hierárquica estabelecida, conforme a qual os dominantes se apropriavam do poder e reforçavam sua superioridade, enquanto os dominados eram colocados em uma condição de subalternidade, justificando assim a exploração econômica e social.

Na polarização entre superioridade e inferioridade, o homem branco se saiu como dominador, mas não pelo fato de ter aspectos culturais superiores; o motivo, conforme aponta Silviano Santiago (2000), se deve “ao uso arbitrário da violência e à imposição brutal de uma ideologia [...]” (p. 11). O autor ainda elucida que a opressão se dava em nome da religião e que junto à coerção religiosa estava a imposição do código linguístico europeu. Santiago (2000) salienta a importância da unidade linguística para a instauração do poder colonialista, pois impedir a fluência de mais de uma língua significa também eludir o pluralismo religioso, uma vez que a língua europeia era ensinada sob o pretexto de catequizar os colonizados. A opressão era justificada, então, pela causa religiosa que, conforme aponta Santiago (2000), estava intimamente ligada ao código linguístico.

As relações hierárquicas que estabeleceram os europeus em um patamar de superioridade e relegaram os povos colonizados à posição de “selvagens” se concretizaram, de acordo com Munanga (2019), no âmbito psicológico. O autor discorre que a imposição da religião europeia, o cristianismo, aos povos colonizados “prestou grandes serviços à colonização” (Munanga, 2019, p. 31), pois a evangelização contribuiu significativamente para

a erradicação dos valores espirituais e culturais dos povos colonizados e escravizados, justificando tal ação sob a alegação de que eram considerados pagãos. Além disso, Munanga (2019) demonstra que a inferioridade atribuída aos colonizados se estendia a todos os seus aspectos epistêmicos, inclusive à língua.

Nessa perspectiva, as línguas dos povos colonizados não possuíam prestígio algum no ambiente social da colônia, o que os impeliu a aprenderem a língua do colonizador, já que o uso da sua língua materna, considerada inferior, não permite sua plena participação na vida social. Entretanto, conforme Munanga (2019) postula, se apossar de duas línguas é, também, fazer parte de dois reinos culturais e psíquicos diferentes. Estabelece-se, assim, um conflito linguístico em que a língua do colonizado é esmagada.

No que concerne à assimilação da língua do colonizador pelos colonizados, Frantz Fanon (2008) discorre sobre como falar uma língua vai além de dominar sua morfologia e sintaxe, significa também assumir os valores culturais imbricados nela:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana (Fanon, 2008, p. 34).

É possível compreender, a partir da postulação de Fanon (2008), que o colonizado, ao ser impelido a apropriar-se da língua europeia para participar da vida social, também assume a posição de assimilar a cultura dos colonizadores. Na concepção do autor, à medida que isso acontece, o colonizado se distancia de sua própria herança cultural e identitária. Logo, quanto mais o indivíduo colonizado se distancia de suas raízes e identidade cultural própria - simbolizadas aqui como a "selva" ou "negridão" - mais ele se aproxima de ser semelhante aos colonizadores, ou seja, "mais branco". A imposição do código linguístico do colonizador significa, assim, a imposição também de seus valores culturais, que devem ser assimilados pelos colonizados para se aproximarem da “civilização”, pois toda sua cultura é relegada à inferioridade.

Ainda sobre a imposição da necessidade de os colonizados reproduzirem a língua e valores culturais europeus, Fanon (2008) utiliza o exemplo de que se um cidadão alemão ou russo está na França e mal fala francês, tal situação é considerada normal, pois compreende-se que ele possui país e língua próprios. Contudo, o autor descreve que o mesmo não se aplicaria a um negro de um dos territórios colonizados pela França, pois “ele não tem cultura, não tem civilização, nem 'um longo passado histórico’” (Fanon, 2008, p. 46). Assim, dados os valores ideológicos hegemônicos impostos pelos colonizadores, para Fanon (2008), em um país

colonizado, “[...] o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco” (p. 104). O afrodescendente é, então, impelido a sobreviver diante do padrão, sendo que “sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta” (p. 104). Dessa forma, compreende-se que em uma nação marcada pela colonização, como o Brasil, as concepções hegemônicas e eurocêtricas enraizadas na cultura do colonizador que foi instaurada como superior estão engendradas na sociedade sob o pretexto de uma missão civilizadora e os povos colonizados, como estratégia de sobrevivência, precisam reproduzir os modelos impostos pelos colonizadores.

Em consonância ao que foi exposto, Ramon Grosfoguel (2018) demonstra que, na colonialidade, o elemento “raça” é fundamental, visto que o preconceito racial é o “princípio organizador” (p. 66) das relações sociais e de dominação, pois ele “[...] divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano)” (p. 66). A modernidade, por sua vez, nas postulações do autor, ainda que “embelezada” por conceitos como o de “democracia”, se produziu a partir da expansão colonial, se constituindo como “um projeto civilizatório constituído por um sistema-mundo que está composto por múltiplas hierarquias de dominação, que inclui, como um dos seus eixos, o capitalismo histórico” (Grosfoguel, 2018, p. 69). O capitalismo histórico, nos termos de Grosfoguel (2018), concebido a partir das lógicas civilizatórias de morte da modernidade, contempla uma “cosmovisão dualista que concebe o que classifica como 'natureza' como formas de vida inferiores, coisificada como 'objeto', que pode ser destruída sem consequência para a vida” (Grosfoguel, 2018, p. 69).

Dessa maneira, Maldonado-Torres (2018) concebe a modernidade “[...] como uma grande revolução imbricada com o paradigma da 'descoberta’” (p. 36), que é colonial desde o seu início. Preconiza, assim, “[...] uma mudança no modo de se referir à modernidade ocidental: de modernidade simplesmente, como oposto ao pré-moderno ou não moderno, para modernidade/colonialidade, como oposto ao que está além da modernidade” (p. 36). O autor também postula que na modernidade/colonialidade “os próprios sujeitos colonizados são percebidos como razão final para tal violência” (Maldonado-Torres, 2018, p. 43) e que, para não se configurarem como motivo para os atos violentos, precisam adotar os costumes e modos de pensar dos colonizadores. Elucida-se, então, que em uma sociedade que passou pelo violento processo de colonização, como a brasileira, a modernidade é perpassada pela colonialidade.

Tendo em vista que, conforme postula Antonio Candido (2006), “[...] os fatores sociais

atuam concretamente nas artes, em especial na literatura” (p. 41), os efeitos da colonialidade que fomentam o silenciamento da negritude no Brasil também se fazem presentes na representação das mulheres negras nos textos literários brasileiros no decorrer da história, se a considerarmos de forma metodológica e histórica a partir da chegada dos portugueses. Lélia Gonzalez (2020) denuncia que a objetificação dos corpos negros femininos, que continuam sendo vistos como objetos sexuais para servir aos desejos dos homens brancos, tal qual acontecia no período escravagista, é identificada nas produções artístico-literárias brasileiras. A historiadora discorre que “quando se analisa a presença da mulata na literatura brasileira e na música popular, sua aparência física, suas qualidades eróticas e exóticas é que são exaltadas” (p. 150). Conceição Evaristo (2005a), além de também denunciar que a representação literária no Brasil da mulher negra se dá constantemente associada aos estereótipos do passado colonial como “corpo-procriação” e “corpo-objeto” (p. 52), levanta um novo aspecto a ser observado, que é o fato da sua representação ser constantemente associada à imagem de “mãe-preta” que cuida das crianças brancas de famílias burguesas, descolada de um núcleo familiar próprio. Subentende-se, então, que nas formações discursivas, entre elas as literárias, ocorrem também distorções e reduções que envolvem, entre outros mecanismos, apagamentos literários do papel da negritude feminina na formação da população e da cultura brasileira.

No que tange à busca por uma produção artística na América Latina que não reproduza os valores ideológicos impostos brutalmente durante a colonização, Silviano Santiago (2000) expõe que a maior contribuição latino-americana para a cultura ocidental advém da destruição sistemática dos “conceitos de unidade e de pureza” (p. 16) instaurados pelos colonizadores que concediam o status de superioridade aos modelos produzidos por eles. Levando em consideração que não é possível apagar a colonização e todas as suas consequências, Santiago (2000) postula que “o artista latino-americano aceita a prisão como forma de comportamento, a transgressão como forma de expressão” (p. 25).

Em relação ao cenário literário do Brasil, Regina Dalcastagnè (2017) caracteriza a Literatura Brasileira contemporânea como um “território contestado” (p. 13) em que existe a busca por alcançar “o poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala” (p. 13). A autora demonstra que, na disputa por ter a voz legitimada ou por legitimar outros que falam estabeleceram-se relações hierárquicas no território literário nacional que ainda privilegiam a masculinidade e a branquitude. Assim, conforme propõe Dalcastagnè (2017), a fala daqueles que não obedecem aos padrões estabelecidos, que fazem parte do que ela descreve como “vozes não autorizadas”, causa tensão e ruídos, desestabilizando a hierarquia hegemônica imposta.

A transgressão descrita por Santiago (2000) como forma de expressão do artista latino-

americano e as “vozes não autorizadas” que causam tensão e ruídos na Literatura Brasileira salientadas por Dalcastagnè (2017) confluem com a atitude decolonial que, segundo Maldonado-Torres (2016), “encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder” (p. 88). Sendo assim, dado o processo de silenciamento e subjugamento vivenciado pelas mulheres negras brasileiras no decorrer da história até os dias atuais, que se constitui como uma sintomática da colonialidade e as acomete em todos os campos da vida social, bem como nas suas representações em obras artísticas-literárias, ao buscar produções literárias que elaborem um retrato da posição social da negritude feminina brasileira de forma mais próxima às suas vivências, é imperativo um olhar especial e acurado para obras que possam ser interpretadas sob uma perspectiva decolonial.

Considerando que o processo de decolonização é caracterizado por Luciana Ballestrin (2013) como um “contraponto” ou uma “reposta” à tendência imposta de que o Norte Global é sempre o fornecedor de experiências e o Sul Global deve as colocar em prática, compreende-se que ao pensar sobre obras literárias que possam ser interpretadas por um viés decolonial na construção de personagens femininas negras, não se busca o apagamento do passado colonial, mas sim a representação da mulher negra brasileira de forma a não reforçar estereótipos e ideologias hegemônicas difundidas pelos colonizadores que inferiorizavam os colonizados, tal como sua cultura. Além disso, importa olhar para textos que proporcionem reflexões que questionem a organização da colonialidade, evocando assim a postulação de Silviano Santiago (2000) de que, na América-Latina, “Falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra” (p. 17).

Os romances *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) se constituem assim como obras produzidas por “vozes não autorizadas” na Literatura Brasileira e que têm por potencial transgredirem as convenções sociais que ainda são perpassadas pela colonialidade ao trazerem à tona protagonistas mulheres racializadas, denunciando enfrentamentos perante a marginalização social vivenciada pela negritude feminina no Brasil em períodos históricos diferentes. Dessa forma, é notável que nas narrativas há o retrato literário de que, na decolonialidade, “a escrita para muitos intelectuais negros e de cor é um evento fundamental [...] é uma forma de reconstruir a si mesmo e um modo de combater os efeitos da separação ontológica e da catástrofe metafísica” (Maldonado-Torres, 2018, p. 54). Portanto, ao buscar compreender as contribuições de tais textos para as discussões sobre uma abordagem decolonial da representação literária da posição social da mulher negra brasileira se faz importante o aprofundamento, em certo grau, das manifestações da colonialidade no âmbito social, bem

como suas atuações específicas sobre a negritude feminina.

2 A FACE OBSCURA DA MODERNIDADE: COLONIALIDADE DO PODER, SER E SABER

Conforme as discussões apresentadas anteriormente, segundo Quijano (2005), no e o colonialismo, a concepção de raça foi utilizada como uma forma de conferir legitimidade às relações de dominação estabelecidas durante a conquista, dando origem à perspectiva eurocêntrica do conhecimento. Essa perspectiva, por sua vez, fundamentou teoricamente a ideia de raça como uma naturalização das estruturas coloniais de poder entre europeus e não-europeus. Historicamente, essa abordagem representou uma maneira renovada de justificar as antigas ideias e práticas de superioridade/inferioridade entre os dominantes e os dominados. Ao longo do tempo, demonstrou, então, ser um instrumento eficaz e duradouro de dominação social universal.

Diante disso, Quijano (2005) discorre que, no processo de construção histórica das Américas, diversas formas de controle do trabalho, como escravidão e salariado, giravam em torno da relação capital-salário e do mercado global. Essas formas coexistiam interligadas ao capital e ao mercado, formando um novo padrão global de controle do trabalho e poder e, assim, estabelecendo o capitalismo mundial. De acordo com o autor, as identidades históricas fundamentadas na concepção de raça estavam conectadas aos papéis e posições na recém-estabelecida ordem global de controle do trabalho. Nesse sentido, a raça e a divisão do trabalho foram vinculadas estruturalmente, fortalecendo-se reciprocamente, ainda que não fossem obrigatoriamente dependentes uma da outra para sua existência ou transformação, o que acabou por estabelecer uma divisão sistemática do trabalho com base em categorias raciais.

Compreende-se, desse modo, que a divisão do trabalho no capitalismo mundial na modernidade/colonialidade possui uma natureza colonial. Configurou-se, então, o que Quijano (2005) postula como “colonialidade do poder”. O autor demonstra que “toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, freqüentemente certo grupo, sobre os demais” (p. 15) o que faz com que todo Estado-nação seja uma estrutura de poder e concomitantemente também produto do poder. Sendo assim, as disputas pelo poder se estendem para todas as esferas da vida social, pois “[...] no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo” (Quijano, 2005, p. 08). Considerando essa intrínseca relação entre a colonialidade e a vida moderna na constante busca pelo controle do

poder, Luciana Ballestrin (2013) argumenta que a colonialidade do poder, caracterizada enquanto o lado obscuro e necessário da modernidade, “exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (p. 12).

Na seara da discussão sobre a colonialidade do poder, Walter Mignolo (2003) explica que ela se manifesta a partir da "diferença colonial". Esse conceito refere-se ao espaço, simultaneamente físico e imaginário, em que a colonialidade opera, evidenciando-se no confronto entre duas distintas histórias locais que são visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (Mignolo, 2003, p. 10). Logo, a "diferença decolonial" representa não apenas a diversidade de experiências históricas e culturais, mas também as dinâmicas hierárquicas presentes nas relações entre aqueles que colonizam e aqueles que são colonizados em diversos pontos do globo ilustrando as relações complexas de superioridade e inferioridade entre os colonizadores e os colonizados.

Partindo de tal viés, Maldonado-Torres (2018) descreve que as visões de mundo não são constituídas apenas a partir do poder, mas também se baseiam em conceitos relacionados à interpretação dos significados e à qualidade das experiências vividas (ser), definições do que constitui conhecimento ou pontos de vista válidos (saber) e compreensões sobre a ordem econômica e política (poder). Esses domínios fundamentais contribuem para definir a maneira como as coisas são concebidas e aceitas em uma determinada visão de mundo. De acordo com o autor, a colonialidade permeia todas essas instâncias, resultando na colonialidade do saber, do ser e do poder. Maldonado-Torres (2018) conceitua tal condição como:

[...] informada, se não constituída, pela catástrofe metafísica, pela naturalização da guerra e pelas várias modalidades da diferença humana que se tornaram parte da experiência moderna/colonial enquanto, ao mesmo tempo, ajudam a diferenciar modernidade de outros projetos civilizatórios e a explicar os caminhos pelos quais a colonialidade organiza múltiplas camadas de desumanização dentro da modernidade/colonialidade (Maldonado-Torres, 2018, p. 48).

Assim, a interligação dos efeitos da colonialidade sobre essas três instâncias (conhecimento, existência e poder) constitui um complexo sistema que não apenas molda as percepções individuais, mas também desempenha um papel crucial na organização estrutural da modernidade/colonialidade, resultando em diversas formas de desumanização dos povos colonizados em seu âmbito. Maldonado-Torres (2018) postula, então, que o sujeito é o espaço de disputa que deve ser controlado e conquistado para que a colonialidade ocorra. Na concepção do autor, a colonialidade do ser implica na introdução da lógica colonial nas concepções de

tempo, espaço e subjetividade. Essa forma de colonialidade abrange a influência colonial sobre a visão de mundo e os demais sentidos, que são meios pelos quais os indivíduos constroem uma compreensão de si mesmos e do mundo ao seu redor (Maldonado-Torres, 2018, p. 50). Ainda conforme o filósofo, tanto a colonialidade do saber quanto a colonialidade do poder, por sua vez, compartilham a mesma operação em relação aos elementos que as constituem. O sujeito colonizado se amolda, portanto, como aquele que conecta e unifica a colonialidade do poder, do saber e do ser.

A constituição do sujeito colonizado assume uma importância crucial para a perpetuação das relações hierárquicas na modernidade/colonialidade. Maldonado-Torres (2018), ao basear-se nas ideias de Frantz Fanon (2008), postula que o ser colonizado é um "damné" ou um "condenado", sendo formado fora dos limites do tempo e do espaço humanos, incapaz de assumir o papel de produtor de conhecimento. Segundo o autor, os condenados são retratados de maneiras que os levam a se repelir e, ao serem excluídos das dinâmicas convencionais de acumulação e exploração, só conseguem aspirar à ascensão na estrutura de poder por meio de formas de assimilação que raramente são completamente bem-sucedidas.

No que diz respeito mais especificamente às relações hierárquicas de poder no Brasil, Lélia Gonzalez (2020) demonstra que, mesmo com a extinção legal da escravização prevista pela Lei Áurea, o preconceito contra os negros e seus descendentes continuou enraizado na sociedade brasileira, fundamentando as divisões de classe até os dias atuais. Isso se deu porque, em suas palavras, no Brasil, "o racismo - enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas - passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses" (p. 28). Nesse ponto, ao refletir sobre a manutenção do racismo em uma sociedade, é relevante resgatar as concepções apresentadas por Michel Foucault (1998) sobre Biopolítica e Racismo de Estado. O conceito de Biopolítica apresentado pelo autor envolve a gestão dos fenômenos populacionais, como o nascimento, a saúde, a reprodução e a mortalidade, com o objetivo de regular e controlar a vida em escala social. Foucault defende que a biopolítica serviria, então, como "base" para formações discursivas conforme as poder-se-ia afirmar que: "Cuanto más las especies inferiores tiendan a desaparecer, cuantos más individuos anormales sean eliminados, menos degenerados habrá en la especie, y más yo - como individuo, como especie - viviré, seré fuerte y vigoroso y podré proliferar"⁴ (Foucault, 1998, p. 206). Alicerçado em tal concepção, consoante uma Biopolítica, o racismo representa uma condição para que o Estado possa

⁴ "Cuanto más las especies inferiores tiendan a desaparecer, cuantos más individuos anormales sean eliminados, menos degenerados habrá en la especie, e mais eu - como individuo, como especie - viverei, serei forte e vigoroso e poderei proliferar" (FOUCAULT, 1998, p. 206, tradução nossa).

exercer sua “función homicida”⁵ (Foucault, 1998, p. 206). O autor ainda demonstra que o homicídio não é apenas direto, mas também pode se estender a outras situações, como a de multiplicar o risco de morte para alguns, ou se constituir no sentido político, representando a expulsão de um determinado grupo da vida social.

No contexto brasileiro, essa gestão da vida em escala social influenciada por uma visão racista se manifesta na marginalização vivenciada pela população negra que, de acordo com Lélia Gonzalez (2020), ainda ocupa, majoritariamente, os locais periféricos. Além disso, a autora ainda demonstra como a marginalização social é perpetuada por práticas discriminatórias que restringem a ascensão social, pois, no país, “[...] se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos” (Gonzalez, 2020, p. 29). Dada perspectiva aponta para o fato de que os negros brasileiros ainda são postos em posição de inferioridade por não se encaixarem nos padrões eurocêntricos, assim como no período colonial.

No entanto, mesmo diante da colonialidade do ser, saber e poder que atua para manter os sujeitos colonizados em posições subalternas e possibilita que o estado exerça o que Foucault (1988) nomeia de função homicida, Frantz Fanon (2008) argumenta que não é apenas a aceitação dos modelos impostos que define o homem, mas também a negação. Em suas palavras: “[...] o homem também é não. Não ao desprezo do homem. Não à indignidade do homem. À exploração do homem. Ao assassinato daquilo que há de mais humano no homem: a liberdade” (p. 184). As palavras do autor desdobram a questão mirando a uma outra dimensão: a do enfrentamento. Mesmo sob a influência da modernidade/colonialidade, a resistência e a negação desempenham um papel fundamental na reivindicação da humanidade e da liberdade pelos sujeitos colonizados. Repare-se que as noções de libertação e de negação pressupõem uma via dupla de atuação como formas de resistência: uma de espectro mais político-social (material) e uma mais epistêmica-cultural (discursiva). A decolonialidade se constitui então, nos termos de Maldonado-Torres (2018), como um projeto coletivo em que:

O pensamento, a criatividade e a ação são todos realizados não quando se busca reconhecimento dos mestres, mas quando estendemos as mãos aos outros condenados. São os condenados e os outros, que também renunciam à modernidade/colonialidade, que pensam, criam e agem juntos em várias formas de comunidade que podem perturbar e desestabilizar a colonialidade do saber, poder e ser, e assim mudar o mundo. A decolonialidade é, portanto, não um evento passado, mas um projeto a ser feito. O diagrama final representa algumas dessas peças fundamentais (Maldonado-Torres, 2018, p. 57).

⁵ “Função homicida” (FOUCAULT, 1998, p. 206, tradução nossa).

Assumindo tal perspectiva, percebe-se que a decolonialidade emerge como um projeto coletivo no qual o pensamento, a criatividade e a ação não se concretizam na busca pelo reconhecimento individual, mas sim na cooperação mútua entre os “condenados” para terem suas vozes ouvidas. Sendo assim, quando os “condenados” que renunciam e se opõe à modernidade/colonialidade pensam, criam e agem coletivamente em diversas formas de comunidade a partir de seus próprios valores epistêmicos, tornam-se capazes de perturbar e desestabilizar a colonialidade do saber, poder e ser. A resistência ativa e a negação não apenas reivindicam a humanidade e a liberdade, mas também forjam uma comunidade solidária que busca romper com as amarras da colonialidade em suas múltiplas manifestações. Assim, a decolonialidade se revela como uma busca contínua, representando uma narrativa coletiva em construção, que visa a transformar as bases racistas, eurocêntricas e patriarcais do conhecimento, do poder e do ser.

A construção dos sujeitos colonizados que são vítimas da colonialidade do ser, do saber e do poder é representada literariamente nos romances *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), pois as personagens negras de ambas as obras são construídas de forma a retratar como a manutenção das hierarquias sociais de poder agem de modo a impeli-las a continuarem na posição de marginalização em que vivem. Além disso, demonstrando a revolta de alguns personagens diante do silenciamento e opressão que sofrem, as narrativas também apresentam o movimento de negação dos valores hegemônicos - racistas e machistas, sobretudo -, aludindo a uma atitude decolonial. Dessa forma, a apreciação crítica dos textos à luz dos conceitos apresentados, tal como será desenvolvido nas sessões posteriores desta pesquisa, é importante para a compreensão da condição social da mulher negra brasileira representada literariamente e suas contribuições para uma perspectiva que contemple a decolonialidade.

Tendo em vista que colonialidade do ser, do saber e do poder agem de forma a limitar os povos colonizados a permanecerem à margem da sociedade e não poderem assumir a posição de produtores de conhecimento, sendo obrigados a se moldarem de acordo com as ideologias impostas pelos colonizadores, o gênero também emerge como afetado pela colonialidade, pois, conforme já discutido anteriormente, o sistema de gênero da cultura colonizadora foi imposto aos colonizados. Nessa linha, Thomas Bonnici (1998) descreve que a mulher negra sofre uma dupla colonização que causa a sua objetificação “pela problemática da classe e da raça, da repetição de contos de fada europeus e da legislação falocêntrica apoiada por potências ocidentais” (p. 14). Considerando que as obras propostas para estudo apresentam como protagonistas mulheres negras e a pesquisa se delimita no recorte da representação literária da posição social da mulher negra brasileira, é imprescindível o aprofundamento das relações entre

gênero e colonialidade, bem como das reflexões decoloniais que fazem oposição às convenções sociais hegemônicas e patriarcais que silenciam e marginalizam as mulheres colonizadas, para, assim, poder refletir sobre o contexto social de vida das personagens negras femininas dos romances estudados.

3 COLONIALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: A NECESSIDADE DE ENXERGAR A AUSÊNCIA SOCIAL DA MULHER NEGRA

A colonialidade do poder, conforme é concebida por Quijano (2005) e tratada anteriormente, se manifesta nas relações de poder de todas as esferas da vida social, o que abrange, nos termos do autor, a disputa para o controle do sexo, seus recursos e produtos. Contudo, Maria Lugones (2020) argumenta que tal concepção é limitada, pois “mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e destituídas de poder” (p. 62).

Nesse sentido, Lugones (2020) defende a importância do olhar para as imbricações entre gênero e colonialidade, articulando que a diferença hierárquica entre humano e não humano é a dicotomia central da modernidade colonial, sendo que o gênero é uma característica restritamente humana e que, portanto, não é concedida aos colonizados. Ainda sobre a questão de gênero na modernidade/colonialidade, Maldonado-Torres (2018) propõe que “os corpos dos colonizados e escravizados podem ser concebidos, em um momento, como sem gênero ou com uma forma particular de diferença de gênero, isto é, supersexualizados [...]” (p. 45). O autor descreve que o modelo de gênero e sexo do colonizador é imposto aos sujeitos colonizados, que devem reproduzi-lo para “[...] parecerem normais em um mundo que os considera essencialmente anormais, deficientes e maus” (p. 46), sendo que essa imposição não se dá apenas de forma explícita, mas também sutilmente, por meio da educação e da mídia. Assim, consoante a Maldonado-Torres (2018), a colonialidade opera tanto em “desgenerificar”, quanto em “regenerificar” aqueles que são submetidos à colonização, sendo essa uma parte do processo pelo qual os “sujeitos colonizados são destruídos em pedaços quando não são mortos” (p. 46).

Haja vista a relação entre gênero e colonialidade, ao introduzir o recorte da posição social da mulher negra em uma sociedade que foi submetida à colonização, é fundamental abordar a relação entre gênero e colonialidade. A partir disso, Lugones (2014) cunha o conceito de colonialidade de gênero que, segundo a autora, se manifesta na intersecção de gênero/classe/raça nos construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. De acordo com a socióloga, o sistema de gênero não é só hierárquico na relação homem e mulher, mas também racialmente diferenciado, pois as colonizadas têm a sua humanidade mutilada e, portanto, o gênero é negado a elas. Sendo assim, compreende-se que a colonialidade de gênero resulta no silenciamento e apagamento social da população feminina não-branca, uma vez que “A intersecção entre 'mulher' e 'negro' revela a ausência das mulheres negras em vez da sua presença” (Lugones, 2014, p. 942).

María Lugones (2020), destaca, assim, a importância da interseccionalidade entre raça e gênero para compreender a dimensão dos efeitos da colonialidade de gênero que, tal como já discutido aqui inicialmente, se concretiza na intersecção de gênero/classe/raça. A autora argumenta que a interseccionalidade revela o que a abordagem de categorias separadas não consegue captar, especialmente no caso das mulheres de cor, ressaltando que a autodenominação "mulheres de cor" não se alinha aos termos raciais impostos pelo Estado, destacando a tensão entre essas perspectivas. Trata-se de colocar em questão a insuficiência de uma distinção tópica entre gêneros e raças que poderia levar a paralelos de equivalência e/ou deduções reducionistas. Por exemplo, a de pensar que uma mulher negra esteja para uma mulher branca como um homem negro está para um homem branco, quando, para um homem branco, talvez uma mulher negra não seja "mulher" consoante os parâmetros de “mulher” por ele empregados para definir uma "mulher branca”; e, não obstante, levar em conta que não são esses mesmos parâmetros que levarão esse mesmo homem branco a não considerar o homem negro como um igual. Lugones (2020) propõe, então, a necessidade da conceituação da interseccionalidade, enfatizando a indissolúvel fusão de gênero e raça para verdadeiramente compreender a condição das mulheres de cor, evitando a separação de categorias existentes. Destaca-se, conforme as postulações da socióloga, então, a falta de sentido do termo "mulher" sem especificação dessa fusão, considerando-o, assim, potencialmente sem sentido ou racista ao esconder as implicações da colonialidade de gênero.

Partindo de tal concepção, Lugones (2020) denuncia a relação intrínseca entre a colonialidade do poder e o sistema de gênero colonial/moderno, revelando um lado visível/iluminado e um lado oculto/obscuro. A autora discorre que o lado visível constrói hegemonicamente o gênero nas vidas de homens e mulheres brancos e burgueses, enquanto o

lado oculto é marcado pela violência, em que mulheres não brancas são reduzidas a animais sem gênero, apenas marcadas sexualmente como fêmeas. Em confluência com essa perspectiva, Castro (2020) discorre que:

Por um lado, a categoria “mulher” representa, como referencial implícito, o perfil de uma pessoa frágil, contida sexualmente, casta, restrita à esfera doméstica, com baixa capacidade racional e sem papel público. Por outro, a classificação racializada, e, portanto, racista, do “negro”, o representa como um ser primitivo, capaz de grande violência, com enorme capacidade de resistência ao trabalho físico, descontrolado sexualmente. Se juntarmos as duas categorias ideologicamente forjadas no bojo da empresa colonial e moderna, chegaremos então à conclusão de que “mulher negra” forma uma contradição e, portanto, inexistente – a mesma linha de raciocínio pode ser aplicada à explicação da figura da “mulher indígena” (Castro, 2020, p. 124).

Assim, compreende-se que as categorias ideologicamente forjadas de “mulher” e “negro” na colonialidade resultam em uma contradição quando combinadas, levando à negação da existência da mulher negra. Entretanto, Lugones (2020) descreve que na modernidade/colonialidade as mulheres racializadas são submetidas a uma transformação, passando de uma condição equiparada à de animais para diversas representações de mulher, adaptadas conforme as exigências do capitalismo eurocêntrico global.

Dessa forma, segundo a pesquisadora, a exploração heterossexual de mulheres indígenas ou escravizadas africanas coexistiu com práticas como o concubinato, além da imposição de normas heterossexuais nas relações de gênero entre os colonizados, sempre que isso se mostrava conveniente e benéfico para os interesses do capitalismo eurocêntrico global e a dominação heterossexual das mulheres brancas. Compreende-se, então, que a imposição do sistema de gênero é entendida como uma construção ideológica e parte da produção cognitiva da modernidade/colonialidade, racializando o gênero de maneiras diferenciadas para europeus brancos e colonizados não brancos. Destaca-se, dessa maneira, a interseccionalidade ao examinar como as mulheres de cor são afetadas não apenas pelo gênero, mas também pela raça.

É sob esse prisma que Carla Akotirene (2019), em obra dedicada especificamente a tal conceito, afirmará que a interseccionalidade propõe que a raça seja considerada em conjunto com as categorias de classe e gênero, tratando-as analiticamente de maneira igual. Akotirene (2019) vê como de extrema importância dado tratamento analítico igualitário entre raça, classe e gênero, pois, em seus termos, “pretas e pretos são pretas e pretos em qualquer lugar do mundo. Na profusão de identidades viajantes, contingentes, fluidas, a cor da pele não se desarticula da identidade preta [...]” (p. 23). Assim, a autora postula que a interseccionalidade concede às feministas uma perspectiva crítica para entender a flexibilidade das identidades subalternas submetidas aos preconceitos, subordinações de gênero, classe e raça, assim como às opressões

fundamentais da matriz colonial moderna da qual emergem.

A incorporação, à abordagem decolonial, da noção de interseccionalidade, tal qual a apresentam Lugones e Akotirene, é a porta de entrada para que se agencie na reflexão aqui proposta uma problemática mais: a necessidade de se (re)pensar os próprios movimentos feministas. No que se refere à história do feminismo, María Lugones (2020) denuncia a falta de explicitação das conexões entre gênero, classe e heterossexualidade como racializadas dentro dos movimentos feministas, demonstrando que o feminismo hegemônico branco muitas vezes não reconheceu as experiências das mulheres de cor, perpetuando estereótipos e não abordando a interseccionalidade. Djamila Ribeiro (2016) salienta que, ao longo da história da luta feminista, enquanto as mulheres brancas lutavam para ter seus direitos equiparados aos dos homens brancos, as mulheres racializadas lutavam para terem o direito à humanidade, revelando a ausência da denúncia das problemáticas relacionadas à negritude feminina na história da luta feminista:

A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados. E não se pensa saídas emancipatórias para problemas que sequer foram ditos. A ausência também é ideologia. Muitas feministas negras pautam a questão da quebra do silêncio como primordial para a sobrevivência das mulheres negras (Ribeiro, 2016, p. 101).

Partindo da ausência do reconhecimento da racialização no feminismo hegemônico, Françoise Vergés (2020) caracteriza isso como “feminismo civilizatório”, pois “ele adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses” (p. 14). A autora defende, assim, a necessidade de um feminismo decolonial, “que tenha por objetivo a destruição do racismo, do capitalismo e do imperialismo” (p. 20), programa ao qual Vergés se propõe explicitamente a dar “uma dimensão concreta” (p. 20).

Diante de tal concepção, Françoise Vergés (2020) traz uma nova dimensão à colonialidade de gênero ao descrever que junto ao silenciamento vem a superexploração das mulheres racializadas, que são condicionadas a realizar trabalhos, como o de limpeza, que são classificados pela autora enquanto indispensáveis, mas que devem permanecer invisíveis. Postula ainda que, ao passo que o trabalho doméstico é tradicionalmente considerado parte do que a mulher deve fazer, o capitalismo proporciona “trabalhos invisíveis e vidas descartáveis” (p. 17). O não tornar visível, nos termos de Vergés, se faz possível com o apagamento das mulheres negras que exercem esses trabalhos “invisíveis” da tela social por meio da legitimação da violência e o desprezo pelo seu trabalho.

Quanto à sociedade brasileira, Lélia Gonzalez (2020) denuncia que a mulher racializada

também é, em grande parte das vezes, submetida a trabalhar servindo em lares da burguesia, pois, de acordo com a autora, a “falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca” (p. 35). Gonzalez pondera que os setores burocráticos mais baixos que se feminizaram abrem vagas para as quais se exige um nível escolar que a maioria das mulheres negras não possuem e que, também, exigem “boa aparência”; expressão que, segundo a autora, “já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas” (p. 49).

Em *Solitária* (Cruz, 2022), a realidade da mulher brasileira racializada que realiza trabalhos domésticos é representada literariamente. A protagonista Eunice, que é negra, trabalha no apartamento de uma família burguesa, sendo que a narrativa apresenta a exploração e silenciamento vivenciados por ela, que é caracterizada como alguém que fazia o trabalho que seria para duas funcionárias e que sabia se portar silenciosamente. A obra de Eliana Alves Cruz ilustra, nesse sentido, a postulação de Gonzalez (2020) de que, no Brasil, “a empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação” (p. 36).

Além da prestação de serviços domésticos, Gonzalez (2020) relata que a mulher negra brasileira também é subjugada ao estereótipo de mulata, sendo que seu corpo é objetificado aos olhos não só da burguesia do Brasil, mas também dos turistas, se configurando como um “produto de exportação” (p. 51). De acordo com a intelectual, as jovens negras que desempenham essa ocupação se submetem, de forma extremamente alienada, à exposição de seus corpos para satisfazer o voyeurismo de turistas e da elite nacional. Nesse processo, nos termos de Gonzalez, elas não percebem que estão sendo manipuladas não apenas como objetos sexuais, mas como evidências tangíveis da suposta “democracia racial” brasileira, sendo admiradas por sua beleza; não lhes é possível compreender que, inconscientemente, estão personificando uma versão contemporânea do antigo ditado racista “Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar”. Assim, são sutilmente captadas pelo sistema, sem perceber o alto preço a ser pago: sua própria dignidade. A origem desse estereótipo, segundo Lélia Gonzalez (2020), está relacionada ao processo de comercialização e distorção, não apenas com propósitos ideológicos, de uma das mais belas expressões culturais populares da comunidade negra brasileira: as escolas de samba. A invasão dessas práticas, inicialmente por representantes de setores considerados progressistas e, posteriormente, pelas classes média e alta, introduziu uma série de valores diretamente provenientes do sistema hegemônico, resultando nesse tipo de manipulação/exploração sexual, social e econômica de muitas jovens negras de origem

humilde.

O estereótipo de mulata descrito por Gonzalez (2020) se materializa na personagem Clara do romance barretiano *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012). Alienada pelos valores hegemônicos vigentes na sociedade brasileira da Primeira República e iludida com o mito da democracia racial, a filha única da família dos Anjos se tornou uma preza fácil para Cassi Jones, um jovem branco e que já tinha o histórico de se aproveitar de outras moças negras, que desvirginou a jovem Clara e a abandonou como se fosse um mero objeto. Por meio do relacionamento de Clara e Cassi, a narrativa escrita por Lima Barreto (2012) denuncia que, mesmo após o fim da abolição, jovens negras continuavam sendo vistas como objetos sexuais por homens brancos.

Entende-se, dessa forma, que a mulher negra ocupa um ambiente interseccional na modernidade/colonialidade, em que as complexidades de gênero, raça e classe convergem para moldar suas experiências de maneiras intrincadas, revelando a marginalização e o silenciamento sociais impostos a ela. Dessa forma, tendo em vista o protagonismo⁶ negro feminino presente em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), para compreender a representação literária da condição social da mulher negra no Brasil, é imprescindível considerar os conceitos de colonialidade de gênero e interseccionalidade.

Ademais, tal como Gonzalez (2020) e Evaristo (2005a) denunciam, os estereótipos e preconceitos impostos contra a negritude feminina brasileira também se fazem presentes na literatura, considerando-a como uma unidade metodológica após a colonização, pois, como Regina Dalcastagnè (2017) demonstra, grande parte das obras que fazem parte do cânone literário brasileiro são produzidas por pessoas brancas e do gênero masculino. Subentende-se, então, que a negritude brasileira e, em especial, a mulheres negras, são representadas nos textos literários, em grande parte das vezes, por um olhar distanciado vindo da branquitude. Sob esse ponto de vista, *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), que são de autoria negra, fazem parte das produções literárias feitas por o que Dalcastagnè (2017) caracteriza como “vozes não autorizadas”. No caso de *Solitária* (Cruz 2022), que é de autoria negra e feminina, levando em conta o espaço interseccional ocupado pela mulher negra no Brasil que a acomete em todos os âmbitos da vida social, é possível inferir que se constitui como uma obra de uma voz que enfrenta as interseções entre raça, gênero e classe. Dessa forma, antes de tratar

⁶ No presente trabalho, o termo “protagonismo” é utilizado em seu sentido geral, referindo-se à centralidade das personagens principais nas narrativas. Ressalta-se, entretanto, que nos romances estudados – especialmente em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e, em certa medida, em *Solitária* (Cruz, 2022) – as personagens femininas, embora desempenhem esse papel central, estão imersas em contextos de silenciamento social, conforme será abordado no decorrer deste trabalho.

mais detidamente dos romances em questão, é pertinente abordar conceitos relacionados à autoria negra feminina.

4 ESCRIVIVÊNCIA E DORORIDADE: A POTÊNCIA DA COLETIVIDADE NA NARRATIVA DA MULHER NEGRA NA LITERATURA

Haja vista os valores hegemônicos e patriarcais que engendram a colonialidade e que aprisionam a negritude feminina em um espaço interseccional em que o silenciamento e a marginalização prevalecem, Grada Kilomba (2019) argumenta que as mulheres negras são inseridas em discursos que distorcem sua própria realidade. Segundo a autora, essas mulheres são representadas em debates sobre racismo em que o sujeito é o homem negro, em discursos de gênero onde o sujeito é a mulher branca, e em discursos sobre classe nos quais a "raça" não tem lugar. Esse cenário contribui para a ausência das mulheres racializadas nas discussões de pautas sociais.

Seguindo essa linha de entendimento, depreende-se que, ao longo da história da modernidade/colonialidade, as mulheres negras têm sido sistematicamente excluídas ou negligenciadas nos diálogos e movimentos sociais. A inserção seletiva nos discursos sobre racismo, gênero e classe contribui para a construção de uma narrativa que não apenas deturpa, mas também silencia as experiências complexas e interconectadas dessas mulheres. Diante disso, Conceição Evaristo (2005b) demonstra a importância da produção literária vinda da negritude feminina, pois nela se manifesta a autorrepresentação, oferecendo um contraponto à literatura que às inviabiliza e ficcionaliza a partir de diversos estereótipos. Na escrita de autoria feminina negra, nos termos de Evaristo (2005), se manifesta:

[...] uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do "outro" como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se torna o lugar da vida (Evaristo, 2005b, p. 54).

A produção literária de autoria feminina negra emerge, assim, como uma ferramenta poderosa na desconstrução de narrativas hegemônicas, oferecendo perspectivas alternativas que refletem a multiplicidade de suas vivências e identidades. Nesse âmbito literário, a mulher negra transcende o papel de objeto, delineado por um olhar superior, para afirmar-se como sujeito ativo e detentora de sua própria narrativa. O ato de escrever uma obra literária vai além do valor estético; torna-se uma forma de resistência e afirmação, desafiando as representações

estereotipadas que historicamente moldaram a percepção pública das mulheres negras.

Considerando a potência da escrita negra feminina na modernidade/colonialidade, Conceição Evaristo (2020) cunha o termo “escrevivência” que, segundo a autora, se origina na expressão literária caracterizada pela autoria negra, feminina e economicamente desfavorecida. Nesse contexto, quem produz o texto, a protagonista da ação, incorpora o ato de escrever não como algo isolado que representa apenas as suas vivências e reflexões, mas sim como um ato permeado pela coletividade. Compreende-se, assim, que na escrevivência a voz da autora se encontra impregnada de uma dimensão coletiva, transcendendo a individualidade e incorporando a experiência compartilhada de mulheres negras. A escrevivência, postulada por Conceição Evaristo (2020), representa, portanto, uma prática literária que vai além da mera expressão individual, caracterizando-se como um espaço de ressonância de vozes coletivas da ancestralidade.

Partindo da importância da coletividade para a expressão das vivências das mulheres por meio da escrevivência, torna-se pertinente abordar a sua relação com o conceito de “dororidade”, de Vilma Piedade (2017). Nos termos de Piedade (2017), a dororidade evoca a dor sentida pelas mulheres negras perante o machismo “[...] mas, neste caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor” (p. 13). Desse modo, a dororidade relaciona-se epistemicamente e discursivamente com a sororidade⁷, que é um conceito que abarca a solidariedade entre as mulheres na luta contra as opressões de gênero. No entanto, enquanto a sororidade busca unir mulheres em uma frente comum contra o machismo, a dororidade leva em conta também as especificidades da experiência das mulheres negras, que enfrentam uma forma de opressão interseccional, em que o racismo e o sexismo se entrelaçam de maneira única e devastadora.

Observa-se, assim, no conceito cunhado por Vilma Piedade (2017) também a importância da coletividade destacada na escrevivência, pois a dororidade se manifesta ao reconhecer que a dor não é uma experiência individual, mas compartilhada por mulheres que compartilham a mesma identidade racial. A cor da pele torna-se um fator determinante na extensão da dor, criando uma conexão entre as mulheres negras que vai além das experiências individuais. A coletividade, assim, surge como uma força que une essas mulheres em uma rede de compreensão mútua, empatia e solidariedade.

Dessa forma, a prática literária da escrevivência dialoga com a dororidade, pois além de desconstruir discursos circunscritos nas narrativas hegemônicas, se torna um instrumento de

⁷ De acordo com Milane do Nascimento Costa (2021), o conceito de “sisterhood” foi cunhado por Kate Millet no final da década de 1960. Amplamente adotado pelo movimento feminista, esse termo foi incorporado em outras línguas, mantendo sua raiz latina 'sóror', que significa irmã. Em português, é traduzido como “sororidade”.

resistência, ressonando as vozes coletivas das mulheres negras e, consequentemente, também as suas dores. Evidencia-se como a escrevivência não só oferece uma opção narrativa, mas também se converte em um espaço de validação das experiências dessas mulheres, confrontando as estruturas de poder que perpetuam a marginalização, constituindo-se em um espaço em que a negritude feminina pode expressar e partilhar a dororidade.

Face à potência e à importância dos conceitos de escrevivência e dororidade para a percepção social da mulher negra, é possível depreender que tais conceitos se mostram enriquecedores na análise dos romances *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), pois ambas as narrativas ecoam vozes plurais da coletividade negra na representação literária das vivências de mulheres racializadas brasileiras denunciando os enfrentamentos e dores vivenciados por elas na modernidade/colonialidade. Além disso, levando em conta a diferença de gênero na autoria dos textos literários abordados, uma vez que *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) é de autoria negra, mas masculina, enquanto *Solitária* (Cruz, 2022) é de autoria negra feminina, estudá-los à luz dos conceitos de Escrevivência e Dororidade torna possível a reflexão sobre a abordagem única e sensível que cada um dos romances traz para as experiências femininas negras, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e rica das nuances dessas vivências diante do contraste entre a autoria masculina e feminina.

PARTE II: EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSQUITO, MAS NÃO CABEM RISOS E SORRISOS

1 DESUMANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE LIMA BARRETO COMO ESPAÇO DE INSUBMISSÃO

Retomando sumariamente a discussão apresentada até agora, entende-se que na modernidade/colonialidade os mecanismos de silenciamento e opressão impostos pelos colonizadores aos povos colonizados manifestam-se em todas as instâncias da vida social. Permeiam desde a divisão do trabalho e a distribuição de renda até a monopolização da produção de conhecimento.

Nesse sentido, Aimé Césaire (2010) concebe que, no caso de sociedades que foram submetidas ao processo de colonização, mesmo após o fim do regime colonial, os abusos cometidos durante o colonialismo contra os povos colonizados apenas são sobrepostos por outros tipos que são tão nocivos quanto. O autor demonstra que não há espaço para humanidade na relação estabelecida entre colonizador e colonizado, sendo que o primeiro é posto em uma posição de “vigilante” e “feitor”, enquanto o outro é reduzido a um instrumento de trabalho. Assim, os povos colonizados são, nos termos de Césaire (2010), “coisificados”, sendo que essa redução a meros objetos é uma das mais cruéis formas de desumanização, uma vez que lhes é negada a agência e a plena participação na construção de suas próprias histórias e identidades. Esse processo de “coisificação” fundamenta a exploração não apenas econômica, mas também cultural e psicológica dos colonizados, perpetuando um ciclo de subordinação e violência simbólica.

Sob essa ótica, considerando que os colonizados são coisificados aos olhos dos colonizadores de forma a terem sua humanidade negada, entende-se que o acesso à Literatura e sua representação nos textos literários também lhe é dificultado. Antonio Candido (2011) postula que é possível compreender a Literatura como uma necessidade inerente ao ser humano, porque, nas palavras do ensaísta, a criação literária “dá forma aos sentimentos e à visão de mundo, ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza” (p.186). Sendo assim, a privação do acesso à Literatura está estritamente ligada às relações de poder entre a classe dominante e os dominados.

Partindo dessa concepção, pode-se inferir que a privação do alcance às diferentes formas de Literatura significa também podar as trocas e reflexões que floresceriam a partir desse tipo de leitura. Candido (2011) elucida que as obras literárias possuem o poder de confirmar ou negar algo, apoiar ou combater, bem como denunciar, sendo, portanto, essenciais para a formação da criticidade do ser humano. A Literatura concede “[...] a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (Candido, 2011, p. 177), permitindo a construção de uma consciência crítica e coletiva.

Dessa forma, chega-se ao entendimento de que autores negros, por estarem fora do padrão de branquitude privilegiado no território literário nacional e se constituírem, segundo Dalcastagnè (2012), como vozes não autorizadas, ao lutarem por seu espaço no cânone literário, podem desafiar as estruturas de poder estabelecidas e promover uma ruptura significativa nas narrativas hegemônicas. A luta desses autores por reconhecimento no espaço literário representa uma forma de resistência contra a coisificação e a desumanização impostas pela colonialidade. Consequentemente, ao inserirem suas experiências e perspectivas na Literatura, eles não apenas reivindicam sua humanidade, mas também contribuem para a formação de um panorama cultural e literário em que as vozes negras se fazem presentes. Cuti (2010) demonstra, assim, que retratar literariamente o preconceito racial é umas das formas empregadas por esses autores para romper com as práticas discriminatórias, pois denunciam as contradições e consequências da colonialidade por meio da demarcação do seu local de fala.

Dada a importância da representação na Literatura da subjetividade vivenciada pela negritude brasileira para o rompimento das ideologias racistas e hegemônicas que compõem a colonialidade, Cuti (2010) cunha o conceito de “Literatura Negro-Brasileira”, pois, nos termos do autor, a “afro-brasilidade” que é abarcada no conceito de “Literatura Afro-Brasileira” pode contemplar também pessoas que não são necessariamente negras. Além disso, de acordo com o mesmo autor, a Literatura produzida pelos autores negros brasileiros se constitui como uma vertente da Literatura Brasileira e não da Literatura Africana, logo, nomeá-la como “afro” se torna incoerente. Cuti (2010) propõe, então, uma Literatura Negro-Brasileira que emerge a partir de uma população negra constituída fora do continente africano e de suas experiências no Brasil:

A singularidade é negra e, ao mesmo tempo, brasileira, pois a palavra “negro” aponta para um processo de luta participativa nos destinos da nação e não se presta ao reducionismo contribucionista a uma pretensa brancura que a englobaria como um todo a receber, daqui e dali, elementos negros e indígenas para se fortalecer. Por se tratar de uma participação na vida nacional, o realce a essa vertente literária deve estar referenciado à sua gênese social ativa. O que há de manifestação reivindicatória apoia-se na palavra “negro” (Cuti, 2010, p. 19).

Sob essa ótica, a Literatura Negro-Brasileira não apenas representa a produção literária de autores negros, mas também destaca uma forma de resistência e reivindicação de identidade negra que também é intrinsecamente brasileira. Ao utilizar o termo “negro”, Cuti (2010) enfatiza a luta contínua e ativa da negritude brasileira em moldar os destinos da nação, contrastando com uma visão simplista de contribuição à cultura predominante que é reproduzida na colonialidade. Essa literatura, portanto, não se limita a retratar a experiência negra de forma passiva ou exotizada, mas se propõe a afirmar uma presença cultural ativa e crítica que desafia as narrativas dominantes e contribui para a formação de uma consciência coletiva antirracista.

Lima Barreto (2012) é um exemplo importante dessa resistência presente no que Cuti (2010) postula como Literatura Negro-Brasileira. Em suas obras, Barreto (2012) desafiou as estruturas de poder e as narrativas dominantes de sua época, denunciando o racismo, a desigualdade social e a corrupção que permeavam a sociedade brasileira. Nascido em 1881, o escritor viveu em um período de intensas transformações sociais e políticas no Brasil. Filho de uma professora e de um tipógrafo, enfrentou as dificuldades impostas pela sociedade racista e elitista. Cuti (2010) ressalta que no contexto histórico em que o autor viveu a crença da superioridade congênita branca ainda fazia parte da sociedade, logo, personagens negros eram retratados literariamente aos olhos de autores brancos de forma meramente figurativa, reforçando estereótipos. Entretanto, ainda que a ideia de inferioridade fosse imposta aos negros no Brasil, Cuti (2010) concebe que para um autor como Lima Barreto “Não interessava o silêncio, o acobertamento completo de sua psique, porque o silêncio abafa e impede a realização de uma das funções básicas da literatura: a catarse” (p. 32).

Nesse sentido, o discurso emanado nas obras barretianas surge de um lugar de resistência e denúncia ocupado pela negritude brasileira, se diferenciando e fazendo oposição à reprodução da matriz europeia que, de acordo com Cuti (2010) e Santiago (2000), permeia o cânone literário brasileiro. Levando em conta que a Primeira República se constitui como o contexto de escrita de Barreto (2012), Cuti (2010) descreve que durante esse período a possibilidade de ascensão da perspectiva negro-brasileira na Literatura era ainda mais limitada, pois a única perspectiva que importava aos abolicionistas era o fim do regime escravocrata e não uma transformação estrutural que abordasse as desigualdades raciais e sociais que persistiam na sociedade brasileira. Isso criou um ambiente literário e cultural no qual as vozes negras eram sistematicamente marginalizadas e silenciadas, e a perspectiva europeia continuava a dominar.

Lima Barreto, ao contrário do que lhe era socialmente imposto, utilizou sua escrita para dar voz aos marginalizados e expor as injustiças da sociedade brasileira. Na condição de homem negro e vindo de uma família humilde, Afonso Henriques de Lima Barreto teve, segundo Alfredo Bosi (1994), uma vida penosa como jornalista e amanuense pobre. Haja vista isso, nos termos de Bosi (1994), a história de vida de Lima Barreto explica o cerne ideológico de sua obra, uma vez que o autor tinha consciência de sua condição social e a observava criticamente. Considerando que, conforme já descrito por Cuti (2010), durante o período histórico em que o escritor viveu, a imposição da perspectiva europeia também se fazia presente no campo literário, as obras barretianas não eram bem recebidas pela crítica literária de seu tempo, sendo que o seu estilo de escrita, considerado simples e “imperfeito”, era criticado negativamente. Entretanto, conforme postulado por Clóvis Moura (1981), a opção de Lima Barreto por escrever obras com uma linguagem menos rebuscada e mais acessível fazia parte também de seu posicionamento enquanto escritor:

Esta posição inovadora de Lima Barreto não advinha, porém, como muitos de seus críticos apontam, de um menor adestramento seu como escritor ou insuficiente domínio da língua, mas, pelo contrário, era uma posição consciente, que refletia essencialmente a sua posição como homem e como artista em relação à realidade brasileira (Moura, 1981, n.p).

Assim, a partir de uma linguagem considerada simples, os textos de Lima Barreto revelam a complexidade e a diversidade da experiência negra no Brasil, desafiando as narrativas hegemônicas e eurocêntricas. À Luz de Candido (2006), que postula o fato de a estrutura social do contexto de produção ser refletida tanto na temática escolhida para obra quanto em sua forma, entende-se que a linguagem direta e acessível de Barreto não se trata de desleixo ou falta de acurácia no uso da linguagem literária, mas uma escolha estilística que se alinha à necessidade de abordar de maneira incisiva e sem rodeios as questões sociais que ele denuncia.

Nessa perspectiva, as escolhas linguísticas de Lima Barreto podem ser vistas como uma resposta necessária às injustiças flagrantes e cruéis que ele testemunhava na sociedade brasileira e retratava literariamente. Diante da urgência de denunciar tais injustiças sociais, a estrutura da obra de Barreto emula essa necessidade de presteza ao dar visibilidade para tais questões sociais, rejeitando ornamentos literários e constituindo uma expressão que ressoa de forma incisiva a realidade vivida pelas classes marginalizadas. Por meio de personagens e enredos que exploram a vida dos negros e dos pobres, Barreto subverte as ideologias dominantes presente na literatura brasileira, introduzindo uma nova visão crítica e humanizadora. Transbordando seu posicionamento diante das injustiças sociais desde a opção pela escrita em uma linguagem acessível até a escolha do tema abordado, Lima Barreto não apenas denuncia as injustiças, mas também oferece uma perspectiva única e autêntica que surge de sua própria experiência como um homem negro em uma sociedade profundamente desigual.

Esse olhar crítico barretiano sobre as vivências da negritude brasileira e a pobreza é exposto em *Clara dos Anjos* (2012) de maneira incisiva. O romance em questão que, como já mencionado neste trabalho, foi publicado postumamente, teve sua primeira redação, segundo Bosi (1994), aproximadamente entre 1904 e 1905. Ainda que a obra apresente um protagonismo feminino, Bosi (1994) concebe que no texto há a expressão de uma necessidade autobiográfica do autor. Nessa linha de interpretação, compreende-se que Barreto (2012) canaliza sua própria experiência e observações sociais para dar vida à protagonista Clara e outros personagens marginalizados.

Em relação ao teor crítico da escrita barretiana, Nicolau Sevcenko (1995) argumenta que Barreto (2012), ao retratar as vivências da população marginalizada em *Clara dos Anjos*, bem como em outras de suas produções literárias, critica "as ideologias intolerantes" que permeavam a sociedade brasileira do período histórico retratado. Essa crítica, segundo Sevcenko (1995), se volta

principalmente para a elite brasileira que adotava um cosmopolitismo superficial, reforçando o distanciamento e a exploração das classes populares, principalmente da população pobre e negra. A partir de tais postulações, entende-se que, em *Clara dos Anjos* (2012), Barreto retrata também a alienação da burguesia brasileira, que, ao importar modelos culturais europeus, ignorava a realidade social e as necessidades das populações locais, fomentando a manutenção de estruturas de poder que marginalizam as classes menos favorecidas, sobretudo a população negra.

No romance, a jovem negra Clara dos Anjos enfrenta preconceitos raciais e dificuldades impostas por uma sociedade marcada pela discriminação de raça, gênero e classe. Sendo assim, mesmo que o conceito de colonialidade ainda não fosse utilizado no período histórico em que o texto foi escrito, é possível perceber que, ao retratar a marginalização social vivenciada pela protagonista e, conseqüentemente, desvelar as estruturas racistas, hegemônicas e patriarcais que fundamentavam a sociedade brasileira daquele período, o romance não só oferece um olhar crítico à estrutura social fundamentada pela colonialidade como também apresenta uma narrativa que coloca os marginalizados no centro da história, reivindicando seu espaço na sociedade.

2 COLONIALIDADE, SEGREGAÇÃO E APOROFOBIA: A VIDA SUBURBANA EM *CLARA DOS ANJOS*

O romance barretiano *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), ao narrar o desenlace da vida da protagonista Clara que, como já aqui abordado, foi mais uma entre as jovens negras que o antagonista Cassi Jones desonrou e abandonou, se inicia com a apresentação da família “dos Anjos” de forma a também delimitar o espaço do suburbano carioca, tanto em seus aspectos físicos quanto nos sociais, a partir da perspectiva do narrador que traça o cenário geográfico e social da vida no subúrbio do Rio de Janeiro.

Joaquim dos Anjos, pai da jovem protagonista, é o primeiro personagem apresentado, sendo descrito como um homem negro que “na sua simplicidade de nascimento, origem e condição, [...] acreditava-se músico de certa ordem” (Barreto, 2012, p. 01). Percebe-se, em tal trecho, a construção de um narrador que opta por enfatizar que Joaquim se considerava músico mesmo com seu contexto de vida simples, o que reflete uma sutil alusão às barreiras sociais e econômicas que limitam o acesso ao conhecimento e às oportunidades para as camadas populares. Logo, apresenta-se uma perspectiva barretina no sentido de que era uma ousadia alguém como Joaquim, como homem pobre e negro, aspirar a ser músico e acreditar no próprio talento. Dando continuidade à composição do personagem, é narrado que Joaquim, apesar de apreciar música, possuía pouca ambição tanto no âmbito musical, quanto em outros aspectos de sua vida, se contentando com, nos termos do

narrador, um pequeno emprego público de carteiro e uma humilde casa no subúrbio carioca. A esposa do carteiro, dona Engrácia, bem como a filha Clara, também afrodescendentes, são apresentadas como de comportamento passivo e que acatavam as decisões tomadas por Joaquim.

A composição da família Dos Anjos como uma unidade modesta e resignada reafirma as limitações e as dificuldades enfrentadas pelas famílias com tais condições sociais. A partir dessa construção inicial, Lima Barreto (2012) desenha um quadro da vida suburbana e das restrições impostas a famílias negras e pobres no Rio de Janeiro da Primeira República. A casa de Joaquim dos Anjos e sua rotina familiar são descritas de maneira que ressaltam a simplicidade e a resignação, aspectos esses que refletem o modo como os sonhos e aspirações pessoais eram sufocados pela dura realidade enfrentada por aqueles que eram postos à margem da sociedade. Por conseguinte, subentende-se que a resignação da família do carteiro não deve ser interpretada como uma falta de força ou resistência, mas sim como um modo de sobrevivência em um contexto em que pessoas como Joaquim e sua família possuíam um acesso extremamente limitado às oportunidades de ascensão social.

À medida que a família de Clara e seu círculo de amigos são descritos, a narrativa também traça as características da região do subúrbio que esses personagens habitam. O narrador se detém a apresentar os detalhes físicos da rua em que se localizava a pequena casa da família Dos Anjos:

A rua em que estava situada a sua casa se desenvolvia no plano e, quando chovia, encharcava e ficava que nem um pântano; entretanto, era povoada e se fazia caminho obrigado das margens da Central para a longínqua e habitada freguesia de Inhaúma. Carroções, carros, autocaminhões que, quase diariamente, andam por aquelas bandas a suprir os retalhistas de gêneros que os atacadistas lhes fornecem, percorriam-na do começo ao fim, indicando que tal via pública devia merecer mais atenção da edilidade (Barreto, 2012, p. 02).

A descrição da rua onde vive a família de Clara sugere, de forma implícita, que as condições de vida no subúrbio carioca eram precárias e frequentemente negligenciadas pelo poder público. O fato de o narrador pontuar que, dada a importância da rua para o trânsito comercial, o local merecia mais atenção de edilidade, suscita a denúncia do descaso e da desigualdade na distribuição de recursos e serviços públicos.

Evidencia-se também, dessa forma, um importante traço estilístico da escrita barretiana postulado por Bosi (1994): “[...] as realidades sociais, isto é, o conteúdo pré-romanesco, embora escolhidas e elaboradas pelo ponto de vista afetivo e polêmico do narrador, não parecem, de modo algum, forçadas a ilustrar inclinações puramente subjetivas” (p. 318). Por conseguinte, a escolha narrativa de ressaltar o contraste entre a importância econômica da rua para o comércio e a negligência em relação às necessidades dos moradores se constitui como mais um exemplo da crítica social presente na obra de Lima Barreto (2012) que revela o tratamento do poder público

destinado aos pobres. Demonstra-se, assim, que a população marginalizada e residente nos subúrbios era sistematicamente negligenciada pelas autoridades, cujas ações e políticas públicas priorizavam as áreas centrais habitadas pela burguesia. Evidencia-se, dessa maneira, o processo de coisificação a que os povos colonizados e as pessoas mais socialmente desfavorecidas eram submetidos, pois quando o trânsito de mercadorias é priorizado em detrimento da qualidade de vida dos habitantes daquela região do subúrbios, os sujeitos são reduzidos a meras mercadorias a que se atribui menos valor do que as que são ali transportadas. É suscitado, então, o sentido de que, aos olhos do poder público, os moradores daquela região equivaliam à uma “mercadoria de baixo valor”.

Diante disso, entende-se que espaço do subúrbio em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) não é apenas um pano de fundo para a narrativa, mas também, segundo Lilia Schwarcz (2017), uma forma de Lima Barreto (2012), enquanto alguém que viveu no espaço suburbano carioca, empregar sua própria subjetividade na obra:

Há muitos personagens na obra de Lima que emprestam o nome para expressar vicissitudes de seu criador, bem como acompanham etapas diferentes de sua biografia. Mas apenas Clara foi parceira da vida toda. Tanto que, até no ano da morte prematura dele, 1922, Lima dizia estar reescrevendo esse romance. Assim, se não é possível vincular a protagonista a um momento específico da obra do escritor, é fácil localizá-la num contexto geográfico particular: os subúrbios cariocas, com toda a carga simbólica que eles têm na história do autor (Schwarcz, 2017, p. 204).

A partir da reflexão de Schwarcz (2017), elucida-se que Barreto (2012) utiliza-se de sua experiência como um cidadão que morou e transitou nos subúrbios do Rio de Janeiro para representar de forma autêntica e crítica a realidade social vivida por muitos dos seus personagens. A localização geográfica dos subúrbios cariocas não é meramente um cenário, mas uma escolha deliberada do autor para evidenciar as desigualdades e a marginalização enfrentadas por seus habitantes.

Ainda sobre o papel da construção do espaço físico do subúrbio em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), em trabalho anterior⁸ foi proposta a reflexão de que a descrição da precariedade física suburbana permite a compreensão de que a degradação física do ambiente reflete também a degradação moral dos seus habitantes (Abreu, 2021). Isso evidencia-se quando a narração da obra descreve que:

⁸ Trabalho de Conclusão de Curso realizado pela autora sob orientação do Prof. Dr. Wagner de Souza e apresentado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura do Curso de Letras.

O estado de irritabilidade, provindo das constantes dificuldades por que passam, a incapacidade de encontrar fora do seu habitual campo de visão motivo para explicar o seu mal-estar, fazem-nas descarregar as suas queixas, em forma de desaforos velados, nas vizinhas com que antipatizam por lhes parecer mais felizes (Barreto, 2012, p. 38).

Ao expandir a discussão previamente apresentada, pode-se inferir que o romance revela como a qualidade de vida precária no subúrbio não só limita o bem-estar físico de seus moradores, mas também impacta profundamente suas relações interpessoais e saúde mental. A descrição feita pelo narrador sobre o estado de irritabilidade dos habitantes do subúrbio demonstra que a frustração acumulada devido às condições de vida precárias se manifesta em conflitos e ressentimentos dentro da comunidade, criando um ambiente de tensão constante. Essa dinâmica é uma consequência direta da marginalização e da falta de acesso a recursos básicos para sobrevivência, o que faz com que os indivíduos não só pereçam fisicamente, mas também no âmbito psicológico.

A delimitação do espaço geográfico e social do subúrbio carioca feita na obra traça, assim, um panorama abrangente das condições de vida dos personagens que ali habitavam, enfatizando as dificuldades enfrentadas por eles e o impacto disso em suas interações cotidianas. Incita-se a reflexão de que a precariedade física do ambiente, aliada à marginalização social, contribui para um ciclo de degradação que afeta tanto o espaço quanto os indivíduos que nele habitam. Dessa forma, Barreto (2012) denuncia o descaso do poder público com os pobres do subúrbio ao evidenciar as condições insalubres e a falta de infraestrutura básica.

No que concerne à relação entre a vida social e a pobreza, Adele Cortina (2020) cunha o conceito de “aporofobia”, que contempla a rejeição ao pobre, concebendo que “[...] é indubitável que seja urgente dar nome a essa rejeição do pobre, do desamparado, porque essa atitude tem uma força na vida social que é ainda maior, precisamente porque atua a partir do anonimato” (Cortina, 2020, p. 32). Diante de tal premissa, ao descrever as condições de vida da família Dos Anjos e propor a delimitação da precariedade da parte do subúrbio que habitavam, a narrativa de Lima Barreto (2012) expõe de maneira incisiva o que se poderia chamar hoje de uma aporofobia estrutural que permeava a sociedade brasileira daquele período. Compreende-se, assim, que a representação no romance da rejeição e o abandono da região mais humilde do subúrbio pelo poder público não são incidentes isolados, mas reflexos de uma atitude generalizada que desvaloriza e marginaliza os pobres.

Outro contraste explorado por Lima Barreto (2012) ao retratar o desprezo com o qual os socialmente mais desfavorecidos eram tratados se manifesta na representação da parte do subúrbio carioca em que morava Cassi Jones, o rapaz branco e com ares burgueses que foi o algoz de Clara. Ao passo que o narrador detalha mais a vida familiar do antagonista, torna-se perceptível que,

apesar de se tratar de uma família que também habitava o subúrbio, tinha condições financeiras significativamente melhores do que os Dos Anjos. É narrado que a mãe de Cassi, dona Salustiana, se gabava por ser, supostamente, descendente de um lorde inglês, logo, compreende-se que a família possuía, em certa medida, algum status de superioridade social. Tendo em vista isso, no romance, o narrador descreve que a casa de Cassi se localizava em uma parte do subúrbio com características distintas de onde Clara morava:

A residência dos pais de Cassi ficava num subúrbio tido como elegante, porque lá também há estas distinções. Certas estações são assim consideradas, e certas partes de determinadas estações gozam, às vezes, dessa consideração, embora em si não o sejam. O Méier, por exemplo, em si mesmo não é tido como chique; mas a Boca do Mato é ou foi; Cascadura não goza de grande reputação de fidalguia, nem de outra qualquer prosápia distinta; mas Jacarepaguá, a que ele serve, desfruta da mais subida consideração (Barreto, 2012, p. 75).

A constatação feita pelo próprio narrador de que certas regiões suburbanas recebem mais “consideração” do poder público enquanto outras são abandonadas denota que as disparidades e hierarquias sociais dentro do próprio subúrbio são evidentes e refletem a desigualdade presente na sociedade brasileira. Essa distinção entre os diferentes subúrbios evidencia não apenas a divisão econômica, mas também a segregação social segundo a qual quanto mais financeiramente desfavorecido alguém é, maior é o descaso sofrido em termos de acesso a recursos e serviços públicos. Essa segregação é refletida no status social dos moradores, uma vez que expressões como “tido como elegante” e “reputação de fidalguia” mostram que o valor social dos sujeitos é, na concepção do narrador, um reflexo direto do status do espaço geográfico que ocupam, mesmo dentro do ambiente suburbano. Assim, o valor atribuído às pessoas é correlacionado ao valor atribuído ao espaço, perpetuando a exclusão e marginalização de quem vive nas áreas menos privilegiadas.

O fato da família de Cassi ser branca e ter uma suposta origem nobre, enquanto Clara e seus pais são afrodescendentes, permite a compreensão implícita de que, para além da diferença econômica, a questão racial também possuía um peso significativo para que uma família gozasse de certos privilégios e a outra não. Na descrição do histórico de vida de dona Engrácia, mãe de Clara, por exemplo, é explicitado que seus antepassados haviam sido escravizados. Em relação ao carteiro Joaquim dos Anjos, narra-se que ele decidiu se mudar para o Rio de Janeiro para trabalhar na mineração de diamantes para um engenheiro inglês, pois estava “Desgostoso com a existência medíocre na sua pequena cidade natal” (Barreto, 2012, p. 01). Nesse sentido, percebe-se no romance a denúncia de que, mesmo após o fim formal do período colonial, a desigualdade racial

permaneceu profundamente enraizada na colonialidade, perpetuando as condições de pobreza e marginalização para as famílias afrodescendentes, como a Dos Anjos.

Desse modo, entende-se que Lima Barreto (20120), por meio de sua narrativa, ressalta como o passado escravocrata continuava a influenciar as vidas dos descendentes dos povos colonizados, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. Essa continuidade histórica é ressaltada pela falta de oportunidades e a resignação de personagens como Joaquim dos Anjos, que apesar de suas aspirações e talentos, encontrava-se preso em uma realidade limitante e opressiva, enquanto alguém como dona Salustiana usufruía de certos privilégios e benefícios sociais devido à sua suposta ascendência nobre e condição racial.

O contraste entre as condições de vida da família de Clara e a realidade social vivenciada por Cassi e seus familiares, embora também fundamentada pela disparidade financeira, é permeada pelas profundas marcas do passado escravocrata que compõe a colonialidade. O fato de a família de Clara, mesmo sendo constituída por pessoas livres perante a Constituição⁹, não ter perspectivas de ascensão social retrata literariamente a denúncia feita por Clóvis Moura (1989) de que a cidadania concedida aos negros após a abolição era, de certo modo, simbólica, pois eles estavam presos em uma imobilidade social engendrada pelas ideologias racistas e hegemônicas que ainda faziam parte da sociedade.

Sob essa ótica, compreende-se que a descrição da constituição física do cenário da narrativa elucida esse imobilismo social imposto à população negra brasileira no contexto da Primeira República retratando como se dava o que Lélia Gonzalez (2020), posteriormente, concebeu como “divisão racial do espaço”. Essa divisão racial do espaço, conforme delineada por Gonzalez (2020), refere-se à segregação espacial que reservava os melhores bairros e regiões da cidade para os brancos e confinava os negros e pobres em áreas menos desenvolvidas e carentes de infraestrutura básica. No romance, essa divisão é evidente na diferença entre o subúrbio habitado pela família de Clara e o subúrbio mais "elegante" onde vive a família de Cassi Jones.

Além disso, na apresentação do núcleo familiar da protagonista é relatado que Clara era filha única, pois havia sido a única sobrevivente entre os demais filhos que Joaquim e dona Engrácia tiveram. Ainda que as causas dos falecimentos dos outros filhos da família Dos Anjos não tenham sido detalhadas, é possível deduzir que a mortalidade infantil foi consequência das adversidades enfrentadas pela família, como a falta de acesso a serviços de saúde adequados e condições de vida precárias, completando a compreensão do contexto de vulnerabilidade em que viviam. A escolha

⁹ Considerando o contexto de produção da obra, a Constituição Federal em vigor era a de 1891, que foi fundamental para a instituição da forma federativa de Estado e da forma republicana de governo no Brasil, estabelecendo a independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Entretanto, o documento não abordou os direitos sociais dos negros recém-libertados, refletindo um viés elitista dos seus redatores.

feita pelo narrador de mencionar na descrição da família que a jovem Clara era a única filha sobrevivente ressoa a denúncia, por parte do autor da obra, do descaso do poder público com as vidas de pessoas pobres e negras.

As condições de vida da família de Clara no subúrbio e o fato da jovem ser a única que havia sobrevivido dentre os outros filhos que Joaquim e Engrácia tiveram dialoga, assim, com a noção de Biopolítica conforme postulada por Michael Foucault (1988), que se refere ao conjunto de práticas e políticas adotadas pelo Estado para gerir a vida das populações. No contexto do romance, a alta mortalidade infantil na família Dos Anjos sugere uma negligência sistemática por parte das instituições públicas em fornecer cuidados básicos de saúde e condições de vida dignas para as camadas mais vulneráveis da sociedade. Tendo em vista que a descrição da família explicita que são pessoas que não atendem aos padrões da branquitude, é plausível ponderar que a escolha de Lima Barreto (2012) ao traçar o fenótipo dos personagens e suas condições de vida não é aleatória, pois, como discutido anteriormente, mesmo após a abolição do regime escravocrata, a população negra brasileira ainda era vista socialmente como inferior e confinada a espaços marginalizados, como os subúrbios, onde o acesso a recursos hoje tomados como essenciais era escasso. Por conseguinte, a negligência destinada à família da protagonista pode ser vista como a representação literária de uma forma de controle biopolítico em que a vida e a morte de pessoas pobres e negras são reguladas de maneira a perpetuar a desigualdade e a marginalização.

Ao refletir sobre o impacto do ambiente em que se vive para a qualidade de vida, torna-se possível subentender que, desvelando a divisão racial do espaço, a obra também retrata indiretamente o modo como a colonialidade se manifesta na vida social, dado que habitar uma região mais elegante do subúrbio implica ter uma qualidade de vida superior e acesso a oportunidades diferentes. As famílias que vivem em áreas privilegiadas têm acesso a melhores serviços públicos, infraestrutura e oportunidades de ascensão social. Em contraste, as famílias que vivem em áreas negligenciadas pelo poder público enfrentam condições de vida precárias, com menos acesso a serviços de saúde, educação e trabalho, o que as tornam vulneráveis a ciclos de pobreza e opressão ao longo de suas gerações. Logo, a partir das estratégias narrativas apresentadas em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), pode-se compreender que a marginalização enfrentada pela família Dos Anjos é fundamentada pela colonialidade, uma vez que se entende que o fato da família habitar uma das regiões mais precárias do subúrbio impacta diretamente sua qualidade de vida e está relacionado com a falta de oportunidades de ascensão social que tiveram devido à herança histórica e social da escravidão. Esse legado de discriminação e exclusão perpetua a colonialidade, que se manifesta na estrutura urbana e nas dinâmicas sociais que segregam e marginalizam a população negra.

3 O SABER COMO INSTRUMENTO DE PODER: EDUCAÇÃO, RAÇA E PODER NA CONSTRUÇÃO DOS PERSONAGENS BARRETIANOS

Para além da perspectiva física, a tecitura do romance barretiano ainda revela que o imobilismo social imposto à negritude em uma sociedade transpassada pela colonialidade também se manifesta em outras instâncias, como no acesso ao conhecimento formal e sistematizado. Joaquim, pai de Clara, conforme discutido anteriormente, apreciava música, mas é salientado que “O seu saber musical era fraco; adivinhava mais do que empregava noções teóricas que tivesse estudado. Aprendeu a "artinha" musical na terra do seu nascimento [...]” (Barreto, 2012, p. 01). Além disso, é descrito que o carteiro não tinha o hábito de ler jornais e se interessava pouco por política. Engrácia e Clara, por sua vez, tal como já exposto, eram uma extensão de Joaquim, sendo narrado que ambas ficavam em casa cuidando do trabalho doméstico e raramente saíam. A partir disso, subentende-se que o romance de Lima Barreto (2012) retrata a falta de acesso à educação formal e ao conhecimento reconhecido como de erudição como mais uma barreira enfrentada pelas famílias afrodescendentes e pobres no contexto da Primeira República. A ausência de oportunidades educativas pode ser interpretada como ferramenta de controle social, pois impede que indivíduos e grupos marginalizados adquiram o conhecimento necessário para questionar e resistir às estruturas opressivas. A descrição de Joaquim dos Anjos como alguém que adivinhava mais do que empregava noções teóricas de música, aliada ao seu desinteresse por política e a falta de hábito de leitura, ressalta a precariedade educacional e a falta de contato com uma cultura dita douta ou erudita, a ele impostas.

A construção dos personagens brancos da narrativa também retrata a disparidade entre o acesso ao conhecimento e às oportunidades entre a branquitude e a negritude naquele contexto histórico. É exposto que Cassi Jones, por exemplo, apesar de não ter se dedicado aos estudos por escolha própria, teve até mesmo a oportunidade de estudar em um colégio dirigido por padres que era tido como referência naquela época, sendo descrito que, quando o seu pai viu que o filho mal lia e escrevia, descidiu colocá-lo em tal colégio numa tentativa de salvar sua educação:

[...] Manuel de Azevedo veio encontrar, aos treze anos, o filho completamente viciado, fumando às escâncaras, mal lendo, aos gaguejos, e escrevendo ainda muito pior. Pô-lo nos "Salesianos" de Niterói. As informações semanais eram péssimas; e, ao fim de três ou quatro meses de colégio, não sabemos que torpeza cometeu no colégio que, uma bela tarde, acompanhado de um padre magro, com uma cortante figura angulosa de asceta, veio a ser entregue Cassi ao pai, em casa (Barreto, 2012, p. 14).

A distinção entre as oportunidades educacionais que Cassi teve em relação à realidade vivenciada por Clara e sua família ressalta a desigualdade estrutural presente na sociedade em que pessoas negras não tem acesso às mesmas oportunidades que a branquitude. Considerando a contextualização dos personagens, é possível inferir que o acesso à educação formal pode ter influído diretamente no fato de Cassi ter conseguido manipular Clara de modo que a jovem e nem mesmo sua família tenham percebido a tempo. Pode-se supor que, embora o antagonista não tenha se dedicado aos estudos, ter tido acesso à melhores oportunidades educacionais poderia ter contribuído para a sua habilidade de se comunicar e persuadir, características que usou para enganar e manipular Clara. Desvela-se, assim, como a colonialidade do saber age fomentando a marginalização da negritude, pois a falta de conhecimento e recursos informativos de Clara e sua família os tornaram vulneráveis às manipulações de Cassi, evidenciando o impacto da desigualdade educacional e informativa na perpetuação da opressão e exploração.

Ao comparar a perspectiva que o padrinho de Clara, Marramaque, tinha sobre Cassi em relação à ingenuidade da família Dos Anjos, é possível notar, novamente, como a educação e o acesso ao conhecimento moldam a capacidade crítica e, consequentemente, defensiva dos indivíduos. Desde a primeira menção sobre a possibilidade de Cassi Jones ir ao aniversário de Clara para tocar modinhas quando, durante uma partida de solo entre amigos na casa de Joaquim, Lafões pediu autorização para levá-lo, Marramaque, que já tinha conhecimento do histórico do rapaz por causa das notícias dos jornais, se opôs. É descrito que o padrinho de Clara era um homem branco e que “[...] apesar de sua instrução defeituosa, senão rudimentar, tinha vivido em roda de pessoas de instrução desenvolvida e educação, e convivido em todas as camadas” (Barreto, 2012, p. 14). Durante a construção do personagem, é complementado pelo narrador que ele teve a oportunidade, inclusive, de frequentar ambientes sociais compostos por pessoas consideradas eruditas. A partir disso, é possível refletir que a cor da pele de Marramaque pode ter lhe proporcionado oportunidades de convivência e acesso a círculos sociais que, embora não o tornassem um homem de instrução formal, lhe permitiram desenvolver uma percepção mais crítica e um senso de discernimento que faltavam à família Dos Anjos. A reflexão feita pelo narrador ressalta a importância da oportunidade de frequentar diversos círculos sociais e do hábito da leitura para o desenvolvimento do senso crítico do amigo de Joaquim:

Tendo vivido assim, em vários e diferentes meios, ganhando experiência e conhecimento dos homens e das coisas da vida, estava apto para julgar bem quem era Cassi Jones. Demais, devido à sua convivência com literatos, poetas e escritores, adquirira o hábito tirânico de ler diariamente todos os jornais que apanhava na repartição, e não fazia lá outra coisa, devido a seu estado de saúde (Barreto, 2012, p. 17).

A distinção entre as oportunidades que Marramaque tivera ao longo da vida em relação à realidade social vivenciada pela família Dos Anjos alinha-se com a ponderação feita por Gonzalez (2020) de que mesmo em situações em que uma pessoa negra e outra branca possuem a mesma condição financeira, aquele que é branco ainda terá mais oportunidades de ascensão social e de acesso a espaços e conhecimentos que são frequentemente negados à população negra. A cor da pele, portanto, funciona como um determinante social que facilita ou dificulta o acesso a determinados ambientes sociais, perpetuando a desigualdade racial propagada durante o período colonial.

Essa disparidade é ilustrada de forma concreta na forma como Marramaque reage à presença de Cassi Jones. A leitura diária de jornais e a convivência com pessoas instruídas proporcionaram ao homem uma compreensão mais profunda das intenções e do caráter das pessoas, algo que a família Dos Anjos, devido às suas limitações impostas pela estrutura social racista, não conseguiu desenvolver. A preocupação de Marramaque com a presença de Cassi no aniversário de Clara não é apenas fruto de sua experiência pessoal, mas também de uma leitura informada da realidade social e das dinâmicas de poder que operam em sua sociedade.

O fato de que o padrinho de Clara, mesmo possuindo condições financeiras semelhantes às da família da protagonista, ter tido a oportunidade de acessar ambientes que o permitiu conviver com pessoas de classes sociais mais altas e que puderam ter uma educação formal, enquanto os integrantes da família Dos Anjos, tal como refletido anteriormente, estavam confinados a um círculo social restrito e a uma educação limitada, revela a existência do que Cida Bento (2022) denomina como "pacto narcísico da branquitude". Esse pacto refere-se a um acordo não verbalizado em que a branquitude, mesmo entre suas diferentes camadas sociais, se une tacitamente para manter os privilégios raciais, garantindo que brancos sempre tenham acesso a certas vantagens e oportunidades negadas às pessoas negras. A partir dessa ótica, subentende-se que Marramaque ser aceito e bem-vindo em círculos de convivência compostos por pessoas de classes sociais mais elevadas e que receberem educação formal não é apenas um reflexo de sua competência pessoal, mas também de um privilégio racial que lhe é concedido, um acesso negado sistematicamente à população negra.

Ao refletir, então, sobre a construção da distinção entre o contexto de vida de personagens negros e brancos que possuíam condições financeiras semelhantes feita no romance é possível compreender que, além de denunciar o preconceito racial e a marginalização da negritude brasileira, revela-se também como a colonialidade do poder, do ser e do saber se manifestam de modo a desumanizar aqueles que não se alinham ao padrão hegemônico imposto pelos colonizadores.

A representação literária de um cenário social em que alguém como Marramaque, um homem branco e de condições financeiras limitadas, teve a oportunidade de frequentar círculos sociais compostos por pessoas tidas por eruditas e literatas, enquanto a família Dos Anjos, que pertencia a mesma classe social que ele, ficou restrita ao ambiente do subúrbio, demonstra como a colonialidade do poder aliada ao pacto narcísico da branquitude permeia todas as camadas sociais. Marramaque poder frequentar diferentes ambientes, inclusive os que são compostos majoritariamente por pessoas de classes sociais mais elevadas, demonstra como as estruturas sociais daquele período concediam privilégios à branquitude, mesmo de classes sociais mais baixas. Se há diferenças de privilégios também entre os brancos, por outro lado há certa permeabilidade entre os núcleos de convívio e círculos de relações no universo de poder no seio da branquitude, o que não ocorre na relação entre sujeitos das diferentes raças.

A constatação do narrador de que a experiência de Marramaque em diversos círculos sociais contribuiu para sua consciência crítica permite refletir que na divisão racial do espaço retratada na obra se manifesta também a colonialidade do saber. A segregação espacial e a exclusão dos negros de certos ambientes sociais são formas de controle que perpetuam a desigualdade de acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, à capacidade de contestar e resistir às estruturas de poder. Nota-se, assim, a representação literária de como na colonialidade do saber também está imbricada a imposição de privação do acesso a determinados ambientes sociais imposto à negritude, pois a narrativa de Lima Barreto (2012) suscita o sentido de que falta de convivência com pessoas instruídas e o acesso limitado a espaços de aprendizado dificultaram a construção de uma consciência crítica e informada na família de Clara. Compreende-se, dessa maneira, que a exclusão dos negros desses ambientes é uma forma de manutenção do poder, garantindo que o conhecimento e as oportunidades permaneçam concentrados nas mãos da branquitude, tal como representado na obra barretiana

A barragem imposta à negritude no que concerne a ascensão social é ainda representada no personagem Leonardo Flores, um poeta negro e suburbano. É demonstrado em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) que Leonardo, autodidata, conseguiu subverter a colonialidade do saber e, mesmo sem ter acesso à educação formal, logrou se tornar um celebre escritor. Entretanto, narra-se também que Flores não conseguiu ganhar dinheiro com o sucesso dos seus livros:

Aparecia, também, em certas ocasiões, o Leonardo Flores, poeta, um verdadeiro poeta, que tivera o seu momento de celebridade no Brasil inteiro e cuja influência havia sido grande na geração de poetas que se lhe seguiram. Naquela época, porém, devido ao álcool e desgostos íntimos, nos quais predominava a loucura irremediável de um irmão, não era mais que uma triste ruína de homem, amnésico, semi-imbecilizado, a ponto de não poder seguir o fio da mais simples conversa. Havia publicado cerca de dez volumes, dez sucessos, com os quais todos ganharam

dinheiro, menos ele, tanto assim que, muito pobremente, ele, mulher e filhos agora viviam com o produto de uma mesquinha aposentadoria sua, do governo federal (Barreto, 2012, p. 29).

A constatação feita pelo narrador de que todos ganharam dinheiro com as obras de Leonardo Flores menos o próprio Leonardo ressalta a exploração econômica e o racismo estrutural que permeavam a sociedade e corroboravam para a manutenção da colonialidade do poder. É possível inferir que, mesmo tendo talento e reconhecimento da qualidade de seus textos, Leonardo não conseguiu transformar seu sucesso em prosperidade financeira devido às barreiras sociais impostas pelas estruturas racistas e hegemônicas que detinham o poder nas mãos da branquitude, pois, a partir do que é narrado, é possível deduzir que os frutos do trabalho de Leonardo Flores foram colhidos pelos donos do veículo de comunicação em que as obras foram publicadas. Isso evidencia como o sistema não só marginaliza os negros, mas também se apropria de suas produções culturais e intelectuais, lucrando com elas enquanto mantém os criadores originais na pobreza e na exclusão.

Refletindo sobre sua própria vida, Leonardo Flores reconhece que, de certa forma, sua cor foi um fator determinante para não colher os resultados financeiros do seu sucesso, mas, ao mesmo tempo, também compreende que a sua insistência em escrever representava a sua redenção e de seus semelhantes:

Meu nome afinal soou, correu todo este Brasil ingrato e mesquinho; e eu fiquei cada vez mais pobre, a viver de uma aposentadoria miserável, com a cabeça cheia de imagens de ouro e a alma iluminada pela luz imaterial dos espaços celestes. O fulgor do meu ideal me cegou; a vida, quando não me fosse traduzida em poesia, aborrecia-me. Pairei sempre no ideal; e se este me rebaixou aos olhos dos homens, por não compreender certos atos desarticulados da minha existência; entretanto, elevou-me aos meus próprios, perante a minha consciência, porque cumpri o meu dever, executei a minha missão: fui poeta! Para isto, fiz todo o sacrifício. A arte só ama a quem a ama inteiramente, só e unicamente; e eu precisava amá-la, porque ela representava, não só a minha Redenção, mas toda a dos meus irmãos, na mesma dor. Louco?! Haverá cabeça cujo maquinismo impunemente possa resistir a tão inesperados embates, a tão fortes conflitos, a colisões com o meio tão bruscas e imprevistas? Haverá? (Barreto, 2012, p. 47).

Diante da reflexão de Leonardo Flores sobre sua posição enquanto escritor e homem negro, percebe-se a complexidade da luta pela afirmação pessoal e coletiva da negritude no contexto de uma sociedade permeada pela colonialidade. A análise de sua trajetória revela como a colonialidade do poder age de maneira a preservar os privilégios da branquitude e a manter as pessoas negras em uma posição de exploração e marginalização, pois quando Leonardo conclui que para ser poeta precisou se sacrificar, revela-se a dura realidade de que, para ele, a arte e a Literatura eram uma forma de resistência e autoafirmação, mas também um caminho repleto de obstáculos fundamentados pela colonialidade. Desse modo, a trajetória de Leonardo Flores exemplifica como

a colonialidade do saber e do poder se entrelaçam, impedindo que indivíduos negros transformem suas realizações intelectuais e artísticas em meios de ascensão social. Logo, pode-se subentender que o fato de Leonardo se entregar ao vício da bebida estava, em certo grau, ocasionado pelo desgosto e frustração que tinha devido a compreender que não conseguiu alcançar uma vida próspera, mesmo sendo um poeta talentoso e reconhecido, devido à marginalização imposta a pessoas de sua cor e classe social.

A representação da consciência social que Leonardo Flores possuía em contraste à inocência e passividade da família Dos Anjos possibilita a reflexão de que, mesmo que a cultura popular tenha grande valor, o acesso ao conhecimento classificado como “erudito”, entre eles o cânone literário, é fundamental para compreender e criticar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a marginalização. A trajetória de Leonardo Flores destaca como o conhecimento considerado erudito não apenas amplia horizontes intelectuais, mas também capacita indivíduos a articular suas experiências pessoais dentro de um contexto mais amplo de injustiça social e discriminação racial. Possibilitaria, nesse sentido, criticar a partir da linguagem própria da branquitude, de dentro de suas estruturas de poder, apropriando-se de suas formas de expressão em benefício dos marginalizados.

Nesse viés, a representação literária da passividade e do conformismo da família Dos Anjos demonstra como a colonialidade do ser está imbricada na colonialidade do poder e na colonialidade do saber. O fato deles serem privados de acessarem determinados ambientes sociais e serem alijados da educação formal não apenas os priva de ter ascensão social, mas também limita sua compreensão referente às estruturas sociais racistas e hegemônicas que perpetuam a desigualdade. Enquanto Leonardo Flores, apesar de suas dificuldades, conseguiu se destacar como poeta e intelectual, a família Dos Anjos permaneceu presa a um ciclo de limitações impostas pela falta de acesso ao conhecimento e à educação formal. Essa diferenciação na representação dos personagens ilustra como a colonialidade não se restringe apenas à marginalização econômica e social, mas também à exclusão cultural e educacional que reforça as hierarquias raciais e sociais. Inibiu-se, assim, a luta contra a opressão na medida em que impede-se a consciência da condição de oprimido.

É possível compreender, assim, que a visada crítica que Leonardo Flores tem sobre sua realidade social e a sua relação com a poesia faz alusão ao caráter humanizador dos textos literários postulado por Candido (2011). Já a representação da falta do hábito da leitura na descrição do patriarca da família Dos Anjos, o que, possivelmente, se estendia à mulher e à filha, pois é descrito que elas seguiam os passos de Joaquim, denota como a privação do acesso à Literatura contribuiu para a perpetuação do imobilismo social e da marginalização. A privação do hábito da leitura, portanto, não é uma mera ausência de um passatempo, mas uma falta significativa de uma ferramenta vital para a conscientização e emancipação dos indivíduos. A narrativa permite, desse

modo, a compreensão de que a desumanização, ou o processo de “coisificação”, como postulado por Cesaire (2010), imposto à negritude brasileira daquele período é amplamente sustentada pela negação de acesso a recursos intelectuais e culturais.

Ao considerar a condição social das mulheres negras representadas na narrativa, é possível refletir que o imobilismo social é agravado por questões de gênero. A descrição da protagonista Clara e de sua mãe como pessoas que viviam a partir das decisões e escolhas feitas por Joaquim dos Anjos denota o papel subordinado das mulheres negras dentro de uma estrutura patriarcal e racista. Elas são retratadas como figuras passivas, cujo espaço de atuação é restrito ao âmbito doméstico, sem acesso às mesmas oportunidades de mobilidade social que seus equivalentes masculinos. Logo, faz-se necessário olhar mais detidamente para as personagens negras femininas de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) a partir de conceitos que contemplam o ambiente interseccional ocupado pela mulher negra na colonialidade por não atender nem aos padrões da branquitude nem aos da masculinidade.

4 ENTRE SILÊNCIOS E SONHOS: A INVISIBILIDADE FEMININA NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

O romance *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) foi nomeado em referência à jovem protagonista Clara; contudo, pode causar estranhamento o fato de que, embora a filha única do carteiro Joaquim e de dona Engrácia esteja no centro da trama, a constituição da personagem feita pelas descrições do narrador não contemple suas habilidades, interesses pessoais e aspirações do mesmo modo que personagens como Joaquim Dos Anjos, Marramaque, Leonardo Flores, Cassi Jones entre outros foram construídos. Entretanto, o fato de a protagonista do romance não ter relevantes aspectos de sua personalidade contemplados pelo narrador não se deve a um descuido de Lima Barreto (2012), pois a ausência desses elementos na construção da personagem é explicada a partir da exposição do seu contexto de vida. Logo após a primeira menção feita sobre a protagonista, o narrador comenta que:

Era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e carinho; e, a não ser com a mãe ou pai, só saía com Dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras.

No mais, isto era raro e só acontecia aos domingos, Clara deixava, às vezes, a casa paterna, para ir ao cinema do Méier ou Engenho de Dentro, quando a sua professora de costuras se prestava a acompanhá-la, porque Joaquim não se prestava, pois não gostava de sair aos domingos, dia escolhido a fim de se entregar ao seu prazer predileto de jogar o solo com os companheiros habituais; e sua mulher não só não gostava de sair aos domingos, como em outro dia da semana qualquer. Era sedentária e caseira (Barreto, 2012, p. 04).

Nota-se que a vida de Clara era baseada, principalmente, em ficar confinada na própria casa e ter aulas de bordados e costura, não havendo menção sobre qualquer formação relacionada a educação formal. Diante disso, é possível refletir que a falta de formação educacional formal e a restrição ao ambiente doméstico são fatores que contribuem para a invisibilização das habilidades e interesses pessoais de Clara. Sua vida era, em grande parte, definida pelas expectativas e limitações impostas pela família e pelo contexto social, que não ofereciam espaço para o desenvolvimento de suas aspirações individuais. O silenciamento por parte do narrador quanto a maiores detalhes da vida de Clara parece, assim, ser refratário do apagamento da personagem como sujeito naquele contexto histórico.

A caracterização da mãe da protagonista, dona Engrácia, como uma mulher sedentária e caseira também transparece a denúncia feita por Lima Barreto (2012) referente à posição social ocupada pelas mulheres no contexto da Primeira República. Em outro ponto da narrativa, é mencionado que a matriarca da família Dos Anjos foi criada por uma família burguesa que escravizou os seus antepassados, tendo a oportunidade de receber boa instrução devido a ser estimada por eles, mas “logo que se casou - como em geral acontece com as nossas moças -, tratou de esquecer o que tinha estudado” (Barreto, 2012, p. 26). A constatação feita pelo narrador de que Engrácia “tratou de esquecer” tudo o que sabia quando se casou ressoa o sentido de que, para as mulheres daquele período, o casamento significava também abdicar de suas individualidades para se tornar uma extensão do marido. Sob essa ótica, o narrador barretiano compõe Engrácia como uma pessoa completamente passiva ao que acontecia à sua volta:

Quem conhecesse intimamente Engrácia, havia de ficar espantado com a atitude decisiva que tomou em relação à visita de Cassi. O seu temperamento era completamente inerte, passivo. Muito boa, muito honesta, ativa no desempenho dos trabalhos domésticos; entretanto, era incapaz de tomar uma iniciativa em qualquer emergência. Entregava tudo ao marido, que, a bem dizer, era quem dirigia a casa. Rol de compras a fazer na venda do "Seu" Nascimento, diariamente, e também o de legumes e verduras, quem os organizava era o marido, especificando tudo por escrito e deixando o dinheiro para o quitandeiro, todas as manhãs, quando ia para o trabalho (Barreto, 2012, p. 25).

A estruturação da personagem Engrácia como alguém de temperamento inerte e passivo que, embora ativa no desempenho de trabalhos domésticos, não conseguia ter iniciativa em outras situações retrata a realidade vivenciada pelas mulheres em um contexto social machista e misógino. A passividade da personagem, que não podia ser responsável nem mesmo pela lista de compras da família, aliada à pontuação feita pelo narrador de que ela, assim como costumeiramente outras moças faziam, esqueceu o que já havia aprendido quando se casou retrata literariamente que o patriarcalismo da cultura do colonizador foi imposto também em território brasileiro. Visto isso, a

narrativa do romance denota que, no caso do Brasil, conforme postulado por Lugones (2020) e Maldonado-Torres (2018), o colonizador europeu impôs o seu sistema de gênero no qual as mulheres eram subjugadas e confinadas ao espaço doméstico, sem oportunidades para desenvolvimento pessoal ou intelectual. Esse sistema de gênero patriarcal não apenas limitava as mulheres, mas também as condicionava a serem reféns de uma dependência em relação aos homens, perpetuando um ciclo de submissão e invisibilidade.

A protagonista Clara, por sua vez, é construída narrativamente de modo a elucidar que a jovem estava seguindo o mesmo modelo de vida que a mãe, pois é narrado que: “o seu ideal na vida não era adquirir uma personalidade, não era ser ela, mesmo ao lado do pai ou do futuro marido. Era constituir função do pai, enquanto solteira, e do marido, quando casada” (Barreto, 2012, p. 49). Observa-se, desse modo, o sentido implícito de que, em uma sociedade patriarcal como a brasileira, as mulheres eram criadas para serem completamente dependentes dos homens, vivendo à sombra de suas figuras paternas ou maritais, sem espaço para a construção de uma identidade própria, uma vez que eram condicionadas em sua criação a ficarem limitadas ao ambiente doméstico. A vida de Clara reflete, assim, a reprodução desse ciclo de submissão e dependência que fundamenta o estereótipo de fragilidade associado ao gênero feminino pelas convenções sociais patriarcais. Diante disso, a narrativa complementa a descrição da filha de Joaquim e Engrácia apontando as causas de sua personalidade inerte e sua relação com a criação recebida:

Clara era uma natureza amorfa, pastosa, que precisava mãos fortes que a modelassem e fixassem. Seus pais não seriam capazes disso. A mãe não tinha caráter, no bom sentido, para o fazer; limitava-se a vigiá-la caninamente; e o pai, devido aos seus afazeres, passava a maioria do tempo longe dela. E ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descantes, entoadas por seestrosos cantores, como o tal Cassi e outros exploradores da morbidez do violão. O mundo se lhe representava como povoado de suas dúvidas, de queixumes de viola, a suspirar amor. Na sua cabeça, não entrava que a nossa vida tem muito de sério, de responsabilidade, qualquer que seja a nossa condição e o nosso sexo.(Barreto, 2012, p. 49).

A reflexão feita pelo narrador de que os pais de Clara eram incapazes de moldar e fixar a personalidade da filha evidencia a ausência de uma educação que possibilitasse a Clara um olhar crítico e consciente sobre sua condição social. A mãe, Engrácia, apenas a vigia de forma obsessiva, sem oferecer direcionamento ou estímulo para o desenvolvimento pessoal, pois, influenciada pelas ideologias patriarcais em voga na sociedade, a matriarca acreditava que uma mulher deveria se dedicar apenas ao trabalho doméstico, tanto que aplicava isso em sua própria vida. O pai, Joaquim, ausente devido aos seus compromissos profissionais, não consegue desempenhar um papel ativo na vida da filha. Assim, Clara vive entregue a um sonho idealizado e irreal, influenciada pelas modinhas que ouvia por fazerem parte do gosto musical do pai.

Ao contrapor a composição de personagens masculinos como Joaquim, Marramaque, Leonardo Flores, Cassi Jones entre outros, com a das personagens femininas da obra, entre elas a protagonista, nota-se que, enquanto os homens, mesmo que de origem financeiramente desfavorecida, são descritos como pessoas que possuem interesses pessoais diversos e profissões, as mulheres são retratadas frequentemente limitadas apenas ao espaço doméstico. Entretanto, quando se estabelece um paralelo entre a representação literária das mulheres negras e a branquitude feminina na obra, é perceptível que, mesmo restritamente associadas ao ambiente doméstico, a narrativa explicita que as personagens femininas brancas possuíam oportunidades diferentes do que mulheres negras como Clara e sua mãe. Exemplo disso são as mulheres da família de Cassi: é narrado que uma de suas irmãs fazia aulas particulares de música e que dona Salustiana, a matriarca da família, “[...] tinha fumaças de grande dama” (Barreto, 2012, p. 08) perante a sociedade.

Dessa forma, subentende-se a denúncia literária de que, ainda que as mulheres brancas do período retratado enfrentassem o silenciamento social imposto pelo regime patriarcal e fossem impelidas a seguirem convenções sociais que as limitavam à vida doméstica, possuíam vivências e oportunidades distintas da negritude feminina. O fato de a irmã de Cassi receber lições de música demonstra que as mulheres brancas tinham acesso a uma educação mais ampla, ainda que voltada para o entretenimento e a formação de “boas esposas” - isto é, boas esposas brancas. Isso evidencia um contraste com as oportunidades negadas a mulheres negras como Clara, cuja formação se limitava ao aprendizado de habilidades domésticas, reforçando a hierarquia racial e social da época. Além disso, a mãe de Cassi, dona Salustiana, ser construída narrativamente como uma mulher que se gabava de seu suposto antepassado nobre e que tinha “fumaças de grande dama” demonstra que, mesmo sendo restrita aos cuidados com a família, era uma mulher que possuía mais visibilidade social do que as mulheres negras como Clara e sua mãe. Dona Salustiana exibe um status social que, embora construído sobre um passado possivelmente inventado, lhe conferia uma posição de maior respeito e prestígio dentro da sociedade. Essa disparidade entre a visibilidade e as oportunidades educacionais das mulheres brancas e negras pode ser entendida como uma crítica de Barreto (2012) à estrutura social racista e patriarcal da época que se constituía, nos termos aqui adotados, como um efeito da colonialidade.

A construção da personagem dona Margarida, uma emigrante vizinha da família Dos Anjos, reafirma a distinção entre as vivências sociais das mulheres brancas em comparação à negritude feminina. É narrado que Dona Margarida ficou viúva precocemente, mas, mesmo assim, conseguiu sustentar seu filho e adquirir respeito da sociedade: “Era respeitada pela sua coragem, pela sua bondade e pelo rigor de sua viuvez” (Barreto, 2012, p. 20). O próprio narrador estabelece uma comparação direta entre Clara e sua vizinha, refletindo que a jovem, embora conhecesse a trajetória

de Dona Margarida, que criava o filho sozinha e havia conseguido comprar uma casa, não compreendia a importância de ter uma profissão:

Não via que, adquirida uma pequena profissão honesta e digna do seu sexo, auxiliaria seus pais e seu marido, quando casada fosse. Ela tinha bem perto o exemplo de Dona Margarida Pestana, que, enviuvando, sem ceitel, adquirira casa, fizera-se respeitada e ia criando e educando o filho, de progresso em progresso, fazendo tudo prever que chegaria à formatura ou a coisa parecida (Barreto, 2012, p. 49).

A reflexão estabelecida pelo narrador instiga o leitor a pensar sobre os motivos que levam mulheres como Dona Margarida a possuírem sagacidade e capacidade de enfrentar dificuldades, enquanto Clara permanece presa a uma visão limitada e idealizada da vida. A partir da descrição de Dona Margarida como uma mulher vista socialmente como de grande respeito, é possível inferir que, ao contrário de Engrácia e Clara, a emigrante possuía confiança para tomar determinadas decisões, pois estava amparada pela respeitabilidade conferida socialmente para si enquanto mulher branca e viúva. Nesse sentido, é plausível supor que, caso uma jovem negra e solteira como Clara demonstrasse o mesmo nível de independência e iniciativa que Dona Margarida, ela provavelmente enfrentaria ainda mais resistência e discriminação por parte da sociedade, além de não possuir a mesma rede de apoio social.

A partir da discussão apresentada, entende-se que a narrativa de *Clara Dos Anjos* (Barreto, 2012) reconstrói literariamente o cenário social do Brasil da Primeira República em que mulheres negras ocupavam uma posição de extrema vulnerabilidade e marginalização, pois eram confinadas a papéis subalternos e privadas de oportunidades de desenvolvimento pessoal e intelectual. Em contraste, as mulheres brancas, embora também limitadas pelo patriarcado, tinham alguma visibilidade social mesmo que atreladas ao nome de suas famílias. Dessa forma, Barreto (2012) tece a crítica implícita de que, mesmo dentro de um sistema patriarcal, a branquitude feminina tinha privilégios que eram negados às mulheres negras.

Nesse sentido, é possível deduzir que em meados de 1903 – data aproximada da primeira redação do romance – Lima Barreto (2012) já possuía um olhar atento para os desafios específicos enfrentados pelas mulheres negras. Isso faz com que se possa aventar um diálogo entre Lima Barreto em *Clara Dos Anjos* (Barreto, 2012) com a atual denúncia feita por Djamila Ribeiro (2017) de que a negritude feminina brasileira ocupa um espaço de extrema marginalização, pois não corresponde ao padrão de branquitude e nem ao de masculinidade. Assim, analisar a representação literária das mulheres negras da obra à luz de conceitos como o de interseccionalidade e de colonialidade de gênero, que abarcam suas vivências específicas em uma sociedade com bases estruturais racistas e patriarcais, se mostra fundamental não só para compreender a representação

literária da mulher negra na Primeira República, mas também para estabelecer paralelos com dados atuais e refletir sobre a manutenção das desigualdades sociais, raciais e de gênero ao longo do tempo no Brasil.

5 PEQUENA ALMA DE RAPARIGA POBRE E DE COR: AS INTERSECÇÕES ENTRE RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO ROMANCE DE LIMA BARRETO

A ótica explorada por Lima Barreto (2012) no que diz respeito à representação literária da mulher negra no romance *Clara Dos Anjos* já é explicitada na escolha da epígrafe da obra. Barreto (2012) optou por um trecho retirado de *Histórias do Brasil*, de João Ribeiro, publicado originalmente em 1901, em que se expressa a denúncia dos abusos sexuais sofridos pelas mulheres colonizadas em solo brasileiro: “Alguns as desposavam [as índias]; outros, quase todos, abusavam da inocência delas, como ainda hoje das mestiças, reduzindo-as por igual a concubinas e escravas”. Nota-se na abertura da narrativa que a atenção do autor está voltada para a exposição das desigualdades sociais, raciais e de gênero que permeiam a sociedade brasileira, principalmente no que concerne à objetificação do corpo negro feminino aos olhos do colonizador.

Representando o poder de subjugação detido nas mãos do colonizador, o antagonista Cassi Jones, um homem branco, é constituído no romance como um rapaz afeito à conquista serial de moças pobres e, muitas vezes, negras, das quais se aproveita e posteriormente abandona. Dado o teor denunciativo presente já na epígrafe da obra, entende-se que o determinante comum dessas moças é a sua posição social marginalizada, bem como sua vulnerabilidade frente às estruturas de poder representadas pelos homens brancos e privilegiados. É possível inferir, desse modo, que o perfil das jovens que foram vítimas de Cassi antes de Clara não se trata de uma escolha aleatória e sim da representação literária das estruturas sociais e raciais vigentes naquele contexto histórico.

O narrador conta que a primeira jovem que foi alvo de Cassi se chamava Inês e trabalhava como empregada doméstica na residência de sua família. Cassi a conquistou, lhe fez juras de amor e, após tirar-lhe sua castidade, a abandonou grávida. Quando ela foi reivindicar ajuda para a mãe do rapaz, dona Salustiana a expulsou. Inês teve que criar seu filho sozinha e enfrentou muitas dificuldades. Em determinado momento do desenrolar do romance, Cassi acaba passando por uma das áreas mais pobres do subúrbio e se encontra com Inês:

- Então, você não me conhece mais, “seu canaia”? Então você não “si” lembra da Inês, aquela crioulinha que sua mãe criou e você... Lembrou-se, então, Cassi, de quem se tratava. Era a sua primeira vítima, que sua mãe, sem nenhuma consideração, tinha expulsado de casa em adiantado estado de gravidez. Reconhecendo-a e se lembrando disso, Cassi quis fugir. A rapariga pegou-o pelo braço:

- Não fuja, não, "seu" patife! Você tem que "ouvi" uma "pouca" mas de "sustança". A esse tempo, já os freqüentadores habituais do lugar tinham ocorrido das tascas e hospedarias e formavam roda, em torno dos dois (Barreto, 2012, p. 65).

No decorrer do diálogo, ao confrontar Cassi, Inês ainda conta que seu filho havia sido detido pela polícia, pois, devido às suas condições precárias de vida, acabou recorrendo ao crime. Tem-se aqui um exemplo claro de como o destino se desdobra para jovens negras que são colocadas nesta situação de abuso, abandono e rejeição. Pela narrativa, apreende-se o efeito de sentido denunciatório à banalização do fato de homens brancos usarem mulheres negras como objetos sexuais ainda no período pós-abolição. Gilberto Freyre (2003) também tratara desse histórico, naturalizado no Brasil, de homens brancos irem a mulheres negras vulnerabilizadas para realizarem seus desejos “imorais”, “impuros”, enquanto a mulher branca era destinada somente a afeições “morais”.

A narrativa ainda traz descrições da situação de vida da personagem Inês, que, conforme conta o narrador, encontrava-se em uma parte da cidade em que havia “velhos becos imundos” (p. 65) e em que “as mulheres que ali se viam, haviam caído irremissivelmente na última degradação” (p. 65). Essa ambientação reflete não apenas a segregação socioeconômica, mas também a desvalorização sistêmica das mulheres negras e pobres, relegadas aos espaços mais precários e marginalizados da cidade devido a não terem oportunidade de inserção no mercado de trabalho ou amparo de órgãos públicos para reivindicar auxílio dos genitores de seus filhos. Estabelecendo um paralelo com a aporofobia, subentende-se que a discriminação sofrida por Inês, assim como por outras mulheres negras e pobres, não se limita apenas à cor da pele, mas se correlaciona com a sua condição de pobreza extrema. Essa aversão aos pobres é refletida no modo como a sociedade os relega aos espaços mais degradados e os exclui das oportunidades e dos direitos básicos, perpetuando um ciclo de marginalização. No romance, a segregação dessas mulheres em locais descritos como "degradados" retrata uma consequência direta da desvalorização de suas vidas, pois a falta de uma infraestrutura básica de vida as condiciona a um estado ainda mais vulnerável.

Além de Inês, a personagem Nair também é citada como uma jovem pobre e negra vitimada por Cassi. Quando a mãe de Nair foi requerer apoio perante dona Salustiana, novamente a matriarca da família foi negligente perante os erros de seu filho e apenas respondeu que não poderia fazer nada. Desesperada, a mãe da jovem recorreu ao delegado e, novamente, não obteve ajuda:

A viúva saiu cabisbaixa; e, dali, foi à audiência do delegado distrital e expôs tudo. O delegado disse-lhe:

- Apesar de estar ainda não há seis meses neste distrito, sei bem quem é esse patife de Cassi. O meu maior desejo era embrulhá-lo num bom e sólido processo; mas não posso, no seu caso. A senhora não é miserável, possui as suas pensões de

montepio e meio soldo; e eu só posso tomar a iniciativa do processo quando a vítima é filha de pais miseráveis, sem recursos.

- Mas, não há remédio, doutor?

- Só a senhora constituindo advogado.

- Ah! Meu Deus! Onde vou buscar dinheiro para isso? Minha filha, desgraçada, meu Deus!

E pôs-se a chorar copiosamente. Quando serenou, o delegado mandou que um empregado da delegacia acompanhasse a senhora até em casa e ficou a pensar nas baixezas, nas dores, nas misérias que as casas encobrem e que, todo o dia, descobria, por dever de ofício. No dia seguinte, a mãe de Nair suicidava-se com lisol (Barreto, 2012, p. 10).

O desfecho trágico de mais uma jovem que foi abusada por Cassi revela a profundidade da desumanização e do desamparo enfrentados pelas mulheres negras na sociedade brasileira da época. A mãe de Nair, ao buscar justiça, encontra apenas portas fechadas e um sistema que não a ampara, evidenciando a seletividade da justiça que atende apenas àqueles considerados dignos de proteção, ou seja, a branquitude. A resposta do delegado, que se justifica pelo fato da viúva receber pensão pela morte do marido, mesmo o valor recebido sendo baixo e mal custeando as necessidades básicas da mulher e de sua filha, demonstra a institucionalidade das desigualdade e a negação sistemática de direitos básicos para as mulheres negras e pobres. O suicídio da mãe de Nair com lisol é um símbolo do desespero e da falta de alternativas enfrentadas por essas mulheres, pois ela, provavelmente, tinha consciência de que sua filha estava condenada socialmente.

O fato de Cassi sair completamente impune por ter cometido o que, naquele contexto histórico, eram considerados crimes de honra reafirma, novamente, a existência do pacto narcísico da branquitude, tal como postulado por Cida Bento (2022). A obra retrata que a polícia, uma instituição pública composta majoritariamente por pessoas brancas e do sexo masculino no período histórico retratado, negligenciava as denúncias de abusos sofridos por jovens negras como Nair, garantindo que homens brancos como Cassi permanecessem fora do alcance da justiça. Essa impunidade revela a blindagem social e institucional que protege os indivíduos brancos, reforçando a dinâmica de privilégio racial que permeava a sociedade da Primeira República.

Para além disso, o romance também aborda a invisibilidade social imposta às mulheres negras quando se tratava do respeito ao gênero feminino. Levando em conta as ideologias patriarcais que fundamentavam as relações sociais no Brasil da Primeira República, o respeito à castidade das mulheres solteiras se tratava de uma convenção social que todos deveriam fielmente seguir. Entretanto, é retratado narrativamente que o fato de Cassi se aproveitar de jovens pobres e negras como Inês, Nair e, posteriormente, Clara parece não gerar um amplo sentimento de revolta aos olhos da sociedade, pois, mesmo que os abusos que cometeu fossem de conhecimento público, o rapaz continuava frequentando normalmente círculos sociais sem receber qualquer censura.

Através dessa lente, torna-se evidente como a intersecção entre raça, gênero e classe social molda as oportunidades e os desafios enfrentados por mulheres como as jovens que foram vitimadas por Cassí, reforçando a necessidade de abordagens interseccionais na análise das desigualdades sociais e estruturais ao contemplar vivências da negritude feminina. Nesse sentido, compreende-se que Barreto (2012) utiliza a protagonista Clara para, por meio da narrativa que gira em torno de seu triste desenlace, desnudar como as mazelas do período colonial ainda se manifestavam naquele contexto fundamentando a extrema marginalização vivenciada pela mulher negra brasileira.

Além de mostrar como as convenções sociais patriarcais condicionavam Clara a não ter aspirações individuais, a construção da protagonista também elucida como o seu fenótipo era um fator determinante para o estado de vulnerabilidade a que estava sujeita. Uma das caracterizações atribuídas à protagonista é a de que possuía uma “pequena alma de rapariga pobre e de cor” (Barreto, 2012, p. 20), o que permite ao leitor a compreensão de que sua cor, gênero e condição social estavam diretamente imbricados ao fato de possuir uma “pequena alma”. Contudo, tendo em vista o teor crítico presente na construção da obra, entende-se que o fato da protagonista ser descrita de tal maneira, ou seja, como alguém sem qualquer ambição ou aspirações, não era fundamentado biologicamente por ser mulher ou negra, mas sim socialmente, devido às imposições e limitações que a sociedade racista e patriarcal lhe impunha. Sendo assim, a expressão “pequena alma de rapariga pobre e de cor” reflete como a estrutura social e os preconceitos arraigados minavam as possibilidades de desenvolvimento das mulheres negras, confinando-as a um estado de constante subserviência e desvalorização.

Na continuidade da construção da condição social vivenciada por Clara, embora, tal como já discutido, a protagonista e seus pais não tivessem consciência da marginalização imposta a jovens negras na sociedade brasileira daquele período, a extrema vulnerabilidade social que circundava a filha única de Joaquim e Engrácia é abordada a partir do olhar crítico de seu padrinho, Marramaque:

Na sua vida, tão agitada e tão variada, ele sempre observou a atmosfera de corrupção que cerca as raparigas do nascimento e da cor de sua afilhada; e também o mau conceito em que se têm as suas virtudes de mulher. A priori, estão condenadas; e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e os dos seus para elevar a sua condição moral e social (Barreto, 2012, p.19).

Na condição de homem branco com acesso aos diversos espaços sociais – especialmente aos de alta instrução – Marramaque tem uma visão consciente e crítica referente aos obstáculos e barragens sociais aos quais sua afilhada está exposta. Compreendendo a dinâmica sistemática de marginalização das mulheres negras, através do apontamento do “mau conceito” a que tais sujeitos estão condenados, Marramaque desvela a estigmatização social daquele contexto histórico que estrutura as características negativas associadas a elas, impondo-lhes normas morais e sociais

distintas das impostas à branquitude feminina. A conclusão apresentada pelo narrador ao abordar o ponto de vista do contínuo de que jovens como Clara “a priori, estão condenadas; e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e os dos seus para elevar a sua condição moral e social” (Barreto, 2012, p. 19) demonstra que os impedimentos sociais impostos às mulheres negras brasileiras eram sistêmicos e estruturais. A condenação prévia mencionada pelo narrador revela a inevitabilidade da marginalização social para mulheres como Clara, que, independentemente de seus esforços individuais ou do apoio de seus familiares, são incapazes de transcender as limitações impostas pela sociedade.

O romance retrata, assim, a invisibilidade e a imobilidade social impostas às mulheres colonizadas que ocorre a partir dos efeitos da colonialidade de gênero, conceito cunhado por Lugones (2014) que permite refletir sobre o lugar interseccional da mulher não-branca numa sociedade que é produto da colonização. Ao trazer de maneira explícita a reflexão de que moças como a protagonista Clara “a priori, estão condenadas” (Barreto, 2012, p. 19) a obra barretiana elucida o espaço interseccional ocupado pelas mulheres negras durante o período da Primeira República no Brasil, pois permite a compreensão do efeito de sentido de que, independentemente dos esforços que essas mulheres fizessem, ainda sim seriam vistas como inferiores e inadequadas para ascender socialmente.

Considerando que, durante o período histórico retratado, o casamento representava a principal via para a ascensão social das mulheres, a narrativa de Lima Barreto (2012) demonstra como até mesmo essa oportunidade era negada às mulheres negras como Clara, Nair e Inês. A postulação de Lugones (2014) referente ao gênero ser negado às mulheres colonizadas é retratado em *Clara Dos Anjos* (Barreto, 2012), uma vez que as jovens negras abandonadas grávidas por Cassi Jones, o que inclui a protagonista, não foram vistas socialmente como mulheres dignas de serem protegidas ou respeitadas. Esse fenômeno reforça a desumanização imposta às mulheres negras, que são reduzidas a meros objetos sexuais aos olhos dos homens brancos e da sociedade como um todo.

A narrativa construída por Lima Barreto (2012) representa, então, como a negritude feminina da Primeira República era relegada a um espaço interseccional de invisibilidade. É representado na obra que as mulheres negras, tal como imposto pelo sistema patriarcal, deveriam se restringirem ao ambiente do lar e às tarefas domésticas. Entretanto, embora fossem privadas de acessar determinados ambientes sociais, como o mercado de trabalho, por não se adequarem ao padrão de masculinidade, também não era vistas como dignas de terem suas virtudes femininas respeitadas pelos homens brancos da sociedade. Esse ponto é exemplificado pela maneira como Cassi Jones explora e descarta as jovens negras, sem enfrentar qualquer consequência significativa.

É produzido, então, o sentido denunciativo na obra de que moças negras como Clara, Inês e Nair eram vitimadas pela colonialidade que, conforme postulado por Maldonado-Torres (2018), operava de modo as “desgenerificar” e as “regenerificar” mutilando sua humanidade. O romance retrata que aos olhos de homens brancos, como Cassi Jones, os corpos das mulheres negras eram vistos como meros objetos sexuais, consequentemente não sendo merecedores do respeito social direcionado ao gênero feminino. Entretanto, a narrativa também elucida que, como uma estratégia de sobrevivência, a negritude feminina precisava reproduzir convenções sociais impostas pelo sistema de gênero do colonizador, haja vista que Clara, por exemplo, tinha sua vida restrita ao ambiente doméstico, tal como uma moça solteira deveria se comportar de acordo com as convenções sociais típicas de um sistema patriarcal.

Observa-se, assim, a denúncia de que jovens negras, como Clara, não eram consideradas mulheres, ou seja, eram desgenerificadas, no que concernia ter sua castidade respeitada, sendo vistas a partir do que Lélia Gonzalez (2020) concebeu, posteriormente, como o estereótipo de “mulata”. Ao passo que, embora não fossem respeitadas socialmente como pertencentes ao gênero feminino, eram “regenerificadas” quando se tratava da obrigação ditada à população feminina de se conformar com os papéis de gênero impostos pela sociedade patriarcal, como a restrição ao espaço doméstico e a submissão às convenções morais da época. Sendo assim, o romance agencia literariamente a constatação feita por Castro (2020) sobre a contradição que assola a existência da mulher negra na colonialidade, pois os estereótipos de “mulher” (frágil, casta, domesticada) e “negro” (forte, sexualmente descontrolado, primitivo) são opostos. Essa contradição leva à ideia de que a mulher negra, como uma combinação dessas duas categorias, é uma figura que “não existe” dentro das construções ideológicas racistas e sexistas. Essa invisibilidade social é elucidada no romance quando Clara e as jovens negras vítimas de Cassi são marginalizadas, desumanizadas e desprovidas de qualquer amparo social.

A trajetória da protagonista barretiana representa, desse modo, que a colonialidade de gênero se manifestava na Primeira República não apenas marginalizando as mulheres negras, mas também impondo que, na esperança de conseguir um mínimo respeito social, elas vivessem aos moldes dos valores patriarcais que faziam parte da cultura colonizadora. O cruel desfecho enfrentado por Clara, que findou a narrativa grávida e desamparada, endossa o delato literário de que, para as mulheres negras daquele período, seguir as convenções sociais patriarcais que ditavam como deveria ser o comportamento feminino não garantia proteção ou respeito. O romance de Barreto (2012) demonstra que, na prática, essas convenções apenas reforçavam a sua posição de subordinação e vulnerabilidade, revelando como a internalização das ideologias propagadas pelos

colonizadores contribuía para a perpetuação das desigualdades e violências sofridas por essas mulheres.

6 A COLONIALIDADE DO SER E LUTA POR ACEITAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA DOS ANJOS

Tendo em mente que o cenário narrativo de *Clara Dos Anjos* (Barreto, 2012) é a sociedade carioca recém-saída do regime escravocrata, pode-se compreender que representação da família Dos Anjos, um núcleo composto por pessoas negras, reflete um esforço inconsciente para se alinhar aos valores e estruturas patriarcais da época. O homem é retratado como o provedor e protetor da família, enquanto as mulheres permanecem restritas ao espaço doméstico, o que demonstra a tentativa de adequação, mesmo que limitada, aos padrões sociais patriarcais e racistas da época.

Haja vista a proposição de Maldonado-Torres (2018) segundo a qual, na colonialidade, os indivíduos colonizados são considerados “anormais” e precisam reproduzir os valores culturais do colonizador para tentarem se aproximar do que é considerado “normal”, pode-se compreender que a tentativa da família Dos Anjos de aderir aos valores patriarcais da sociedade branca não se dá por uma escolha consciente de aceitação desses preceitos, mas sim como uma estratégia de sobrevivência em um ambiente profundamente hostil e excludente. Joaquim Dos Anjos, como provedor da família, e Engrácia, como dona de casa dedicada e recatada, representam a busca por adequação ao padrão imposto pela branquitude burguesa que, na visão da família, poderia garantir algum nível de respeito e segurança dentro de uma sociedade que os marginalizava.

A crítica social de Lima Barreto (2012) referente a imposição das ideologias racistas e patriarcais que acontece na colonialidade é feita de maneira mais explícita e contundente a partir da reflexão feita pelo narrador sobre a criação que Joaquim e Engrácia deram para a filha: “A única filha do carteiro, Clara, fora criada com o recato e os mimos que, na sua condição, talvez lhe fossem prejudiciais” (Barreto, 2012, p. 20). O ponto de vista proposto na narração de que o recato e os mimos com que Clara fora criada talvez lhe fossem prejudiciais instiga a compreensão de que o ambiente familiar em que ela foi criada, pautado nos valores da moralidade e do recato que advém da cultura colonizadora, além de não ter sido suficiente para protegê-la das violências e opressões que a aguardavam na sociedade racista e patriarcal da Primeira República, também lhe tornou ainda mais vulnerável, pois a isolou das realidades cruéis que mulheres negras enfrentavam naquele contexto histórico. Ao criar Clara com recato e mimos, seus pais tentaram protegê-la, mas, paradoxalmente, a privaram de desenvolver habilidades de resistência e resiliência necessárias para enfrentar uma sociedade que não a via como digna de proteção ou respeito. Ou seja, a “condição”

de Clara referida pelo narrador diz respeito à marginalização social imposta às negras daquele período.

Observa-se, assim, que a tecitura do romance barretiano transparece como a colonialidade do poder, do saber, do ser e de gênero estão diretamente imbricadas condicionando a mulher negra a um espaço interseccional em que sua existência é silenciada. Diante do cenário narrativo da sociedade carioca construído por Barreto (2012), é possível compreender que o poder estar detido nas mãos da branquitude burguesa faz com que as ideologias defendidas por ela sejam impostas como verdades absolutas, restando aos colonizados e seus descendentes aderirem a essas ideologias como forma de sobrevivência. A adesão a esses valores, no entanto, não se dá sem consequências, pois limita a visão crítica sobre a marginalização vivenciada. Quando se trata especificamente da mulher negra, as consequências dessa adesão tornam-se ainda mais complexas e danosas. A mulher negra, ao tentar se adequar aos padrões impostos pela branquitude patriarcal, enfrenta um duplo desafio: o de ser aceita em um sistema que a marginaliza tanto por sua raça quanto por seu gênero, sendo impelida a ter um comportamento adequado aos padrões de recato impostos ao gênero feminino, mas ainda sim é condicionada a não receber a mesma respeitabilidade social que as mulheres brancas.

A descrição da criação de Clara e a possibilidade levantada pelo narrador de que essa criação cuidadosa e protegida possa ter sido prejudicial para ela traz à tona a cruel ironia da situação: Clara foi criada para se comportar de acordo com os padrões de moralidade e decoro da burguesia branca, mas essa adequação aos padrões impostos, que significou crescer tendo contato apenas com os pais e com poucos amigos da família, a privou de desenvolver consciência sobre sua vulnerabilidade social enquanto mulher negra. Ao conformar-se com os papéis de gênero impostos, Clara acreditava estar seguindo o caminho correto para alcançar um bom casamento e, por conseguinte, algum nível de dignidade e aceitação social.

Retratando a forma como os povos colonizados e seus descendentes eram condicionados a reproduzirem e, inconscientemente, internalizarem as convenções sociais da cultura colonizadora, *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) alude também à forma como os efeitos da colonialidade fundamentam o processo de branqueamento iniciado na sociedade brasileira após a abolição do regime escravocrata. Cuti (2023) propõe a reflexão de que o nome da protagonista, que também é o título do romance, "Clara", remete à renúncia da identidade afro-brasileira e o sobrenome "Dos Anjos" simboliza a inocência da personagem, que, como já foi discutido, recebeu uma educação inadequada, tornando-a uma presa fácil para os perigos aos quais uma pessoa como ela estaria vulnerável.

Compreende-se, diante disso, que a privação do acesso a determinados ambientes sociais e a educação formal, ocasionada pela colonialidade do poder e do saber, limitou o desenvolvimento da consciência social em Clara e sua família, os fazendo, inconscientemente, almejam reproduzir padrões da branquitude burguesa e se afastarem de suas origens “negro-brasileiras”, como diria Cuti, (2023). Observa-se, assim, a representação literária da manifestação da colonialidade do ser, pois, ao se afastarem de suas raízes e tentarem se adaptar aos padrões da branquitude, Clara e sua família acabam por negar parte de sua própria identidade. Essa negação é resultado de um processo de alienação imposto pela colonialidade, o valor do indivíduo é medido pela sua proximidade com os padrões culturais e estéticos da classe dominante.

Nesse sentido, é cabível supor que o fato de Cassi ser visto por Clara como um partido ideal está imbricado nas ideologias hegemônicas difundidas naquele período e internalizadas pela protagonista, que agregava um valor de superioridade à branquitude. É narrado que, à primeira vista, Clara já se encantara por Cassi. Numa comemoração de aniversário ocorrida na casa da família Dos Anjos, o rapaz havia comparecido a fim de tocar “algumas modinhas”. Ao observá-lo tocando, a filha única de Joaquim e Engrácia atraía-se instantaneamente por ele à medida que trocavam olhares: “Clara [...] impressionou-se profundamente com aquele jogo de olhar, com que Cassi comentava os versos da modinha. Ele sofria, por força, senão não punha tanta expressão de mágoa, quando cantava - pensava ela” (Barreto, 2012, p. 23). Cassi é descrito, por sua vez, em termos físicos, como um jovem branco, de sardas e de aparência não memorável. A partir dessa descrição, pode-se inferir a implicação de que ele não era dono de beleza e encantos extraordinários, mas que se destacava contextualmente apenas ou prevalentemente por ser branco, característica que funcionava como um valor social em si mesmo. Essa impressão se confirmava pelo fato de o encanto de Clara por ele ser também dividido com as outras jovens que estavam na festa mencionada.

Na construção narrativa de *Clara dos Anjos*, Lima Barreto (2012) enfatiza, por meio da descrição de seus personagens, como a cor da pele influenciava diretamente o nível de respeito e status social que uma pessoa recebia. Quanto mais clara a pele, maior a aceitação social. Assim, Clara e sua família, descritos como pardos, ocupavam uma posição ligeiramente mais privilegiada e respeitada na sociedade em comparação com os negros de pele mais escura, mas ainda eram considerados inferiores. A narrativa enfatiza a importância do tom de pele e dos traços afrodescendentes ao descrever fisicamente a família. Engrácia, por exemplo, tinha a pele mais escura, mas possuía cabelo liso, o que era visto como uma característica positiva dentro dos padrões estéticos da época. Joaquim, por outro lado, tinha a pele mais clara, mas seu cabelo era descrito como “ruim”, um termo pejorativo usado para descrever o cabelo crespo. Clara, por sua vez, herdou a pele mais clara do pai e o cabelo liso da mãe.

A construção da família da protagonista feita de maneira a evidenciar os diferentes tons de pele elucidada como se dava o processo de embranquecimento da sociedade brasileira a partir da miscigenação iniciada brutalmente pelos colonizadores que, recorrentemente, violavam os corpos dos colonizados, já que é pontuado na narrativa que Engrácia, mãe de Clara, possivelmente era filha de um dos homens da família branca e burguesa que escravizou seus antepassados. Ademais, o romance retrata também que, frequentemente, era agregado um valor negativo às características que remetiam à ascendência africana; por exemplo, o cabelo crespo de Joaquim que é adjetivado efetivamente como “ruim”.

Compreende-se, assim, que o narrador barretiano não reproduzia preconceitos ao descrever que o cabelo de pai de Clara era “ruim” e sim se apropriava do discurso do colonizador para questionar e denunciar qual era a visão da sociedade daquele período sobre os traços fenóticos dos colonizados. Dessa forma, compreende-se que *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) retrata como o colorismo manifestava-se na sociedade brasileira daquele contexto histórico. Alessandra Devulsky (2021a), durante uma entrevista, concebe que o colorismo é uma ideologia que hierarquiza pessoas negras com base no fenótipo, variando de acordo com a proximidade ou distância da africanidade e da europeidade. Nessa linha, entende-se que o valor negativo atribuído ao cabelo de Joaquim evidencia a hierarquia racial que permeava a sociedade da época. É exposto narrativamente como o colorismo não só moldava as percepções sociais, mas também reforçava a marginalização das pessoas negras, destacando a persistência das ideologias coloniais no cotidiano da vida social.

À vista disto, historicamente, o romance marca a ideologia racista, eugenista, que imperava na época da Primeira República, período de grande visibilidade e aceitação das teorias raciais que defendiam, por meio de supostos argumentos “biológicos”, a inferioridade da “raça” negra. Após o fim da escravidão e o estabelecimento formal do republicanismo no Brasil, consolidou-se um imaginário nacional cujo horizonte era pautado no branqueamento da população do país. Devulsky (2021b) descreve, nesse sentido, que as origens da mestiçagem no Brasil são violentas e que fez parte de um projeto colonial que visava a “diluir” a negritude até o seu desaparecimento. Havia um objetivo politicamente imposto de apagar os vestígios do nosso passado escravocrata, e a presença da etnia negra na população era percebida como obstáculo a este desejo “nacional”. Esta perspectiva racista de “progresso” social, em que o embranquecimento da população era peça central, não só era um valor compartilhado pelas elites brancas, como também era internalizado pela fração negra dos brasileiros, os quais sofriam pressões ideológicas e materiais para se adequarem a este imaginário de nação. Uma das consequências mais comuns e evidentes deste processo era o desejo de uma pessoa negra em se casar com uma pessoa branca como forma de ascender socialmente. Sobre esse ponto, Frantz Fanon (2008) desenvolve a seguinte - e provocativa - reflexão:

Antes de mais nada temos a negra e a mulata. A primeira só tem uma perspectiva e uma preocupação: embranquecer. A segunda não somente quer embranquecer, mas evitar a regressão. Na verdade, há algo mais ilógico do que uma mulata que se casa com um negro? Pois é preciso compreender, de uma vez por todas, que está se tentando salvar a raça (Fanon, 2008, p. 63).

Estabelecendo um paralelo entre as postulações de Fanon (2008) e a trajetória da protagonista barretiana suscita-se a reflexão de que Clara, como uma jovem que cresceu em uma sociedade em que a branquitude é vista como sinônimo de progresso e superioridade, internalizou o desejo inconsciente de ascensão social por meio do casamento com um homem branco. Esse desejo não é, portanto, uma escolha pessoal feita de forma consciente, mas sim uma consequência da pressão exercida pela sociedade racista e patriarcal em que ela vive. Clara, ao se apaixonar por Cassi, vê nele a possibilidade de ascender socialmente e, talvez inconscientemente, de “embranquecer” sua linhagem - e quem sabe a si mesma -, um reflexo da colonialidade do ser que permeia a sociedade da época. Cassi, por sua vez, embora não seja descrito como particularmente atraente ou virtuoso, é valorizado por Clara e pelas outras jovens por sua branquitude, que lhe confere um status social elevado, independentemente ou então à revelia de suas "qualidades pessoais" - ou seja, aquelas não relacionadas diretamente ao fato em si de ser branco.

Desse modo, pode-se refletir que Cassi utilizava do seu privilégio social como homem branco para atrair e desamparar moças negras vulneráveis como Clara, porque lhe era evidente que aos olhos dessas ele seria um partido ideal. Com isso em consideração, ainda que o jovem fosse desempregado, estivesse envolvido criminalmente com ilicitudes e, possivelmente, até com um homicídio, o fato de ser branco e ocupar uma posição social um pouco superior bastava para que ele fosse objeto de desejo da jovem e de outras moças negras. O encantamento de Clara perante o fato de o rapaz fazer parte da branquitude, que era tida como uma característica fundamental para se adequar aos padrões socialmente estabelecidos, amortecia a explicitude do que, em outro contexto, tenderia a ser visto como "mau caráter" e/ou volatilidade do jovem.

Clara, ao deixar-se relacionar com Cassi, ainda que a "má índole" do jovem lhe fosse avisada, estava reproduzindo valores eurocêtricos socialmente impostos na colonialidade e que ditam a branquitude como o padrão ideal. Dessa forma, a escolha de Clara por Cassi não pode ser reduzida a uma mera busca por ascensão social, mas sim compreendida como uma adesão inconsciente aos valores dominantes que perpetuavam a supremacia branca e subjugavam as pessoas negras, principalmente a negritude feminina que era duplamente oprimida por questões de raça e gênero.

Quando o narrador aborda a perspectiva de Clara sobre seu relacionamento com Cassi, é retratado que a jovem protagonista possuía certa noção da hierarquização social baseada na ideia

de raça que fazia parte da sociedade brasileira, uma vez que chegou a pensar sobre a questão do homem a quem desejava ser branco e ela não:

Uma dúvida lhe veio; ele era branco; e ela, mulata. Mas que tinha isso? Havia tantos casos... Lembra-se de alguns... E ela estava tão convencida de haver uma paixão sincera no valdevinos, que, ao fazer esse inquérito, já recolhida, ofegava, suspirava, chorava; e os seus seios duros quase estouravam de virgindade e ansiedade de amar (Barreto, 2012, p. 27).

Observa-se que, apesar de ter pouquíssimas experiências sociais, as ideologias racistas eram tão enraizadas na sociedade brasileira do período histórico retratado que, mesmo passando boa parte do tempo isolada dentro de casa, Clara possuía conhecimento sobre a ideia de inferioridade constantemente atribuída às pessoas negras, pois, ao se questionar sobre a diferença de cor entre ela e Cassi, Clara revela uma consciência, ainda que parcial, da barreira racial que existia entre eles. No entanto, a força da paixão que ela acreditava existir entre ambos é suficiente para que ela ignore essa barreira, reforçando a ideia de que, dentro de seu contexto social, o desejo de aceitação e de pertencimento a um grupo social mais elevado (representado pela branquitude) se sobrepunha às ressalvas que ela mesma tinha em relação ao comportamento de Cassi.

Levando em conta a descrição física de Clara, é possível inferir ainda que a narrativa demonstra como hierarquização entre os colonizados que ocorre no colorismo não significava que aqueles que se aproximavam mais dos padrões europeus eram vistos como iguais perante a branquitude. Embora Clara fosse uma mulher de pele um pouco mais clara, com traços físicos que se aproximavam dos padrões da branquitude, ela não estava livre da marginalização ou da opressão. Ao contrário, a busca inconsciente de sua família por reproduzir brancos e burgueses reforçava a sua vulnerabilidade, pois, ao tentar se adequar aos padrões impostos, ela acabava se distanciando de suas raízes negro-brasileiras, o que, paradoxalmente, a tornava ainda mais vulnerável às estruturas de poder que a oprimiam.

7 *CLARA DOS ANJOS*: UM RETRATO DA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA

O desfecho de Clara, que após a sua “desonra” com Cassi, se vê grávida e desamparada reforça, novamente, o espaço interseccional ocupado pela mulher negra na sociedade brasileira daquele período. Quando recorre à família Jones, ela é destratada e racialmente violentada pela mãe do rapaz, que percebe como um ultraje uma “mulatinha” – como explicitamente a denomina – querer casar-se com seu filho, visto que este casamento era incompatível com o status daquela família. Ao experienciar diretamente tal cena de violência, Clara dos Anjos, por fim, passa a entender seu lugar marginalizado na sociedade:

Em um dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com grande acento de desespero:

- Mamãe! Mamãe!

- Que é minha filha?

- Nós não somos nada nesta vida (Barreto, 2012, p. 77).

Quando Clara chega à conclusão de que pessoas como ela são “nada” nesta vida, é possível depreender que a protagonista barretiana alcança, finalmente, a consciência da desvalorização das vidas da população negra feminina no Brasil por parte das instâncias sociais. A filha de Joaquim e Engrácia, ao concluir que não é nada nesta vida, compreende que, enquanto uma jovem negra, não receberá apoio ou validação se buscar reivindicar o direito de que Cassi cumpra o papel de pai do seu filho. Ainda que o romance finde nesta passagem, ao considerar o contexto social brasileiro da Primeira República e as descrições que a narrativa da obra traz sobre a situação de pobreza ocupada pela família Dos Anjos, pode-se antecipar que Clara enfrentaria grandes dificuldades para continuar com sua gestação e, posteriormente, criar o filho.

Assim, ao considerar que Clara, bem como Nair e Inês, teria que enfrentar sozinha as consequências de uma gravidez indesejada, o romance expõe como a falta de proteção e suporte das estruturas sociais para mulheres negras em situações de vulnerabilidade contribui para que até mesmo o direito a uma maternidade digna lhes seja negado. Desse modo, evidencia-se como a colonialidade de gênero atua na intersecção entre raça, gênero e classe, desvalorizando as vidas da negritude feminina brasileira. O fato de Cassi permanecer impune e sem responsabilidades, já que o antagonista apenas fugiu, enquanto Clara se dá conta de que não há nada a ser feito após ser abandonada grávida, esclarece como a estrutura social favorece a impunidade dos homens brancos e perpetua a vulnerabilidade das mulheres negras.

É narrado que, ao se dar conta de sua gestação, Clara decidiu pedir dinheiro à dona Margarida para comprar uma medicação abortiva utilizando a falsa justificativa de que queria presentear sua mãe:

Clara não esperava mais, com a janela semiaberta, a visita do sedutor. Havia-se fatigado de aguardá-lo muitas noites seguidas; e, agora então, depois da informação de Praxedes, tinha perdido toda a esperança. Ele fugira, e ela ficara com o filho a gerar-se no ventre, para a sua vergonha e para tortura de seus pais. Imediatamente, o seu pensamento se encaminhou para o "remédio" que devia "desmanchá-lo", antes que lhe descobrissem a falta. Tinha medo e tinha remorsos. Tinha medo de morrer e tinha remorsos de "assassinar" assim, friamente, um inocente. Mas... era preciso. Pôs-se a examinar o que lhe podia responder Dona Margarida. Pesou os prós e os contras; analisou bem o caráter da amiga russaalemã; e, na calma do quarto, percebeu bem que não lhe daria nem indicaria o "remédio" criminoso [...] Ela ajudava Dona Margarida nos bordados e nas costuras, com o que já ganhava algum dinheiro. Não tinha nada a haver da amiga; mas bem lhe podia pedir emprestado, sob qualquer pretexto, uns vinte ou trinta

mil-réis e pagá-los com trabalho. Qual seria o pretexto? Pensou, combinou mentiras; e, afinal, encontrou-o. Diria que era para comprar um presente destinado à mãe (Barreto, 2012, p. 74).

Nota-se que, mesmo tendo consciência de que não possuía condições para criar o filho sozinha, Clara ainda se sentia culpada em cogitar interromper a gestação. A partir disso, é possível entender como a imposição dos valores patriarcais do colonizador corroborava para o espaço interseccional relegado às mulheres negras, pois a ideologia de que o aborto é um ato moralmente condenável advém da religião cristã imposta pelos colonizadores e reforçada pelas normas sociais patriarcais que controlam e subjugam as mulheres. Clara, ao se sentir culpada por cogitar o aborto, internaliza esses valores, que desconsideram as dificuldades reais enfrentadas por mulheres negras em situações de extrema vulnerabilidade. A narrativa promove, assim, a compreensão de que a moralidade imposta pelo colonizador não levava em conta a realidade da negritude feminina, que tinha seus corpos objetificados aos olhos do homem branco e nenhum direito garantido quanto ao reconhecimento da paternidade de filhos gerados a partir dos abusos sofridos.

O romance *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) ao retratar que a protagonista Clara repetiu os mesmos padrões que outras jovens negras, como Inês e Nair, ao se envolver com Cassi, engravidar e ser abandonada, retrata como a omissão das estruturas sociais do período da Primeira República que negava às mulheres negras o direito à uma maternidade financeiramente amparada contribuiu para a manutenção da colonialidade do poder, haja vista que é possível inferir que a protagonista, enquanto uma jovem afrodescendente e pobre, não teria condições de oferecer uma boa infraestrutura para seu filho que, possivelmente, também cresceria em uma situação de vulnerabilidade assim como os filhos de Inês e Nair, constituindo, assim, um ciclo vicioso que impõe a marginalização social à população negra.

Ademais, ainda que o desenlace da protagonista tenha sido triste e injusto, uma vez que Clara teria que lidar sozinha com todas as consequências referentes à sua gestação, enquanto Cassi permanece impune, a narrativa de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) vai além de uma simples história de desamparo. Retratando o processo de ganho de consciência social de Clara, Barreto (2012) tece uma conjuntura narrativa em que denuncia a forma como os efeitos da colonialidade agiam de maneira a empurrar a negritude feminina brasileira daquele período para um espaço interseccional de marginalização e invisibilidade.

Para além disso, é cabível a interpretação de que a obra alude a um caminho decolonial. Embora a protagonista não tenha conseguido reivindicar qualquer amparo de Cassi em relação à sua gravidez, e ainda que não haja a edificação de alguma episteme outra que confronte o modo de conceber o mundo conforme os valores do colonizador, Clara conquistou um olhar crítico sobre a forma como era lida socialmente. Barreto (2012) demonstra, assim, a importância da consciência

crítica como um primeiro passo para a resistência e para a luta contra as opressões estruturais fundamentadas pela colonialidade. Essa conscientização, mesmo em meio à opressão, representa uma forma de resistência à desumanização e à invisibilidade impostas pela sociedade colonial e patriarcal.

Ao compreender que era vista como “nada” aos olhos da sociedade branca e burguesa, a protagonista barretiana promove, implicitamente, a reflexão de que para subverter o racismo e o patriarcalismo que fundamentam as relações sociais é necessário olhar criticamente para como os mecanismos da colonialidade operam nas estruturas sociais de forma a inviabilizar e marginalizar mulheres como ela. Nesse sentido, Barreto (2012) elucida como a consciência sobre os mecanismos de opressão e silenciamento é fundamental para que os colonizados não reproduzam cegamente as ideologias impostas pelos colonizadores que legitimam e perpetuam a desigualdade e a exclusão, inferiorizando e apagando a identidade negro-brasileira.

A trajetória de Clara denota que a compreensão crítica da opressão e da invisibilidade a que pessoas como elas são subjugadas também se constitui como uma forma de desafiar os efeitos da colonialidade que fundamentam a perpetuação dessas injustiças. Assim, a história de Clara não se encerra apenas na dor e na dificuldade, mas sim na conquista da consciência social, o que abre margem para uma possível transformação, pois infere-se que a protagonista poderia compartilhar essa visão crítica com as suas próximas gerações, rompendo com o ciclo de inocência da família Dos Anjos que os vulnerabilizava ainda mais. Ela simboliza, desse modo, a resistência e a luta contínua contra a desumanização e a marginalização das mulheres negras, destacando a importância da consciência crítica e da identidade negro-brasileira na luta por justiça e igualdade.

Os desafios enfrentados pela protagonista Clara confluem também com as constatações feitas por Gonzalez (2020), Ribeiro (2017) e Carneiro (2005) em relação às vivências da mulher negra brasileira em contextos mais contemporâneos. Visto isso, ao traçar paralelos entre a trajetória de Clara dos Anjos e as análises de autoras contemporâneas que discutem a condição da mulher negra na sociedade brasileira, entende-se que os efeitos da colonialidade que fundamentam a marginalização social da negritude feminina denunciados por Barreto (2012) no contexto da Primeira República continuam presentes, ainda que sob novas formas, na realidade brasileira contemporânea.

Entende-se que o romance barretiano apresenta uma narrativa que, embora contextualizada na Primeira República, ainda se atualiza, pois, à luz de Gonzalez (2020), Ribeiro (2017) e Carneiro (2005), evidencia-se que o ciclo de opressão e marginalização explicitado pelo autor em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), em que jovens como Clara são exploradas sexualmente e precisam assumir sozinhas a responsabilidade pela criação de seus filhos, continua a se manifestar de maneira

alarmante na sociedade atual. As mulheres negras, como Clara, Inês e Nair, cujas histórias se entrelaçam na obra de Lima Barreto, representam uma realidade que persiste para uma parcela da negritude feminina brasileira, que ainda enfrenta desafios semelhantes. A exploração sexual, a gravidez indesejada e a falta de apoio institucional são elementos recorrentes na vida de mulheres negras, reforçando o ciclo de pobreza e exclusão social que caracteriza suas experiências. Diante disso, o romance *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), ao denunciar as estruturas racistas e patriarcais da sociedade brasileira, reivindica um lugar de destaque na literatura negro-brasileira, pois tal como Cuti (2022) propõe que essa vertente literária deva ser, a narrativa de Barreto (2012) constrói os personagens negros de uma forma ativa e crítica que desafia as narrativas dominantes e contribui para a formação de uma consciência coletiva antirracista.

PARTE III: NÃO SOMOS NADA NESTA VIDA: DIÁLOGOS LITERÁRIOS ENTRE CLARA, EUNICE E MABEL

1 ENTRE A MARGINALIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA: PROTAGONISMO NEGRO FEMININO E A DESESTABILIZAÇÃO DOS PADRÕES COLONIAIS EM *CLARA DOS ANJOS* E *SOLITÁRIA*

“Não somos nada nesta vida” (p. 77) é a derradeira reflexão feita pela protagonista de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), o último romance escrito por Lima Barreto e caracterizado por Beatriz Resende (2016) como “o projeto de toda a sua vida”. A afirmação de Clara, ao perceber sua vulnerabilidade como mulher, pobre e negra em uma sociedade patriarcal e racista, sintetiza o teor da crítica social que permeia a obra do autor. Ao levar em conta que, conforme concebido por Bossi (1992), há um teor autobiográfico presente no romance, elucida-se que a constatação feita a partir da voz da personagem ecoa a experiência de desvalorização imposta à população negra e periférica, refletindo o ciclo de exclusão e opressão que Barreto (2012) viveu e denunciou ao longo de sua trajetória literária. O coletivo emanado na reflexão de Clara, que não utiliza o singular, mas sim o plural, alude ao reconhecimento de uma realidade marcada pela marginalização e pela exclusão estrutural que era compartilhada por todos aqueles que não se encaixavam nos padrões impostos pela elite branca e patriarcal da sociedade brasileira da época.

Diante disso, Cuti (2010) reconhece Lima Barreto (2012) como um dos precursores de uma literatura Negro-Brasileira por adotar em sua escrita um discurso que “reivindica para si identidade com os discriminados e não com os discriminadores” (Cuti, 2010, p. 28). Barreto (2012), ao explorar as vivências de mulheres negras como Clara, não só denuncia as mazelas da colonialidade na sociedade brasileira de sua época, mas também contribui para as bases de uma tradição literária que ressignifica as experiências negras e desafia os discursos hegemônicos. Nesse sentido, compreende-se que a sua produção literária antecipa o que, posteriormente, Silviano Santiago (2000) descreve como o uso da transgressão enquanto forma de expressão feito pelos artistas latino-americanos para resistirem à imposição dos padrões estabelecidos pelos colonizadores.

Desde a morte de Lima Barreto (2012), em 1922, o Brasil passou por importantes transformações político-sociais. À exemplo disso, pode-se citar a abolição formal de práticas discriminatórias raciais por meio de instrumentos legislativos, como a Lei nº 7. 716/1989, que reconheceu o racismo como crime inafiançável. Além disso, políticas públicas de inclusão, como as cotas raciais¹⁰ no Ensino Superior e no Serviço Público, têm buscado reparar parte das

¹⁰ A Lei nº 12.711/2012, prevista na Constituição Federal (Brasil, 1988), instaura a reserva de vagas no Ensino Superior para grupos socialmente minorizados, estabelecendo cotas raciais, sociais e para pessoas com deficiência. No que concerne aos concursos públicos, a Lei nº 12.990/2014 estabelece que 20% das vagas em concursos públicos federais

desigualdades históricas. No entanto, essas mudanças legais e institucionais não foram suficientes para erradicar o racismo estrutural que persiste nas relações sociais e que é refletido no âmbito literário, uma vez que, a partir de um levantamento feito por Dalcastagnè (2012) referente à publicação de romances no período de 1990 a 2004 no Brasil, observa-se que 93,9% das obras publicadas foram produzidas por autores brancos.

Tendo em vista essa hegemonia que ainda permeia o campo literário brasileiro, evidencia-se a importância de vozes como a de Lima Barreto (2012) para abrir caminho para que outras "vozes não autorizadas" emergissem e se consolidassem, representando de forma crítica as vivências negras e, especialmente, as experiências das mulheres negras. Um exemplo da influência de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) na Literatura Negro-Brasileira é o conto *Guarde o Segredo*, de Esmeralda Ribeiro (1991), em que há uma alusão direta ao romance de Barreto (2012). Nesse conto, de autoria negra feminina e publicado em 1991 nos *Cadernos Negros*, Ribeiro (1991) dialoga explicitamente com a história da protagonista barretiana Clara, revisitando sua trajetória enquanto mulher negra em uma sociedade racista e patriarcal. Enquanto a Clara de Barreto (2012), inserida na Primeira República, vivencia o abuso e o abandono com um sentimento de impotência diante disso, a protagonista do conto de Ribeiro (1991), situada no final do século XX e em um cenário de maior conscientização e luta por direitos civis, reage de forma ativa e confronta o sedutor Cassi Jones, ferindo-o com uma faca. Essa reação da protagonista, mais do que um ato de violência, alude ao desejo de romper com o ciclo de opressão e o silenciamento histórico imposto às mulheres negras. Assim, Ribeiro (1991) ressignifica a narrativa de Barreto (2012), revisitando as vivências de Clara dos Anjos a partir de uma protagonista inserida em um contexto social de maior agência.

Para além de uma releitura explícita, como é o caso do conto de Ribeiro (1991), a obra de Lima Barreto (2012) precedeu e tornou-se referência para a produção literária de outros autores que, como ele, produziram obras que centralizam em suas narrativas as vivências das mulheres negras e desafiam as estruturas coloniais da sociedade brasileira. Escritoras como Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo: Diário de Uma Favelada* (1960), Conceição Evaristo, em *Ponciá Vicêncio* (2003), e Ana Maria Gonçalves, em *Um Defeito de Cor* (2006), trouxeram para o foco de suas narrativas as experiências de mulheres negras, explorando suas lutas, resistências e subjetividades em um país marcado pelo legado da escravidão, pelo racismo estrutural e pelo sistema patriarcal. Assim como Barreto (2012), essas autoras, bem como os demais escritores que fazem parte da Literatura Negro-Brasileira mas não foram aqui citadas devido ao recorte estabelecido, não se limitam a denunciar as desigualdades sociais, mas promovem uma

devem ser preenchidas por pessoas negras e pardas. Em maio de 2024, o Senado aprovou o PL nº 1.958/2021, que amplia a reserva de vagas para 30%.

ressignificação das vozes silenciadas, explorando o potencial da Literatura como meio de crítica e transformação social.

Tal como as autoras mencionadas, Eliana Alves Cruz também se insere nessa tradição literária ao trazer para o centro de suas obras as vivências de mulheres negras brasileiras, ampliando a reflexão sobre raça, gênero e resistência no contexto literário nacional. Jornalista por formação, a autora fez suas primeiras publicações nos *Cadernos Negros* e, desde então, tem se destacado no espaço literário contemporâneo brasileiro por sua produção literária que, segundo Felipe Aquiles Cereza (2023), “[...] se soma às demais autoras negras, contribuindo para o processo de construção, fortalecimento e edificação da autoria negro-feminina e, em consequência, da literatura afro-brasileira” (p. 35). Em romances como *Água de Barrela* (2016) e *O Crime do Cais do Valongo* (2018), Cruz revisita momentos da história do Brasil sob a perspectiva de personagens negras, abordando suas vivências e seu imbricamento com temas como escravidão, ancestralidade e a luta por equidade racial. Dado isso, pode-se inferir que a produção literária de Eliana Alves Cruz bebe das águas da literatura de resistência percutida por autores como Lima Barreto (2012), estabelecendo um diálogo contínuo entre passado e presente.

Embora em outras de suas produções literárias Eliana Alves Cruz explore, assim como Lima Barreto (2012), o protagonismo negro feminino e os enfrentamentos desse grupo social perante a desigualdade racial e de gênero, em *Solitária* (2022) a autora também aborda essas questões ao construir uma narrativa em torno da vivências de duas mulheres negras, Eunice e Mabel, mãe e filha, que compartilham experiências marcadas pela subalternidade e pelo confinamento simbólico e físico, tal como a protagonista barretiana Clara. No entanto, enquanto Clara, situada no contexto da Primeira República, é retratada em uma posição de impotência diante das estruturas opressoras que a circundam, as protagonistas de *Solitária* (Cruz, 2022) vivenciam seus enfrentamentos em um Brasil contemporâneo, em que as mazelas da colonialidade ainda permanecem engendradas nas bases das relações sociais e, muitas vezes, são veladas pelo mito da democracia racial (Munanga, 1999).

O romance *Solitária* (Cruz, 2022), organizado pela autora em três partes que trazem a narração em primeira pessoa de Eunice, Mabel e dos ambientes habitados por elas, se centra nas vivências das protagonistas que rememoram suas experiências a partir de quando mãe e filha adentraram o apartamento de d. Lúcia e seu Tiago para habitar o espaço invisível da residência da família branca e burguesa: o quartinho da empregada. A narrativa se desenrola em torno de um crime acontecido no apartamento de luxo e presenciado por Eunice, então empregada doméstica da família, retratando literariamente as relações de poder estabelecidas entre a funcionária negra, juntamente com sua filha, e a família para quem ela trabalha.

Dessa forma, a obra de Cruz (2022) constrói uma representação literária das questões de subalternidade estabelecidas na prestação de trabalho doméstico realizada por mulheres negras brasileiras. De acordo com Daniela Cristine Jantsch (2024), esse retrato literário é construído por Cruz (2022) de forma a “delimitar o racismo estrutural brasileiro que, muitas vezes, por ser bastante sutil acaba por não ser observado e tratado como mera trivialidade” (p. 32). *Solitária* (Cruz, 2022), no entanto, não aborda apenas o imbricamento entre a negritude feminina brasileira e o trabalho doméstico, mas, segundo Jantsch (2024), “versa também sobre aborto na adolescência, violência contra a mulher, alcoolismo, trabalho análogo à escravidão, afogamento e morte por abandono de incapaz, Lei de Cotas Raciais e a pandemia do COVID 19 que colapsou o mundo inteiro” (p. 28).

Tendo em vista que o romance de Eliana Alves Cruz (2022) constitui sua narrativa em torno das lembranças de duas mulheres negras que enfrentaram o silenciamento e a opressão ao habitarem o quatinho da empregada, é possível compreender que, em certa medida, a escrita de Cruz (2022) recupera elementos já presentes em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), como o silenciamento social e o confinamento doméstico impostos à negritude feminina, abordando o racismo estrutural, a discriminação de gênero e a luta de classes. Tanto Clara quanto Eunice e Mabel, apesar de estarem separadas por contextos históricos distintos, compartilham a experiência de viverem limitadas ao espaço doméstico devido às imposições de uma sociedade permeada pela colonialidade. No caso de Clara, o confinamento é um reflexo direto da tentativa dos pais de protegê-la por meio da reprodução de valores patriarcais impostos socialmente pelos colonizadores, que, paradoxalmente, acabam por reforçar sua vulnerabilidade. Já em *Solitária* (Cruz, 2022), Eunice, enquanto mulher negra, é condicionada à prestação de trabalho doméstico por não encontrar alternativas de emprego, enquanto Mabel, sua filha, vivencia a restrição do espaço como herança dessa mesma estrutura opressora, pois precisa acompanhar a mãe no trabalho. Ao retratar que, por falta de rede de apoio, Eunice tinha que levar Mabel junto para o seu ambiente de trabalho, o romance evidencia como a ausência de opções alternativas molda a vivência de ambas, submetendo-as a uma dinâmica de opressão que ultrapassa a esfera individual e se enraíza em estruturas sociais e materiais. A necessidade da personagem em relação a levar sua filha ao trabalho levanta questões sobre o significado, no contexto retratado, de uma criança "precisar" estar no ambiente de trabalho da sua mãe, promovendo questionamentos implícitos sobre quais escolhas realmente existem para mulheres negras em contextos de vulnerabilidade econômica.

Nessa perspectiva, observa-se que na construção literária das vivências das protagonistas de *Solitária* (Cruz, 2022) são revisitadas denúncias tecidas na narrativa de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) relacionadas à marginalização social imposta às mulheres negras pela colonialidade, pois ambas as obras expõem como a barreira do acesso a determinados ambientes sociais, em contextos

históricos distintos, pode operar como locus de opressão para esse grupo social. As obras dialogam ao demonstrarem que a marginalização espacial não se limita ao confinamento físico, mas estende-se ao silenciamento simbólico que nega às protagonistas a possibilidade de autonomia e voz, dado que Clara, Eunice e Mabel ocupam posições de subalternidade em seus respectivos contextos de vida.

Eliana Alves Cruz (2022), ao explorar as múltiplas nuances de opressão vivenciadas por mulheres negras que prestam trabalhos domésticos — racismo, sexismo e classismo — em *Solitária* amplia a discussão iniciada por Lima Barreto (2012) sobre a marginalização e o silenciamento impostos à negritude feminina brasileira devido às heranças coloniais, estabelecendo uma troca intertextual que transcende o tempo. Enquanto Clara, mesmo sendo restringida pelos pais ao ambiente de seu lar, não recebe o mesmo respeito social que uma mulher branca, Eunice e Mabel, em *Solitária* (Cruz, 2022), enfrentam a desvalorização e desumanização impostas pelo trabalho doméstico, evidenciando a persistência das estruturas coloniais que relegam as mulheres negras ao espaço da invisibilidade social. Assim, entende-se que as protagonistas de Cruz (2022) herdam a luta de Clara, mas com nuances contemporâneas que revelam tanto os avanços quanto as permanências em relação às dinâmicas coloniais opressoras.

O diálogo estabelecido entre as obras demonstra, portanto, que analisar *Solitária* (Cruz, 2022) a partir de uma perspectiva comparada a *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) permite compreender como a Literatura Negro-Brasileira manifestada na escrita de Cruz (2022) e Barreto (2012) denuncia as marcas da colonialidade na representação literária das vivências negras femininas. Além disso, tal abordagem possibilita o entendimento de como essas produções literárias promovem o resgate e a ressignificação de histórias silenciadas. Nesse sentido, nas próximas subpartes deste trabalho, propõe-se analisar como as narrativas de Eunice e Mabel, em certa medida, se aproximam e se distanciam das experiências de Clara dos Anjos. Busca-se, assim, compreender também como os textos dialogam entre si em aspectos mais específicos, de modo a demonstrar as permanências e as transformações na narração das vivências das mulheres negras brasileiras nos textos literários, considerando as dinâmicas de poder impostas pela colonialidade em diferentes contextos históricos. Assim, compreende-se que é relevante explorar as estratégias narrativas utilizadas por ambos os autores para expor as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas protagonistas e como essas obras ressignificam a presença negra feminina no espaço literário.

Ademais, levando em conta que a Literatura Brasileira, se a considerar a partir da chegada dos colonizadores, se configura como um território em que branquitude e masculinidade ocupam o topo das relações hierárquicas (Dalcastagnè, 2012), depreende-se que as obras de Barreto (2012) e Cruz (2022) também dialogam entre si por serem produzidas por autores que se constituem como

vozes não autorizadas (Dalcastagnè) no campo literário nacional e que, por retratarem as vivências de mulheres negras brasileiras denunciando seus enfrentamentos perante o silenciamento e opressão impostos a elas, promovem a reflexão sobre as ideologias racistas e patriarcais que engendram as relações sociais na modernidade/colonialidade. Nessa linha, entende-se que a escrita de Barreto (2012) e Cruz (2022) se entrecruzam por promoverem rupturas com o discurso moderno/colonial, o que torna importante analisá-las em uma perspectiva comparada a partir de um viés decolonial e interseccional de modo observar como ambas as obras denunciam as variadas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras brasileiras e, consequentemente, contribuem para a construção de uma Literatura que desafia e desestabiliza os padrões coloniais instaurados na sociedade brasileira.

2 VOZES MARGINALIZADAS E RESSIGNIFICADAS: A CONSTITUIÇÃO NARRATIVA DA NEGRITUDE EM BARRETO E CRUZ

Como já discutido, ao considerar *Solitária* (Cruz, 2022) a partir de uma perspectiva sumária, observa-se que, assim como *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), o romance constrói um retrato literário das vivências negras femininas na sociedade brasileira. Desde os primeiros momentos da obra de Cruz (2022), fica evidente que o contexto de vida das protagonistas Eunice e Mabel, situado no Brasil contemporâneo, difere significativamente daquele de Clara, ambientado na Primeira República. Essa contextualização temporal que remete à atualidade é reforçada no texto de Cruz (2022) pela menção a eventos sociais recentes, como a pandemia de Covid-19. Levando em conta os avanços tecnológicos e as transformações político-sociais ocorridas no Brasil desde a Primeira República até os dias atuais, é inevitável que as experiências de Clara, Eunice e Mabel apresentem diferenças significativas em termos históricos, culturais e sociais.

Entretanto, mesmo que o cenário vivenciado pelas protagonistas de *Solitária* (Cruz, 2022) seja uma sociedade contemporânea que, se comparada ao contexto da Primeira República, passou por transformações significativas no que diz respeito à ampliação de direitos civis para grupos socialmente minorizados, à luta por igualdade racial e de gênero e à consolidação de vozes negras no espaço público, as experiências de Eunice e Mabel revelam a permanência de mazelas sociais originadas no período colonial, mesmo em um contexto histórico como a atualidade, em que há conquistas de direitos civis por parte dos grupos sociais minorizados. Isso fica evidente na primeira cena de diálogo entre mãe e filha, em que são revisitadas memórias que vão desde a época em que habitavam o quatinho de empregada até o dia em que Eunice presenciou um crime no apartamento de luxo dos ex-patrões. Nesse diálogo inicial, Mabel questiona Eunice — agora alvo de atenção

mediática devido ao ocorrido — sobre a conduta que teria após presenciar o acontecimento criminoso:

— O que faço com essa gente toda? A senhora precisa denunciar, precisa falar ... A senhora não é escura ... — Ela me encarou com fúria. Na distância em que estávamos senti seu olhar como um tapa na cara (Cruz, 2022, p.08).

Mabel pontuar que a mãe precisava denunciar o que havia presenciado e que ela não é “escura...” indica que o termo não concluído na fala, possivelmente "escrava" ou "escravizada", denota a permanência de estigmas e das relações de poder herdadas do passado colonial, em que pessoas negras ainda são lidas socialmente, de maneira consciente ou inconscientemente, sob o prisma da subjugação e da marginalização. Assim, é possível compreender, já no início da narrativa, que a composição das protagonistas do romance de Cruz (2022) enquanto mulheres negras não se trata apenas de um detalhe sobre a aparência das personagens: fica flagrante ao leitor que trata-se de uma escolha narrativa consciente e estratégica, direcionada a elucidar a complexidade das vivências negras femininas em um Brasil historicamente marcado por desigualdades estruturais de raça e gênero.

Entende-se, desse modo, que, assim como a protagonista Clara, de Barreto (2012), Eunice e Mabel têm sua posição social condicionada por serem mulheres negras em uma sociedade permeada pela colonialidade. Enquanto Clara foi usada por Cassí Jones como um objeto sexual assim como as mulheres negras escravizadas eram frequentemente objetificadas e desumanizadas durante o período colonial, Eunice e Mabel foram relegadas a uma posição de subordinação que recupera os ecos das dinâmicas coloniais em que as escravizadas serviam à casa-grande. Sob essa ótica, entende-se que em *Solitária* (Cruz, 2022) e em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) a negritude se configura não apenas como uma característica fenotípica, mas como parte estruturante da condição social que permeia todos os aspectos da vida das personagens, desde suas experiências familiares até suas interações com as estruturas de poder e com a sociedade em geral.

Ainda que em *Solitária* (Cruz, 2022) a identidade racial das protagonistas Eunice e Mabel seja um elemento central que influencia diretamente suas experiências e enfrentamentos no contexto da modernidade/colonialidade, assim como ocorre na construção dos personagens negros em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), a forma como a negritude é apresentada nas narrativas difere em termos de abordagem. Enquanto no romance barretiano há uma dedicação por parte do narrador em detalhar fisicamente a família dos Anjos, em *Solitária* (Cruz, 2022) a compreensão de que

Eunice e Mabel são mulheres negras se dá de maneira implícita, por meio de "pistas"¹¹ narrativas inseridas ao longo da obra. Essas pistas se manifestam em momentos que revelam, direta ou indiretamente, a experiência racial das personagens no contexto brasileiro como, por exemplo, na analogia feita por Mabel sobre sua mãe não ser “escra...”, um termo interrompido no diálogo, mas que remete à permanência de estigmas relacionados ao passado colonial. Essa escolha narrativa sugere que, mesmo sem detalhamentos físicos evidentes, a condição social das personagens como mulheres negras influencia diretamente suas trajetórias e interações com o mundo ao redor.

Desse modo, observa-se que em ambas as obras o protagonismo negro feminino é construído de forma a evidenciar as estruturas de opressão que condicionam as vidas das personagens a partir de estratégias narrativas diferentes. Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) a identidade racial da protagonista Clara é explicitamente descrita e contextualizada como uma das razões que intensificam sua vulnerabilidade em uma sociedade racista, uma vez que o próprio narrador reflete sobre a condenação social imposta para mulheres com a mesma cor e condição social que a filha única da família Dos Anjos. Já em *Solitária* (Cruz, 2022), a questão racial é explorada de maneira implícita, sendo interposta como uma camada intrínseca e estrutural das vivências das personagens, refletindo as complexidades e nuances das relações raciais contemporâneas no Brasil.

Essa diferença nas estratégias narrativas adotadas por Barreto (2012) e Cruz (2022) na abordagem da negritude não diminui a importância da identidade racial das personagens em nenhuma das obras, mas denota diferentes formas de retratar e problematizar as desigualdades raciais em contextos históricos distintos. Enquanto Barreto (2012), ao escrever no início do século XX, utiliza descrições mais diretas e detalhadas para expor as estruturas de opressão e as dinâmicas de exclusão enfrentadas por Clara em um período histórico em que o racismo não era criminalizado e as estruturas sociais legitimavam práticas discriminatórias, Cruz (2022) opta por uma abordagem que se revela nas entrelinhas da narrativa e na forma como as personagens interagem com os desafios do presente em que a colonialidade se reconfigura em novos moldes, mas permanece presente na sociedade brasileira. Logo, mesmo que a partir de abordagens distintas, em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e em *Solitária* (Cruz, 2022) há a representação literária de

¹¹ O uso do termo "pistas" proposto aqui dialoga com a teoria de Wolfgang Iser (1999) sobre o Efeito Estético. De acordo com Iser (1999), a interação entre o leitor e o texto é constituída por um processo em que os significados são atualizados na consciência imaginária do leitor. Nesse contexto, à luz das postulações de Iser (1999), entende-se que os textos literários apresentam uma estrutura verbal que orienta a apreensão de sentidos, mas também possuem elementos de indeterminação que permitem a participação ativa do leitor na produção da intenção textual. As "pistas" narrativas, assim, funcionam como potenciais de sentido predispostos no texto que, ao serem percebidos e preenchidos pelo leitor, promovem a atualização da obra e a sua constituição como experiência estética. Em *Solitária* (Cruz, 2022), essas pistas evidenciam, de forma implícita, aspectos da identidade racial das personagens, abrindo margem para o leitor apreender as vivências negras a partir de elementos indiretos presentes na narrativa.

como os efeitos da colonialidade condicionam a marginalização imposta à negritude no Brasil, especialmente em termos de restrição de acesso a determinados espaços sociais. Ambas as obras retratam a segregação espacial como uma manifestação da hierarquia racial herdada do período colonial. Nessa dimensão de exclusão social representada nos textos, o espaço físico é um reflexo das desigualdades estruturais raciais e de gênero que fundamentam a sociedade brasileira.

No caso de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), a protagonista é retratada como restrita ao ambiente da casa de sua família, localizada em uma área mais pobre do subúrbio carioca, habitada majoritariamente por outras pessoas negras. Essa localização não apenas limita o convívio social de Clara, mas também reflete as barreiras impostas pela sociedade racista da Primeira República, que relegava negros e negras às periferias e aos espaços considerados marginalizados. O espaço habitado por Clara não se configura apenas como um cenário, mas também parte constitutiva da exclusão que a impede de acessar os ambientes frequentados pelas classes sociais privilegiadas, o que reforça sua condição de vulnerabilidade.

De maneira semelhante, em *Solitária* (Cruz, 2022), Eunice e Mabel também enfrentam restrições espaciais, mas isso se dá em um contexto contemporâneo em que, com a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho - no sentido de trabalho remunerado, em oposição a outras formas de trabalho, em regime de escravidão ou no ambiente doméstico familiar, por exemplo -, a negritude feminina continuou a desempenhar funções subalternas, frequentemente relacionadas ao trabalho doméstico ou de baixa remuneração. Essa realidade de trabalho é imposta às mulheres negras pois, muitas vezes, conforme demonstrado por Gonzalez (2020), não atendem aos padrões eurocêtricos que fundamentam a “boa aparência” requisitada em algumas profissões. Assim, as protagonistas de *Solitária* (Cruz, 2022) habitam o quartinho de empregada e têm sua circulação restrita à área de serviço no apartamento dos patrões. Essa segregação espacial, assim como a dinâmica de subordinação entre empregadores e empregados, evidencia a permanência de uma hierarquia racial e social que remonta à lógica colonial. A obra também menciona outros personagens negros, funcionários do condomínio de luxo, que compartilham experiências similares, sendo barrados do acesso a espaços de convivência reservados aos moradores e reproduzindo, na contemporaneidade, a separação entre a casa-grande e a senzala.

Dessa forma, ambas as obras oferecem retratos literários da marginalização imposta à negritude no Brasil fundamentada na barganha do acesso a determinados espaços sociais, revelando como a colonialidade segue condicionando as interações raciais e perpetuando desigualdades estruturais. Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), o subúrbio carioca funciona como uma simbologia da segregação racial e econômica do período, marcando a exclusão de Clara dos ambientes privilegiados e restringindo seu mundo a um espaço de vulnerabilidade. Em *Solitária* (Cruz, 2022),

tal segregação é igualmente evidente, mas é explorada no interior de um espaço social privilegiado, um condomínio de luxo, em que as protagonistas negras são relegadas a funções subalternas e a espaços como o quartinho de empregada e as áreas de serviço.

Tendo em vista que as protagonistas romances de Barreto (2012) e Cruz (2022) são compostas como pertencentes a famílias financeiramente vulneráveis, elucida-se que essa divisão imposta a elas e seus semelhantes não se fundamenta apenas na questão racial, mas também econômica, evidenciando a aporofobia — o preconceito contra pessoas pobres — que, no Brasil, frequentemente intersecciona-se com a questão racial. Assim, examinar comparativamente essas narrativas à luz dos conceitos de colonialidade, divisão racial do espaço e aporofobia permite uma compreensão mais profunda de como as estruturas opressivas se mantêm ao longo do tempo. Ambos os romances refletem como o acesso ao espaço físico é condicionado por relações de poder racializadas e hierarquizadas, ilustrando que, mesmo em contextos históricos diferentes, o conceito de raça continua sendo um marcador determinante de exclusão social no Brasil.

3 ENTRE A PORTA DOS FUNDOS E O SUBÚRBIO: A HIERÁRQUIA ESPACIAL DA COLONIALIDADE

O retrato literário das vivências de Eunice e Mabel constituído em *Solitária* (Cruz, 2022) se entrecruza com a narrativa da protagonista barretiana *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) não só no que diz respeito ao gênero e à identidade racial das personagens, mas também devido às protagonistas compartilharem de uma situação semelhante de vulnerabilidade socioeconômica. Tal como a família dos Anjos, as personagens principais do romance de Cruz (2022) são retratadas como possuidoras de recursos financeiros escassos, mas habitam um cenário social diferente da região precária do subúrbio carioca em que moravam Clara e seus familiares. Quando Mabel ainda era uma criança, Eunice começou a trabalhar como empregada doméstica no apartamento de dona Lúcia e seu Tiago, que se localizava no fictício condomínio de luxo Golden Plate. Devido à grande carga de trabalho imposta à Eunice e ao fato de a empregada doméstica não ter rede de apoio para assumir os cuidados com sua filha Mabel enquanto trabalhava, mãe e filha passaram a residir no quartinho de empregada do apartamento dos patrões.

Desse modo, Eliana Alves Cruz (2022) tece uma narrativa que revisita a denúncia feita por Lima Barreto (2012) sobre a disparidade entre as condições de vida de pessoas pobres e negras em comparação à branquitude burguesa. Barreto (2012) expõe a exclusão social de Clara e sua família contextualizada em uma localização espacial segregada no subúrbio carioca, já Cruz (2022) insere suas protagonistas em um espaço de convivência direta com a elite econômica, mas que, ainda assim, mantém uma rígida hierarquia racial e de classe. Um exemplo de como essas relações

hierárquicas de segregação são denotadas na narrativa de *Solitária* (Cruz, 2022) é quando Mabel narra a primeira vez em que acompanhou a mãe ao trabalho e, à causa de Eunice ter esquecido as chaves da área de serviço, utilizaram a entrada principal da residência, o que irritou a patroa:

Encostei o ouvido na porta para tentar escutar o que diziam, mas ouvia apenas frases entrecortadas. “Por que não entrou pelo fundo? Sou eu quem tem que abrir a porta para você?” “Assim fica complicado Eunice...” “É só por hoje d. Lúcia, é que...” “... mas eu te falei que...” (Cruz, 2022, p. 12).

A contextualização feita na narrativa de que existiam duas entradas no apartamento dos patrões de Eunice e que a entrada de serviço era destinada exclusivamente à empregadas domésticas e trabalhadores reflete a segregação espacial e social que estrutura as relações entre classes no Brasil. Essa divisão simbólica e material entre "a porta da frente" e "a porta dos fundos" evidencia como, no contexto de um edifício de luxo, pessoas pobres e que prestam trabalho doméstico são vistas pela burguesia como indignas de transitar pelos mesmos espaços reservados às elites econômicas. Nota-se, então, que a passagem narrativa em questão representa literariamente a aporofobia, pois a irritação de dona Lúcia ao ver Eunice e Mabel utilizando a entrada principal revela não apenas uma hierarquia de espaços, mas também uma rejeição simbólica aos corpos associados à pobreza.

Essa aversão à dividir o mesmo espaço que trabalhadores economicamente desfavorecidos é reiterada quando Mabel descreve que no local em que a mãe trabalhava existia uma geladeira destinada apenas aos funcionários, diferente da usada pelos patrões. Isso gera o sentido de que, para a branquitude burguesa, compartilhar o uso de um eletrodoméstico com pessoas pobres e, muitas vezes, negras – dado que a obra retratada que os funcionários do edifício de luxo eram majoritariamente negros – ocasionaria uma espécie de “contaminação”, como se houvesse uma ameaça simbólica à pureza e ao status social que os membros da elite burguesa atribuem a si mesmos. É recuperada, assim, a denúncia sobre a aversão à pobreza constituída por Lima Barreto (2012) a partir da descrição do subúrbio carioca representado como espaço de exclusão social em *Clara dos Anjos*, agora deslocada para as dinâmicas que se manifestam na relação entre empregadores e empregados em um condomínio de luxo em *Solitária* (2012).

A análise comparada da representação da aporofobia nas obras permite, assim, a reflexão sobre a manifestação desse preconceito em diferentes instâncias. Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), a exclusão social é retratada de forma espacialmente delimitada: o subúrbio carioca é representado como um local segregado, separado das áreas nobres da cidade, destinado às camadas mais pobres da sociedade. No entanto, Barreto vai além dessa demarcação geográfica ao expor uma

hierarquia interna no próprio subúrbio, onde algumas regiões, como a habitada por Cassí Jones, recebiam maior atenção do poder público e eram consideradas "subúrbios elegantes", enquanto outras, como a moradia da família dos Anjos, eram relegadas à precariedade e ao abandono. Esse detalhamento revela que, mesmo entre os excluídos, havia graus de marginalização, destacando a complexidade da exclusão social. Já em *Solitária* (2022), a aporofobia é retratada em uma instância que não é explicitamente geográfica, mas se materializa nas relações diárias de trabalho e convivência, através das dinâmicas de hierarquia e poder entre patrões e empregados. Embora Eunice e Mabel habitem o mesmo endereço que pessoas da elite econômica, elas são confinadas a áreas separadas da convivência com os moradores do condomínio, desvelando uma forma de segregação que, apesar de menos explícita no espaço geográfico, é igualmente marginalizadora.

Para além da representação da aporofobia na segregação física imposta à pessoas pobres, seja na divisão do subúrbio ou na distinção entre entrada principal e entrada de empregados em uma residência burguesa, os romances propostos para estudo ainda denotam como essa aversão à aqueles que possuem recursos financeiros escassos se manifesta no descaso das estruturas sociais para com as suas vidas e seu imbricamento com a divisão racial do espaço (Gonzalez, 2020). Em *Solitária* (2022), quando Mabel descreve suas primeiras impressões sobre o quatinho habitado por ela e a mãe é notável que se tratava de um cômodo pensado para ocupar o mínimo espaço possível na residência, descrevendo que nele “tudo era no diminutivo” (Cruz, 2022, p. 14).

Ao detalhar o pequeno apartamento no edifício Golden Plate em que o porteiro Jurandir e seus filhos moravam, Mabel reitera a reflexão de que os espaços destinados à classe pobre e trabalhadora eram diferentes da realidade confortável vivenciada pela burguesia: “reparei mais uma vez que, para quem não era patrão, tudo era 'inho”: quatinho, apartamentinho, banheirinho...” (Cruz, 2022, p. 30).

Nessa linha, é possível refletir que a contextualização dos ambientes apertados e de dimensões reduzidas destinados aos empregados abordada em *Solitária* (Cruz, 2022) se conecta diretamente com a descrição da precariedade da região suburbana em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), uma vez que ambos os cenários evidenciam o descaso estrutural das elites para com as vidas de pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. Em ambas as obras, a marginalização e a exclusão social não se restringem a uma ausência de recursos materiais, mas também a uma visível negação da dignidade humana dos que habitam esses espaços. No caso de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), a representação da família Dos Anjos em uma região precária do subúrbio evidencia a segregação territorial e o abandono das regiões periféricas, em que ausência de investimento em infraestruturas de necessidades básicas torna-se um reflexo da desumanização dos moradores. Já em *Solitária* (Cruz, 2022), o quatinho de empregada de Eunice e Mabel no condomínio Golden Plate, apesar de

se situar em um espaço de elite, revela um outro tipo de segregação, em que o ambiente pequeno e apertado, destinado a trabalhadores que, com sua força de trabalho, sustentam a estrutura do edifício, é um reflexo da invisibilidade e do descaso com as condições de vida dos empregados.

A descrição de Mabel, ao relatar que no quartinho "tudo era no diminutivo" (Cruz, 2022, p. 14), reflete uma vida limitada, confinada a um espaço pequeno, sem direitos ou reconhecimento, em contraste com o luxo e a grandeza da área onde moram os patrões. A constatação da personagem sobre os espaços diminutos ocupados pelos funcionários do edifício se opõe diretamente à ideia de pompa e luxo emanada no nome dado ao local. O significado dos termos, em separado, ou a expressão em inglês como um todo, que nomeia/m o edifício, em tradução livre “prato dourado” ou “placa dourada”, remete/m diretamente a metais e/ou utensílios com materiais nobres, associados à riqueza, poder e status. A luxuosidade da qual os habitantes do condomínio usufruíam é, novamente, apresentada a partir da descrição feita por Eunice sobre a sala do apartamento em que trabalhava, que era grande ao ponto de que, em suas palavras, “Minha casa toda e talvez mais um pedaço da casa do vizinho cabiam ali” (Cruz, 2022, p. 71).

A existência de um pequeno quartinho destinado à empregada dentro de um apartamento caracterizado como amplo e luxuoso é um reflexo flagrante da segregação racial e social imposta pela estrutura de classes, que não só divide fisicamente os espaços, mas também reflete a hierarquização dos sujeitos que neles habitam. A delimitação do espaço reservado à empregada, um "quartinho" que se caracteriza por sua redução e ausência de conforto, é um símbolo claro da subordinação racial e do tratamento desigual a que ela está sujeita.

Tal contraste evidencia que, mesmo sendo parte vital para o funcionamento do condomínio, Eunice, como outros empregados, não é considerada digna de um espaço mais amplo ou confortável, sendo confinada ao mínimo necessário para a sua sobrevivência. Esse paradoxo entre a importância da força de trabalho de pessoas pobres e o descaso com suas vidas abordado na obra de Cruz (2022) estabelece, assim, um diálogo com a manifestação da aporofobia em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), em que é retratado que a rua onde a família de Clara mora, apesar de ser uma via movimentada e economicamente relevante, não recebe a devida atenção do poder público. O fato de ser uma área economicamente importante não garante que as condições de vida da população pobre que a habita sejam melhoradas, o que reforça a crítica de Lima Barreto (2012) à negligência do Estado para com as camadas mais economicamente desfavorecidas da sociedade, especialmente aquelas que são racialmente marginalizadas. Em *Solitária* (Cruz, 2022), considerando a delimitação do espaço do condomínio de luxo, também é retratada a paradoxalidade entre a importância da força de trabalho dos empregados e a exclusão imposta a eles, mesmo quando desempenham funções essenciais para o funcionamento do condomínio. Eunice, responsável pela

manutenção do lar de seus patrões e pela organização da residência, é aos olhos dos patrões, principalmente de dona Lúcia, uma peça fundamental para a manutenção do lar da família para a qual trabalha, mas sua vida continua a ser tratada com desdém, não merecendo nem mesmo um espaço minimamente confortável para viver, uma vez que o quartinho em que reside é descrito como apertado e abafado.

Ainda que *Solitária* (Cruz, 2022) se centre nas memórias de Eunice e Mabel, a narrativa também aborda outros personagens que trabalham no edifício fictício Golden Plate e que também são restritos a espaços apertados e hierarquicamente segregados. A construção do texto não aborda descrições físicas detalhadas dos personagens, contudo, a partir de pistas narrativas, como, por exemplo, o fato de Cacau, filho do porteiro, ter utilizado seu direito a cota racial para entrar na universidade, subentende-se que todos os outros trabalhadores do condomínio, ou, pelo menos, a maioria deles, são negros. Nesse sentido, o romance de Eliana Alves Cruz converge com *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) ao retratar o imbricamento entre a aparofobia e a divisão racial do espaço. Levando em conta que nos dois romances a negritude não é abordada de modo restrito como uma característica física, mas também como parte estruturante da identidade dos personagens e de suas relações sociais, subentende-se que espaço a que os personagens negros são condicionados a habitar é um reflexo da dinâmica de poder que subordina em função de classe social e identidade racial. A tecitura narrativa da divisão racial do espaço construída nas obras simboliza a permanência da lógica colonial que condiciona as vivências dessas personagens ao confinamento em espaços subalternizados, negando-lhes o acesso a lugares de poder e representatividade. Essa segregação que impele a população negra a ocupar espaços à margem, seja na esfera pública, como representado em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) no descaso do poder público com a região do subúrbio habitada pela família dos anjos, seja nos próprios espaços de convivência cotidiana, conforme retratado em *Solitária* (Cruz, 2022), revela a persistência das estruturas de desigualdade racial que, mesmo com o fim formal da escravidão e a criação de direitos civis, continuam a condicionar as vidas de corpos negros a uma existência secundária e marginalizada.

A situação retratada em *Solitária* (Cruz, 2022) de que, mesmo em um condomínio luxuoso, os funcionários, que são majoritariamente negros, são condicionados a habitarem espaços que, devido à serem destinados a eles, são planejados para ocupar o mínimo espaço possível e ficarem afastados dos ambientes sociais principais, reflete a permanência das ideologias coloniais que inferiorizavam e inferiorizam ainda na atualidade os povos colonizados, os taxando como seres inferiores e indignos de compartilhar os mesmos espaços e direitos daqueles que se enquadrava nos padrões hegemônicos impostos. A denúncia literária implícita na obra de Lima Barreto (2012) sobre o controle biopolítico exercido pelas instituições sociais no descaso com as regiões mais pobres do

subúrbio que eram habitadas por cidadãos negros como a família de Clara também é manifestada na escrita de Cruz (2022) quando Mabel reflete sobre o contraste entre os ambientes luxuosos destinados aos patrões e os espaços reduzidos e precários reservados aos funcionários.

A reflexão de Mabel sobre os "espaços mínimos" que ela, a mãe e outros funcionários ocupavam no Golden Plate amplia a discussão sobre como a arquitetura e o urbanismo refletem dinâmicas de poder e exclusão. Assim como no subúrbio carioca representado em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), em que as condições de infraestrutura precárias refletem o abandono do poder público e sua visão de inferioridade em relação aos moradores da região, em *Solitária* (Cruz, 2022), o espaço arquitetônico e as interações sociais no Golden Plate revelam um mecanismo similar de exclusão. O projeto dos quatinhos e a separação explícita entre os ambientes dos patrões e dos empregados não só reproduz, mas também institucionaliza uma lógica de marginalização. Ambas as obras contextualizam, mesmo que implicitamente, que tais espaços segregados são habitados majoritariamente por pessoas negras. Isso proporciona o sentido de que não se trata da representação de uma exclusão aleatória ou meramente econômica, mas da construção do retratado literário de como a colonialidade, conforme postulada por Quijano (2005), fundamenta as relações de poder e a divisão do trabalho no capitalismo mundial a partir da ideia de raça.

Nesse sentido, é possível inferir que, ao retratar a divisão racial do espaço, as obras de Barreto (2012) e Cruz (2022) abrem margem para reflexões sobre como os efeitos da colonialidade fundamentam a articulação entre o racismo estrutural e o controle biopolítico exercido sobre a negritude brasileira nos contextos históricos da Primeira República e da contemporaneidade. A contextualização narrativa feita em *Solitária* (Cruz, 2022) de que Eunice e Mabel, bem como outros trabalhadores negros do condomínio, além de serem condicionados a ocuparem espaços apertados durante o período de descanso, também precisavam utilizar uma entrada diferente da destinada aos moradores burgueses do condomínio, suscita o entendimento de que, embora a presença deles fosse “aceita” naquele espaço para que sua força de trabalho fosse explorada, medidas eram tomadas para que eles não usufríssem de uma convivência igualitária ou mesmo de uma percepção de pertencimento ao espaço.

Diante disso, pode-se refletir que, tal como a família Dos Anjos retratada no romance de Barreto (2012) teve suas perspectivas de ascensão social limitadas pela falta de condições ambientais e educacionais a que estavam submetidos no subúrbio, Eunice e Mabel, em *Solitária* (Cruz, 2022), enfrentam barreiras semelhantes no ambiente restritivo do condomínio Golden Plate. Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), o isolamento da família de Clara no subúrbio, sem acesso à educação formal e sem a oportunidade de convivência com pessoas que pudessem ampliar suas perspectivas sociais ou profissionais, os confinou a um ciclo de exclusão e pobreza. Em *Solitária*

(Cruz, 2022), por sua vez, Eunice e Mabel, apesar de fisicamente próximas à elite econômica, são mantidas à margem de qualquer interação que pudesse proporcionar a ideia de igualdade ou oferecer oportunidades de mobilidade social.

A análise comparativa da constituição do espaço físico nas obras revela abordagens distintas da exclusão social imposta à negritude, mas compreende-se que ambas dialogam ao retratar, a partir da constituição dos ambientes que contextualizam as vivências das personagens, como os efeitos da colonialidade fundamentam a articulação entre a aporofobia e divisão racial do espaço e condicionam a existência de corpos negros a uma posição de subalternidade e exclusão em diferentes instâncias de sua vidas. Sendo assim, o retrato literário das experiências dessas personagens, em especial o que diz respeito à constituição dos espaços que habitam e transitam, evidencia que as ideologias coloniais permanecem enraizadas nas estruturas sociais, mesmo em contextos históricos distintos. Ambas as obras revelam que a colonialidade não se limita à segregação física, mas transcende a dimensão espacial, afetando também a qualidade de vida, o acesso ao conhecimento e a mobilidade econômica das personagens. Desse modo, torna-se relevante analisar em perspectiva comparada às experiências vivenciadas pelas personagens tomando como base o conceito de colonialidade em seus desdobramentos do ser, do saber e do poder.

4 O EPISTEMICÍDIO COMO MECANISMO DA COLONIALIDADE: A LUTA PELO SABER E PELO PODER NAS NARRATIVAS DE LIMA BARRETO E ELIANA ALVES CRUZ

A aproximação entre as narrativas de *Clara de Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) ao retratar a segregação espacial imposta à população pobre e negra no Brasil não se detém apenas às convergências na construção dos cenários narrativos de modo a ilustrar as diferenças na representação dos espaços urbanos, mas também se estende à forma como ambos os romances exploram as consequências sociais e emocionais dessa segregação na constituição dos personagens. Ao passo que retratam a falta de infraestrutura dos ambientes físicos em que vivem os personagens, os romances também evidenciam como essas condições precárias afetam suas perspectivas de vida, suas relações interpessoais e a forma como enxergam a si mesmos.

Em *Solitária* (Cruz, 2022), ao rememorar suas primeiras impressões quando conheceu o apartamento luxuoso em que sua mãe trabalhava, Mabel destaca que, assim que se deparou com dona Lúcia, o que mais lhe chamou a atenção foi: “por que ela está de salto alto dentro de casa? Foi a primeira coisa que pensei quando entrei naquele apartamento enorme, em algum momento entre 1998 e 1999” (Cruz, 2022, p.11). Quando se pensa na carga simbólica atrelada aos sapatos de salto alto, que são tradicionalmente associados à elegância, poder e distinção social, é possível

depreender como esse elemento funciona como uma denúncia literária sobre as desigualdades entre classes. O espanto diante do uso desses sapatos dentro de casa sugere o estranhamento de Mabel em relação a um estilo de vida que enfatiza a ostentação e o luxo, aspectos completamente alheios à sua realidade e à de sua mãe. Subentende-se, desse modo, que esse detalhe captado a partir da perspectiva de uma criança, provavelmente ainda, em certo grau, inocente sobre a existência das desigualdades sociais, simboliza a oposição entre a realidade social vivenciada pela branquitude privilegiada, que possui uma vida estável o suficiente para se preocupar em cultivar hábitos que transcendem a funcionalidade básica, e a realidade de Mabel e sua mãe, marcada pela luta diária por sobrevivência e pela ausência de experiências ligadas à ideia de luxo.

Esse contraste entre o estilo de vida da branquitude que detém privilégios em relação ao de pessoas negras e socioeconomicamente vulneráveis reapresenta, em um contexto contemporâneo, o cenário literário construído por Lima Barreto (2012) em *Clara dos Anjos*. No romance barretiano é apresentado que, enquanto a família do antagonista Cassí Jones, mesmo habitando o subúrbio e não possuindo fortuna, gozava de privilégios que lhes permitiam manter uma posição de maior conforto em relação à família de Clara, esta última, por sua vez, submetida a uma condição de exclusão que extrapolava o aspecto econômico e adentrava questões raciais e de pertencimento social. Assim como no romance barretiano, no qual a família da jovem protagonista é constituída como vulnerável socioeconomicamente ao longo de suas gerações - dado que seu pai, Joaquim, é descrito como de origens humildes e a mãe, dona Engrácia, vinda de uma família que foi vítima da escravização -, em *Solitária* (Cruz, 2022) Eunice e Mabel também são apresentadas como pertencentes a um núcleo familiar que herda e vivencia as marcas históricas da escravização e da exclusão social. A figura de dona Codinha, mãe de Eunice, carrega em sua memória as histórias transmitidas por sua avó sobre o serviço em “casas-grandes”, estabelecendo uma conexão direta com o passado escravista. Quando Eunice reflete sobre sua posição como empregada doméstica, ela relata que “D. Codinha disse que sabia que era um serviço honesto, digno, mas mesmo assim se entristecia, porque olhava para mim e lembrava das histórias que a avó dela contava sobre servir em casas – grandes” (Cruz, 2022, p.72). Essa observação evidencia a continuidade de um ciclo de opressão que confina sucessivas gerações da população negra brasileira aos mesmos papéis subordinados, marcados pela exploração e pela invisibilidade. Nessa linha, Gonzalez (2020) descreve que, durante o período escravagista e colonial, as mulheres negras escravizadas frequentemente ocupavam a posição de “mucama”, descrevendo que:

[...] cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para

se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. (Gonzalez, 2020, p. 46).

Tendo em vista a descrição de Gonzalez (2020) à respeito da subjugação imposta às mulheres negras durante o período colonial, ao comparar os retratos literários das vivências da família dos Anjos e de Eunice e Mabel, é suscitada a reflexão de que ainda que o passado escravocrata fosse mais recente no contexto histórico apresentado na obra de Barreto (2012), as estruturas sociais fundamentadas na colonialidade e que perpetuam a exclusão e a desigualdade racial perduram no Brasil contemporâneo descrito por Cruz (2022).

Os romances de Barreto (2012) e Cruz (2022) confluem, assim, ao retratar que, mesmo em contextos históricos distintos, cidadãos brasileiros negros como a família dos Anjos, Eunice e Mabel, continuam a enfrentar a marginalização socioeconômica, enquanto pessoas como dona Salustiana, em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), e dona Lúcia, em *Solitária* (Cruz, 2022), detém privilégios como, respectivamente, o de usufruir do status de ter “[...] fumaças de grande dama” (Barreto, 2012, p. 08) ou de usar sapatos de salto alto dentro de casa. A preocupação em manter aparências relacionadas a status social presente nos comportamentos de dona Salustiana e dona Lúcia corrobora a denúncia literária da forma como a sociedade brasileira se estrutura a partir de hierarquias raciais e de classe, pois ambas as obras expõem a contraposição entre as vivências de famílias negras, que precisam lutar constantemente para sobreviver em um contexto de exclusão, e a realidade da população branca e privilegiada, que dispõem de recursos suficientes para cultivar uma vida focada em aparências e confortos supérfluos.

Além de retratarem a discrepância entre as condições de vida de famílias pobres e negras e da branquitude burguesa no Brasil, as obras de Barreto (2012) e Cruz (2022) também representam literariamente a forma como essa desigualdade social é fundamentada nas barreiras impostas aos personagens negros para o acesso a espaços sociais que poderiam proporcionar melhores oportunidades de ascensão, como o acesso à educação formal e a empregos melhor remunerados. A falta de acesso à educação formal vivenciada por Clara e seus familiares é uma dificuldade que se repete na trajetória de Eunice em *Solitária* (Cruz, 2022), evidenciando a perpetuação das desigualdades estruturais ao longo do tempo.

A reflexão de Eunice sobre sua condição educacional, quando afirma que “Estava com muita vergonha ... minha filha ia se formar médica e eu ainda mal sabia ler e escrever” (Cruz, 2022, p. 70), destaca o impacto da colonialidade do saber na construção da subjetividade da negritude. O sentimento de vergonha externalizado pela personagem denota como a exclusão histórica da população negra dos espaços de aprendizado formal foi internalizada, gerando uma percepção de

inferioridade que reforça o ciclo de marginalização. A vergonha sentida por Eunice por não possuir pleno domínio da leitura e da escrita se correlaciona com a denúncia tecida por Sueli Carneiro (2023) de que na modernidade/colonialidade o epistemicídio se constitui como um instrumento de dominação ética e racial. Segundo Carneiro (2023, p. 84), a marginalização e o apagamento do conhecimento imposto à população negra “[...] é uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou, pela assimilação cultural, em outros casos, lhe é imposta”. Com isso, ao internalizar a vergonha de sua condição educacional, Eunice carrega os efeitos de uma estrutura colonial que não apenas nega à população negra o acesso a espaços de formação, mas também naturaliza essa exclusão como um elemento constitutivo de sua identidade social.

A falta de acesso à educação formal atrelada à prestação de trabalho mal remunerado é uma realidade enfrentada por personagens negros em ambas as obras, o que denota como a colonialidade do saber se articula à colonialidade do poder, configurando um sistema que mantém a população negra em posições subalternas, enquanto o privilégio racial e de classe se perpetua. Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), Joaquim dos Anjos, pai de Clara, é descrito como um homem que, apesar de suas origens humildes, mantém uma relativa estabilidade marcada por seu ofício como carteiro. Contudo, seu trabalho, embora honesto, não lhe proporciona mobilidade social, destacando as limitações impostas à população negra mesmo em ocupações que, teoricamente, ofereciam alguma estabilidade. Apesar de demonstrar sensibilidade artística e talento para a composição musical, Joaquim não consegue transcender as limitações impostas pelo contexto socioeconômico e racial em que vive.

Da mesma forma, em *Solitária* (Cruz, 2022), Eunice, presa ao trabalho doméstico mal remunerado, vê sua trajetória marcada por uma herança de exclusão que atravessa gerações, desde as memórias de sua mãe, dona Codinha, até a realidade vivida por sua filha, Mabel, no início de sua juventude. A reflexão da personagem sobre o desagrado causado na mãe por ter começado a trabalhar na residência de uma família burguesa possibilita a compreensão de que a prestação de trabalho doméstico se configurava como uma das poucas — ou talvez a única — alternativa de emprego disponível para uma mulher negra e com baixa escolaridade em sua posição. Essa realidade dialoga implicitamente com a situação de Joaquim, em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), cujo “pequeno emprego público” como carteiro é descrito de forma que denota não proporcionar condições financeiras para ascensão social.

Em *Solitária* (Cruz, 2022), o papel do acesso aos ambientes formais de ensino e a importância da educação como instrumento de transformação social é apresentado como decisivo na trajetória de Mabel. A conquista de uma vaga para cursar Medicina por meio das cotas raciais

marca um ponto de inflexão na narrativa em que a jovem rompe com o ciclo intergeracional de exploração e exclusão enfrentado por sua família, pois seria a primeira entre os seus familiares a ter qualificação para acessar um espaço profissional tradicionalmente reservado às elites brancas. A graduação de Mabel representa, portanto, o potencial emancipatório da educação, destacando a política de cotas como uma ferramenta de, ainda que parcialmente, reparação histórica e inclusão social. No entanto, a narrativa também evidencia que essa conquista, embora significativa, não elimina completamente as dificuldades enfrentadas pelas personagens. Mabel e Eunice ainda precisam lutar pela sobrevivência em um contexto social que privilegia a branquitude e perpetua desigualdades estruturais.

A narrativa de *Solitária Cruz* (2022) reafirma como a exclusão da população pobre e negra do acesso ao ensino formal e ao conhecimento considerado erudito perpetua sua manutenção em posições subalternas, ao mostrar o desconforto de dona Lúcia e seu Tiago, patrões de Eunice, diante da decisão de Mabel de estudar medicina. Ao relembrar a reação do patrão da mãe quando contou sobre seu desejo de se tornar médica, a filha de Eunice descreve:

Enfiei na cabeça que queria ser médica depois que seu Tiago sorriu quando eu disse que queria fazer medicina. Falou que era muito difícil uma vaga numa universidade pública e que as instituições particulares eram muito caras. Não sei por quê, mas o sorriso dele foi um estímulo a mais para mim (Cruz, 2022, p. 46).

O sorriso de seu Tiago perante o interesse de Mabel em cursar Medicina pode ser interpretado como uma reação de incredulidade ou ironia, evidenciando uma visão enraizada de que espaços de prestígio, como o Ensino Superior em cursos elitizados, não são destinados a pessoas como Mabel, vindas de uma família negra e de baixa renda. O fato de Mabel querer ingressar no Ensino Superior causar incômodo na família burguesa para quem a mãe trabalhava é reiterado quando Eunice lembra que quando Mabel começou, juntamente com Cacau, filho do porteiro, a maratona de estudos para o vestibular, preferia que eles estudassem em seu quartinho, pois percebia que isso não eram bem-visto pelos patrões e por Camila, a filha do casal: “Não queria os dois à vista de d. Lúcia, seu Tiago, Camila... Se ficassem na mesa da copa, a qualquer momento os donos da casa podiam aparecer, e eu sentia que, de alguma forma, ver os dois estudando incomodava os três” (Cruz, 2022, p. 88).

Esse desconforto causado pela presença de negros em espaços tradicionalmente reservados à elite branca encontra um paralelo no personagem Leonardo Flores, de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012). Flores, um homem negro e possuidor de talento literário, é vítima de um sistema que desvaloriza a produção intelectual de pessoas negras, relegando-o ao esquecimento e à degradação social. Sua trajetória é permeada pela exclusão e pelo preconceito que são evidenciados na reflexão de uma idosa negra em seu diálogo com outra pessoa à respeito da situação de degradação

vivenciada por Leonardo Flores: “- É ‘cosa’ feita! Foi inveja da ‘inteligência’ dele! - dizia uma preta velha -. Gentes da nossa ‘cô’ não pode ‘tê inteligência’! Chega logo os ‘marvado’ e lá vai reza e ‘fêtiço’, ‘pa perd’ êo homem - rematava a preta velha” (Barreto, 2012, p. 29).

Essa reflexão traz à luz a percepção de uma estrutura social comum à época de produção do romance barretiano e que ainda ecoa no Brasil contemporâneo descrito em *Solitária* (Cruz, 2022): o cerne ideológico colonial de que pessoas negras não devem ocupar espaços de prestígio ou demonstrar capacidades intelectuais, pois isso denota uma ruptura com os estereótipos de inferioridade que fundamentam as hierarquias raciais. Assim como Mabel, que enfrenta o desprezo e a incredulidade da família burguesa para a qual sua mãe trabalha ao expressar seu desejo de cursar Medicina, Leonardo Flores, mesmo sendo um talentoso poeta, é silenciado e marginalizado em razão de sua condição racial e socioeconômica.

Subentende-se, nessa linha, que o “sequestro da razão” dos povos colonizados fundamentado no epistemicídio, conforme postulado por Carneiro (2023), é representado literariamente nas obras analisadas e, ao levar em conta a distância temporal entre os contextos históricos dos textos, elucida-se que essa estrutura opressiva atravessa gerações, mantendo as populações negras em uma posição de subalternidade que se estende ao viés intelectual, engendrando a colonialidade do saber. A falta de reconhecimento social perante as capacidades e talentos de Leonardo Flores e a resistência encontrada por Mabel ao decidir cursar Medicina e tentar ocupar um espaço tradicionalmente reservado à elite branca ilustram como o epistemicídio não apenas exclui os povos negros dos espaços de saber, mas também fundamenta as ideologias coloniais que perpetuam a ideia de inferioridade racial.

Para além do rebaixamento da negritude a um espaço de invisibilidade intelectual, *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) também denunciam como o descrédito às capacidades intelectuais da negritude engendra a exploração dos personagens negros nas dimensões econômica, cultural e social. Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), a construção narrativa de que Leonardo Flores produziu obras que agradaram aos leitores, mas não recebeu retorno financeiro por elas demonstra como a exploração de sua produção é viabilizada a partir da marginalização de sua posição enquanto autor negro em um contexto literário dominado pela branquitude. O fato de algumas obras de Flores terem sido publicadas, mesmo o poeta não tendo recebido o devido retorno financeiro por isso, possibilita a depreender que seu trabalho foi apropriado de maneira exploratória, com benefícios exclusivos para os intermediários brancos, que detinham o controle dos meios de produção. Essa situação ressalta uma dinâmica colonial que perpetua a exclusão de pessoas negras de posições de autoridade e protagonismo que também ecoa em *Solitária* (Cruz, 2022), quando o desejo de Mabel em ascender socialmente por meio da educação é recebido com

descrença e resistência por parte da família burguesa para quem sua mãe trabalha. Tendo em consideração que a família da personagem prestava trabalhos de subserviência há gerações, é possível subentender que o incômodo dos patrões perante seu desejo de ingressar no Ensino Superior é ocasionado por a formação em Medicina significar que Mabel teria outras possibilidades de trabalho e não seria mais uma opção de mão-de-obra barata e subordinada.

A percepção de Eunice sobre o desconforto causado nos patrões por Mabel intentar o ingresso no Ensino Superior e a compreensão de que a inteligência de Leonardo flores causava inveja nos “marvado” (Barreto, 2012, p. 29) abordada a partir do olhar de uma idosa negra destaca como o intrincamento entre a colonialidade do saber e do poder perpetua um ciclo de exclusão em que a privação do acesso ao conhecimento formal não apenas limita as oportunidades de ascensão social, mas também reforça a posição da população negra em condições de subalternidade em que sua força de trabalho é explorada tanto na dimensão física, quanto na intelectual. Nas duas obras, a interligação entre o racismo estrutural e a escassez de oportunidades educacionais e profissionais é evidente, revelando como, tanto no Brasil do início do século XX quanto no Brasil contemporâneo, as estruturas coloniais de marginalização social se mantêm.

Ainda no que concerne à representação literária dessa dinâmica de exploração fundamentada pela dificuldade do acesso à educação formal e no desprezo pelas capacidades intelectuais de indivíduos negros, *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) convergem ao denunciarem que a imposição de barreiras para o acesso a determinados ambientes sociais e a exploração da força de trabalho se inicia, muitas vezes, ainda na infância. Em *Solitária* (Cruz, 2022), Mabel relembra como, ainda criança, já ajudava sua mãe a cuidar da filha dos patrões, pois era considerada “grandinha”:

Eu vivia ali e já estava, como dizia todo mundo, “grandinha”. Óbvio que sobrou para mim ajudar nos cuidados com aquela bebê, pois a casa era gigante e a supereficiente d. Eunice deixava os patrões acharem que não precisavam de mais ninguém. Se pensarmos direitinho, eles estavam certos. Para que gastar com mais empregadas se tinham uma que valia por duas e vinha com uma ajudante grátis? (Cruz, 2022, p. 39).

A situação de Mabel, ainda criança, sendo impelida a ajudar sua mãe nos cuidados com a filha dos patrões denota o padrão de exploração que permeia as dinâmicas de poder na modernidade/colonialidade. Compreende-se que a presença de Mabel no ambiente de trabalho da mãe é condicionada pela falta de rede de apoio e pela fragilidade socioeconômica da sua estrutura familiar. O pai de Mabel enfrentava o alcoolismo agravado pela frustração com a falta de oportunidades, um reflexo das limitações que o contexto socioeconômico impõe aos indivíduos,

especialmente os negros. Já a avó, que era a principal rede de apoio de Eunice, estava doente. Essa situação de vulnerabilidade estrutural reflete como as relações de poder e de classe impõem às famílias negras um ciclo de exclusão que limita suas possibilidades de ascensão, deixando-as dependentes de uma rede de apoio precária, composta, muitas vezes, apenas por familiares próximos.

Em um cenário marcado pela falta de alternativas, Mabel se vê forçada a colaborar com sua mãe nos cuidados da filha dos patrões, dado que Eunice tinha uma carga excessiva de trabalho. Ao ser vista como “grandinha” e assumindo responsabilidades que deveriam ser próprias de adultos, Mabel é privada do direito a vivenciar plenamente sua infância, que poderia ser composta por brincadeiras, momentos de lazer e aprendizado escolar. É implícito o entendimento de que tarefa de cuidar de outra criança não só a impede de desfrutar dessas experiências, como também compromete seu desenvolvimento infantil. Ao dedicar-se a desenvolver funções que seriam de uma babá, ela é afastada de vivências comuns à faixa etária que garantiriam a Mabel uma infância plena, repleta de experiências formativas que poderiam ser fundamentais para seu desenvolvimento. O romance retrata, assim, como a marginalização social imposta às famílias negras nas relações de poder na modernidade/colonialidade engendra também a exploração do trabalho infantil racializado, em que as crianças são forçadas a assumir responsabilidades além da sua idade, interrompendo seu direito ao lazer e ao aprendizado.

A representação da exploração da força de trabalho infantil construída em *Solitária* (Cruz, 2022) é uma situação social também abordada por Lima Barreto (2012) no contexto da Primeira República. Inês, a primeira jovem negra abusada por Cassí, é descrita pelo pai do antagonista como “aquela crioulinha que foi nossa copeira e criada por nós” (Barreto, 2012, p. 07). O fato de Inês ter sido “criada” pela família de Cassí e ocupar a posição de serviçal permite a compreensão de que essa relação de subordinação não se restringe apenas ao trabalho doméstico, mas também à desvalorização da pessoa negra, que é colocada em uma posição de inferioridade, sem direito a autonomia ou identidade própria. A informação de que foi “criada” pela família do antagonista barretiano ainda denota que a personagem passou sua infância em uma situação de subordinação e exploração, o que demonstra que, mesmo após o fim formal do período escravocrata no Brasil, a relação de servidão estabelecida entre os senhores de escravizados e os negros foi substituída por outras formas de subordinação e exploração, que persistiram ao longo da história.

Enquanto estabelece a denúncia sobre a exploração da força de trabalho infantil negra, a construção das vivências da personagem Inês também denota o trabalho análogo à escravidão vivenciado pela população negra mesmo após o fim legal do regime escravagista. A situação de Inês, em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), estabelece, assim, uma estreita relação com a denúncia

feita em *Solitária* (Cruz, 2022) sobre a exploração análoga à escravidão vivenciada pela personagem Dadá, que, assim como Inês, é uma mulher negra subjugada ao trabalho pesado e desumanizante. No caso de Dadá, a exploração começa quando ela ainda tinha 10 anos, sendo forçada a realizar tarefas domésticas para a síndica, dona Imaculada, que se aproveitava da vulnerabilidade da menina para impô-la a uma jornada de trabalho exaustiva, sem qualquer remuneração ou direito a descanso durante vários anos de sua vida. No relato de Eunice sobre um diálogo que teve com Dadá, é evidenciado que o isolamento social imposto a ela fez com que perdesse a certeza até mesmo sobre sua idade:

- Dadá, quantos anos você tem? – Perguntei.
 - Quarenta... Acho.
 - Está com d. Imaculada desde quando?
 - Desde os dez.
- Sim, era um filme, mas de terror (Cruz, 2022, p. 112).

A personagem Dadá não conseguir dizer com certeza a sua própria idade reflete o profundo impacto do isolamento social e da violência que ela vivenciou ao longo da vida. A incerteza de Dadá sobre um aspecto básico de sua vida como quanto anos possui simboliza que sua individualidade foi dilacerada por forças externas que a despojaram até mesmo de um dos aspectos mais fundamentais de sua vida: o conhecimento sobre si mesma. Esse despojamento da individualidade de Dadá em *Solitária* (Cruz, 2022) dialoga diretamente com a trajetória de Inês em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), destacando como ambas as personagens, inseridas em contextos distintos, enfrentam opressões estruturais que perpetuam a exploração e o apagamento de suas subjetividades.

Embora nas personagens Dadá e Inês o apagamento social imposto à negritude seja mais explícito devido às condições de trabalho análogas à escravidão vivenciadas por elas, a construção dos outros personagens negros das obras, que também experienciam a exploração sistêmica, demonstra como o silenciamento imposto à negritude opera de forma ampla, mutilando identidades e moldando subjetividades pela imposição de uma subalternidade internalizada. Em ambos os romances, *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), essa mutilação é representada tanto pela negação de direitos básicos, como educação e lazer, quanto pelo apagamento simbólico e cultural que reforça a inferioridade atribuída aos personagens negros. A construção das vivências dos personagens feita por Barreto (2012) e Cruz (2012) denota, portanto, como o intrincamento entre a colonialidade do saber e do poder fundamentada pela interposição de barreiras sociais que mantêm os personagens negros em uma posição de constante marginalização resulta não só na exploração material e na exclusão social, mas também na construção de subjetividades marcadas pela introjeção da inferioridade imposta pelo sistema colonial resultando na colonialidade do ser.

5 A MUTILAÇÃO DA SUBJETIVIDADE: A COLONIALIDADE DO SER NAS VIVÊNCIAS NEGRAS EM *CLARA DOS ANJOS* E *SOLITÁRIA*

Considerando o percurso reflexivo apresentado, apreende-se que o silenciamento social imposto aos personagens negros em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) é representado nas narrativas literárias com enfoque em como estruturas opressivas vão além da marginalização visível, como a segregação de espaços físicos, o acesso restrito a recursos e as barreiras sociais evidentes, refletindo diretamente na mutilação de suas identidades e de seus direitos de cidadãos. Esse apagamento das suas experiências e direitos fundamentais, como a educação e a liberdade de expressão, se revela como um processo que transcende as dimensões físicas e materiais, alcançando também o campo simbólico e subjetivo. Em ambos os textos, a marginalização dos personagens negros é flagrada como um mecanismo de desumanização que se manifesta na negação de sua voz e na perpetuação de estigmas que reforçam sua posição de subalternidade.

A representação da precariedade dos espaços em que os personagens negros são condicionados a viver, o subúrbio carioca, em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), e o quartinho da empregada, em *Solitária* (Cruz, 2022) ilustra como eles também são privados de experienciarem o pertencimento a um ambiente em que possam sentir segurança e liberdade para expressar seus sonhos e desejos. Nesse sentido, a reflexão de Gaston Bachelard (2000) sobre a dimensão simbólica do local habitado torna-se pertinente, pois o filósofo aponta que a casa, mais do que um espaço físico, é um lugar de refúgio e sonho, em que o indivíduo pode se conectar com sua intimidade e identidade: “[...] a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz. Somente os pensamentos e as experiências sancionam os valores humanos” (Bachelard, 2000, n.p.). Nas obras, os espaços destinados aos personagens negros não cumprem essa função essencial; ao contrário, são configurados como locais de opressão, confinamento e desumanização. Em razão disso, tais personagens são representados como pessoas privadas dessa possibilidade de desenvolverem uma relação harmoniosa com sua própria subjetividade, uma vez que os espaços que habitam são marcados pela precariedade, pelo controle externo e pela ausência de elementos que favoreçam a construção de uma subjetividade autônoma e plena.

Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), a região precária do subúrbio habitada pela protagonista não se configura apenas como uma localização geográfica, mas um símbolo da exclusão sistemática que restringe as possibilidades de ascensão social e realização pessoal. A precariedade da casa da família Dos Anjos se reflete na falta de perspectivas e o isolamento imposto aos moradores, negando-lhes a sensação de pertencimento e estabilidade. A forma como habitar na

parte mais pobre do subúrbio não oferece segurança para que os habitantes se enxerguem como parte de uma coletividade digna e com possibilidades de desenvolvimento humano é evidenciada também no personagem Leonardo Flores com sua experiência com o alcoolismo e sua morte solitária que simbolizam esse apagamento das perspectivas de vida. A falta de um espaço que permita o devaneio e o sonho configura-se como um dos índices de degradação social vivenciada pelo personagem e contribui fundamentalmente para que se vá progressivamente minando sua capacidade de resistir à alienação e à desesperança. O subúrbio, com suas limitações e precariedades, não oferece a Leonardo e à família dos Anjos condições para nutrir projetos de vida que escapem à estagnação imposta por sua realidade social.

Essa mutilação da possibilidade de sonhar e de construir uma existência digna encontra paralelo na narrativa de *Solitária* (Cruz, 2022), na trajetória de Sérgio, o pai de Mabel. Diferentemente de Leonardo Flores, cuja desconexão com um espaço de pertencimento permanece no plano simbólico, Sérgio vivencia a ausência de um lar de maneira concreta e física, representando uma camada ainda mais desumanizadora das opressões sociais. Ao não ter acesso a oportunidades que poderiam garantir minimamente sua estabilidade social, Sérgio sucumbe à frustração, entregando-se ao alcoolismo, até ser impelido à condição de pessoa em situação de rua.

A desconexão com a sensação de pertencimento a um local simbólico em que se poderia construir e nutrir sua identidade também é refletida na vivência de Eunice e Mabel no quartinho da empregada. Embora elas possuam um espaço físico para habitar, esse local, pequeno e isolado, reafirma a exclusão simbólica e social que as condiciona a uma existência subordinada. Na terceira parte do romance, em que há a narração em primeira pessoa dos ambientes habitados por Eunice e Mabel, o quartinho em que elas ficavam no apartamento do edifício Golden Plate se autodescreve como “uma prisão, um lugar destinado a apartar do mundo e do restante dos viventes” (Cruz, 2022, p. 127). A autodescrição do espaço como “uma prisão” sugere uma violência ontológica que atravessa as barreiras materiais, impactando diretamente a subjetividade de Eunice e Mabel.

Levando em conta que, na concepção de Maldonado-Torres (2018), a colonialidade do ser está intimamente relacionada com a internalização das lógicas coloniais, que reconfiguram as percepções do tempo, espaço e subjetividade, compreende-se o processo de desumanização vivido pelos personagens de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) como uma manifestação desse desdobramento da colonialidade. A invisibilidade a que são submetidos não é apenas uma questão de segregação social ou física, mas uma imposição de uma lógica de existência que redefine sua percepção de si mesmos e do mundo ao seu redor. A resignação presente na composição da família Dos Anjos, que não consegue vislumbrar um futuro além da precariedade que a cerca, bem como a experiência de Eunice e Mabel, que vivem confinadas em um espaço de

subordinação e invisibilidade, revela como o processo de exclusão social ultrapassa os limites da materialidade e permeia a subjetividade dos indivíduos. A reflexão de Eunice sobre o esforço que precisava fazer para se tornar invisível demonstra como a personagem foi condicionada a se autoanular como forma de sobrevivência:

Hoje fico com pena do sacrifício que era se tornar invisível. Além dos espaços apertados que ocupávamos, o silêncio era um companheiro. Era preciso estar presente sem estar. Uma boa serviçal é silenciosa, e a criança que é a filha dessa mulher também deve ser. Ela não pode rir como uma criança, não pode pular ou fazer travessuras como uma criança. Ela não é uma criança. É um incômodo, alguém apenas tolerado... (Cruz, 2022, p. 89).

A rememoração da personagem revela como a invisibilidade imposta aos personagens negros se estende além do espaço físico, configurando-se como uma exigência comportamental que reforça a desumanização e o apagamento de suas existências. A condição de "estar presente sem estar" não somente evidencia a violência simbólica sofrida, mas também reflete o peso psicológico da subalternidade que lhes é imposta. O ponto de vista de Eunice ainda destaca a forma como essa opressão transcende gerações, afetando não apenas as mulheres negras que trabalham como serviçais, mas também seus filhos, que desde cedo aprendem a ocupar o espaço de maneira submissa.

A internalização ainda precoce da necessidade imposta de invisibilidade e subordinação evidencia a perpetuação das lógicas coloniais de controle e opressão, que moldam as experiências sociais das gerações subsequentes. O excerto narrativo em que Mabel lembra da infância e de como se dava a interação entre ela e a mãe ilustra a imposição de uma maturidade precoce: “Ela sabia que as crianças como eu — como ela foi e, antes dela, a sua mãe, e a mãe de sua mãe até a minha décima avó — não entendiam muito bem o que era isso de ser criança. A gente sempre foi miniatura de adulto” (Cruz, 2022, p. 21). Esse reconhecimento da personagem reforça a forma como as crianças negras são desde cedo socializadas para lidar com as dificuldades da vida adulta, sendo forçadas a assumir responsabilidades e comportamentos que as privam de sua infância e de uma experiência de liberdade de ser.

Essa privação do direito de viver plenamente uma fase da vida humana, a infância, imposta à negritude pela colonialidade do ser, também foi objeto de denúncia em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012). Cassí Jones engravidar e abandonar jovens negras e pobres como Clara, Irene e Inês não apenas implica, em algum grau, na desumanização das mulheres negras, mas também permite a compreensão de que as crianças nascidas a partir dos abusos cometidos pelo antagonista cresceriam em um contexto de vulnerabilidade social, impossibilitadas de desfrutar das mesmas oportunidades que outras crianças brancas ou de classes sociais mais altas. O caso de Inês e seu filho, explicitado

no romance *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), denota esse ciclo de marginalização. Quando Cassí encontra Inês em um beco, ela revela que seu filho foi preso por ter se envolvido com o crime ainda muito jovem, uma consequência direta das condições precárias e opressivas nas quais foram forçados a viver. Assim, Cassí Jones não assumir seus filhos com as jovens negras de quem abusou reflete uma representação das estruturas sociais que negligenciam as vidas negras e perpetuam um modelo de existência em que suas vidas não são dignas de cuidado, atenção ou respeito.

A normalização da negligência com as vidas da população negra também é denunciada em *Solitária* (Cruz, 2022) de maneira flagrante no crime que é o ponto de partida para as lembranças das protagonistas Eunice e Mabel. É descrito que Eunice, mesmo tendo conseguido se desvincular da prestação de trabalho doméstico após a filha ingressar no curso de Medicina, volta à residência de luxo dos ex-patrões para ensinar a nova empregada, que também era uma mulher negra e levava seu filho para o trabalho, a fazer feijoadas. A funcionária precisou sair para comprar alguns ingredientes que faltavam e pediu para Camila, filha de D. Lúcia e Seu Tiago, ficar de olho em seu filho. Camila, entretanto, como alguém que nunca precisou ter grandes responsabilidades mesmo já sendo uma mulher adulta, acaba sendo negligente, o que resulta em uma queda da criança pela janela do apartamento.

Quando se estabelece um paralelo entre essa negligência e as condições de abandono e marginalização enfrentadas pelos demais personagens negros na obra de Cruz (2022), observa-se uma repetição de um ciclo de desumanização, no qual as vidas dos negros são vistas como descartáveis. O crime que ocorre com o filho da nova empregada, embora não intencional, é uma evidência de como as vidas da população negra são constantemente ameaçadas e esquecidas em um sistema social que não reconhece as necessidades básicas de cuidado e proteção para esses indivíduos. A negligência de Camila, que poderia ser vista como uma falha pessoal, se insere em um contexto mais amplo de uma sociedade que naturaliza a ausência de responsabilidade e de humanidade em relação às vidas negras, particularmente das crianças negras. No contexto social representado na obra de Cruz (2022), que aborda, por meio das vivências de Mabel, a privação estrutural de crianças negras de sua infância e proteção social, depreende-se que a negligência de Camila ao cuidar do filho da empregada reflete sua criação em um ambiente que naturalizou a falta de cuidado e atenção às vidas negras. Camila, ao reproduzir essa negligência, não age apenas como indivíduo, mas como parte de uma estrutura social que perpetua a exclusão e a desumanização.

O fato de Camila não ter cuidado com a vida da criança negra por quem ficou responsável conflui com o descaso de Cassí Jones com os filhos das jovens negras de quem abusou, em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), e é um reflexo da desumanização que atravessa de forma ampla as esferas da sociedade, afetando os indivíduos, suas relações e a forma como a vida negra é valorada.

Ao abordar essas questões, tanto *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) quanto *Solitária* (Cruz, 2022) denunciam a exclusão social e a violência simbólica que marcam as vidas de personagens negros, particularmente mulheres e crianças. A normalização da negligência, a imposição de invisibilidade e a falta de pertencimento aos espaços de segurança e proteção, como o lar, são aspectos comuns nas duas narrativas, que revelam como a colonialidade do ser é um processo contínuo e intergeracional de desumanização que permeia as instâncias mais íntimas da vida dos personagens. A invisibilidade forçada, a privação dos direitos fundamentais e a negação da infância são manifestações da colonialidade do ser, que moldam as vivências imediatas dos personagens e se estendem às perspectivas futuras de suas gerações.

A internalização dessa lógica colonial, conforme pontuado por Maldonado-Torres (2018), reflete-se no modo como os personagens de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2012) são lidos socialmente e como percebem suas próprias vidas, bem como sua relação com o mundo ao seu redor. A transformação do sujeito negro em "damné", um ser condenado à exclusão e ao apagamento, é representada em ambas as obras, seja na falta de proteção de uma criança negra, como o caso do filho da nova empregada, em *Solitária* (Cruz, 2022), ou na ausência da garantia de direitos referentes ao reconhecimento da paternidade dos filhos de Clara e Inês, em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012). Os textos abordam, assim, como a modernidade/colonialidade desconsidera a negritude como dotada de pleno pertencimento à sociedade. Esse ciclo de desvalorização das vidas da negritude ainda é representado nas obras denotando que a colonialidade do ser é imposta à população negra desde a infância e se relaciona diretamente com a falta de infraestrutura e amparo para que mulheres negras possam criar seus filhos.

As narrativas denunciam que mulheres como Clara, Inês e Eunice precisam assumir toda carga relacionada à maternidade e imposta pelo sistema patriarcal difundido pelos colonizadores, conforme o qual as mães são vistas como as principais responsáveis pelo cuidado com e educação dos filhos. Entretanto, enquanto mulheres negras, elas enfrentam uma sobrecarga agravada pela interseção de raça e gênero, que as coloca em uma posição de maior vulnerabilidade. Em vista disso, assume-se a importância de contrapor as vivências das protagonistas das obras estudadas, bem como de outras personagens femininas apresentadas, tomando como base os conceitos de colonialidade de gênero e interseccionalidade para compreender a complexidade das estruturas de opressão que as envolvem.

6 CLARA, EUNICE E MABEL: ECOS INTERSECCIONAIS DE SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA

Quando se pensa nas mudanças político-sociais entre os contextos históricos retratados em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), ao considerar a posição social ocupada pelas mulheres, observa-se sumariamente que, desde a Primeira República até os dias atuais, as pautas referentes aos direitos civis da população feminina estão ganhando cada vez mais espaço nos debates públicos e nas legislações, impulsionando conquistas significativas, como o direito ao voto, a ampliação do acesso à educação e a maior inserção no mercado de trabalho. Entretanto, ainda que o cenário social representado narrativamente nos textos de Barreto (2012) e Cruz (2022) apresentem significativas diferenças no que concerne o acesso a direitos e oportunidades para as mulheres, ambas as obras evidenciam que a associação das personagens femininas ao ambiente doméstico permanece como um eixo central de suas vivências. A representação da ligação entre o gênero feminino e o ambiente doméstico constituída nos romances evidencia o reflexo de convenções sociais que, ao longo do tempo, consolidaram-se como parte integrante do sistema de gênero imposto pelos colonizadores, moldando comportamentos, expectativas e as possibilidades de ação das mulheres nos contextos sociais retratados.

O fato de Clara, sua mãe dona Engrácia e outras personagens femininas do romance barretiano serem apresentadas como figuras circunscritas ao espaço doméstico e responsáveis pelos cuidados da casa é algo que se repete nas vivências das personagens femininas de *Solitária* (Cruz, 2022). A permanência das ideologias patriarcais que condicionam as mulheres a ocuparem papéis subalternos e a viverem sob restrições impostas pelo sistema de gênero é representada na narrativa de Cruz (2022) quando Mabel reflete sobre as experiências de sua mãe, Eunice, e de dona Lúcia, a patroa, constatando as diferentes formas de aprisionamento que as mulheres enfrentam no ambiente doméstico, ainda que em posições sociais distintas:

Mas se eu não queria ser como d. Eunice, também não queria ser como d. Lúcia. A vida que comecei a querer para mim era como a do seu Tiago, um cara que tinha a profissão dele e todo o resto. Sim, ele parecia amar a família etc. e tal. Fui testemunha de como ele quis aquela filha, mas era um amor diferente do da esposa, que parecia ver em Camila mais uma boneca da coleção da trisavó. Era um amor que não exigia que ele abrisse mão de si mesmo (Cruz, 2022, p. 39).

A observação de Mabel sobre a maior liberdade que seu Tiago possuía em relação às mulheres de sua convivência revela a disparidade de gênero que atravessa as dinâmicas familiares e sociais representadas em *Solitária* (Cruz, 2022). Essa liberdade implícita na descrição do personagem masculino, manifestada na possibilidade de manter uma identidade profissional e pessoal independentemente das demandas familiares, contrasta com as renúncias impostas à Eunice e dona Lúcia. Ambas, cada uma à sua maneira, representam a domesticidade imposta às mulheres

pela lógica patriarcal: Eunice, na posição de trabalhadora doméstica, é impelida a abrir mão de sua autonomia e do contato com sua família em função das necessidades da casa dos patrões; enquanto dona Lúcia, mesmo em uma posição de privilégio social, é limitada por expectativas sociais que a confinam ao papel de mãe e esposa dedicada.

A posição social subordinada das personagens femininas representada nas obras estudadas, seja enquanto trabalhadoras domésticas ou enquanto esposas confinadas às demandas familiares, reflete um processo histórico e cultural que Maldonado-Torres (2007) descreve como fundamentado na imposição de um sistema de gênero pelos colonizadores. Nessa linha, Gayatri Spivak (2010) argumenta que na colonialidade há uma construção ideológica de gênero que fundamenta a dominação masculina, discorrendo que “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (p. 67).

Compreende-se, nesse sentido, que a construção de personagens femininas como Clara, Engrácia, Eunice e Dona Lúcia, ligadas ao espaço doméstico e à dinâmica de submissão hierárquica de gênero reflete como as ideologias patriarcais, que faziam parte da cultura dos colonizadores e foram impostas durante o período colonial, continuaram a exercer influência nas estruturas sociais e culturais na modernidade/colonialidade. A representação dessa limitação social ao âmbito doméstico imposta às personagens femininas nos diferentes contextos históricos representados nos textos de Barreto (2012) e Cruz (2022) elucida como tais ideologias continuam perpetuando desigualdades e moldando as vivências das mulheres, que são constantemente associadas a estereótipos que perpetuam a imagem da mulher como figura destinada ao cuidado, à subserviência e à dependência, enquanto os homens ocupam o espaço público de agência e detêm maior liberdade para definir suas identidades e trajetórias.

A construção da representação literária da mulher negra em *Solitária* (Cruz, 2022) também estabelece um diálogo com o romance barretiano ao passo que demonstra como, embora todas as mulheres sejam subjugadas às ideologias patriarcais que fazem parte da modernidade/colonialidade, a identidade racial das personagens negras influencia na forma como são lidas socialmente e, dado o racismo estrutural que fundamenta as relações sociais, representa um marcador adicional de exclusão e subalternização. Na obra de Cruz (2022), a diferença entre os contextos de vida de dona Lúcia e de Eunice ressalta como as opressões de gênero e raça se interseccionam para engendrar desigualdades ainda mais severas para as mulheres negras. A reflexão feita por Mabel incita o entendimento de que dona Lúcia e Eunice eram subjugadas às ideologias patriarcais que associam à imagem da mulher à esfera doméstica, mas suas experiências diferem devido ao impacto da racialização e da classe social. Enquanto dona Lúcia, uma mulher

branca, enfrenta as expectativas sociais que a confinam ao papel de esposa e mãe idealizada, Eunice é sujeitada às mesmas dinâmicas patriarcais, mas não possui infraestrutura para exercer o papel socialmente proposto como feminino de mãe e cuidadora em seu próprio lar e é forçada à função de provedora de cuidados para a família dos patrões. Essa diferença entre as condições de vida de Eunice em comparação à patroa evidencia como o racismo estrutural, aliado ao patriarcado, fundamenta a exploração das mulheres negras, posicionando-as em um espaço de dupla marginalização, conforme descrito por Ribeiro (2013): enquanto mulher e enquanto pessoa negra.

A trajetória de Eunice reverbera as vivências de Clara, protagonista de Barreto (2012), pois o contraste entre as experiências sociais de ambas em relação às de personagens brancas retrata a forma como, como mulheres negras, são subjugadas aos estereótipos patriarcais que taxam mulheres como frágeis e predestinadas ao ambiente doméstico, mas, ao mesmo tempo, não recebem o mesmo amparo social que as mulheres brancas no que concerne à proteção e às oportunidades de mobilidade social. As construções narrativas demonstram, assim, o que Lugones (2014) descreve ser um efeito da colonialidade de gênero, em que as hierarquias de gênero e raça se interseccionam para estruturar a exclusão e a marginalização das mulheres negras. A representação dessa limitação imposta à população feminina racializada, como Clara e Eunice, constitui a materialização literária das intersecções entre o patriarcado e o racismo que fundamentam a colonialidade de gênero, em que as expectativas sobre o papel feminino são impostas a toda população feminina, mas a infraestrutura social e econômica disponível para as mulheres negras é desigual em comparação às mulheres brancas.

As obras de Barreto (2012) e Cruz (2022) retratam, assim, que mulheres brancas como a mãe de Cassí e dona Lúcia, ainda que subjugadas às ideologias patriarcais, ocupam um espaço social que lhes confere certo amparo e aprovação, permitindo que exerçam os papéis tradicionais associados ao gênero feminino dentro dos limites impostos. Essas mulheres são reconhecidas socialmente como figuras legítimas no papel de mães e esposas, recebendo infraestrutura que, mesmo sob restrições, viabiliza o cumprimento das funções atribuídas a elas. Tal condição contrasta significativamente com a experiência das mulheres negras, como Clara e Eunice, que, embora também subjugadas pelos mesmos estereótipos de gênero, são relegadas a posições de invisibilidade no espaço interseccional que ocupam. A representação das vivências das protagonistas negras realizada nos textos expõe os processos de “desgenerificação” e “regenerificação” que Maldonado-Torres (2018) descreve ser imposto às mulheres colonizadas na modernidade/colonialidade, pois é retratado que elas eram “desgenerificadas” ao serem excluídas das categorias sociais de feminilidade que conferiam, em certo grau, status e proteção à população

feminina, enquanto a “regenerificação” redefinia seus papéis para atender às demandas de trabalho e submissão.

Nessa ótica, a interseccionalidade, concebida por Akoterine (2019) como um conceito fundamental para compreender como diferentes formas de opressão — como racismo, sexismo e classismo — interagem para moldar as experiências individuais e coletivas, é essencial para a análise das vivências das protagonistas das obras estudadas. A intersecção desses fatores se materializa de maneira evidente em *Solitária* (Cruz, 2022) quando Eunice é privada de concluir seus estudos após se envolver com um colega de turma, engravidar ainda na adolescência e sofrer uma perda gestacional, o que levou seus pais a acreditarem que privá-la do ambiente escolar seria a forma mais efetiva de evitar que a situação se repetisse. A protagonista de Cruz (2022) descreve que “essa confusão acabou com parte da minha juventude, porque perdi a criança, e minha mãe passou a me prender demais, vigiando cada passo meu” (p.74). A vigilância constante a que Eunice foi submetida aos olhos da mãe, em uma tentativa de protegê-la e evitar novas “transgressões”, recupera a experiência da protagonista barretiana Clara, situada no contexto da Primeira República, que era restringida a seu ambiente doméstico pela superproteção de seus pais, especialmente de dona Engrácia, com o intuito de preservá-la das ameaças externas. No caso de Clara, ter sido criada de maneira superprotegida a privou de desenvolver um olhar crítico sobre sua posição de marginalização social, a tornando mais vulnerável às investidas de Cassí. Em relação a Eunice, a superproteção materna se transformou em um cerceamento que limitou seu acesso à educação, o que refletiu diretamente em suas oportunidades no mundo de trabalho, sendo impelida a prestar trabalho doméstico devido à falta de opções de emprego.

A superproteção e a vigilância constante que são representadas nas narrativas de Barreto (2012) e Cruz (2022) como parte integrante da criação de Eunice e Clara refletem as ideologias patriarcais impostas a partir do sistema de gênero difundido pelos colonizadores em que as figuras femininas são confinadas ao ambiente doméstico e ao papel de cuidadoras como forma de controle e manutenção das estruturas de poder. Contudo, as obras retratam que para mulheres negras, como Clara e Eunice, o impacto desse sistema é agravado pela colonialidade de gênero que, conforme concebido por Lugones (2014), opera na intersecção entre raça, gênero e classe e lhes nega o reconhecimento pleno de seu gênero nos moldes eurocêtricos e lhes retira as condições mínimas para exercer os papéis que a sociedade patriarcal espera de uma mulher. A forma como as obras retratam a criação recebida pelas protagonistas Clara e Eunice elucida como, mesmo que em contextos históricos distintos, a população negra é impelida a reproduzir os moldes eurocêtricos de gênero e comportamento, sem dispor das mesmas condições materiais ou sociais das populações brancas. A gravidez precoce, um ponto em comum nas histórias de Clara e de Eunice e que se repete

com Mabel, denota a falta de diálogo sobre sexualidade e saúde reprodutiva na sociedade, tema que é historicamente silenciado como parte das ideologias patriarcais colonizadoras.

Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), o narrador descreve que uma tradição seguida rigidamente pela família Dos Anjos era a de batizar todos os filhos nascidos na Igreja Católica Apostólica Romana; em *Solitária* (Cruz, 2022), a protagonista Eunice discorre que “Mamãe tinha lá seus caboclos, pretos velhos, entidades e velas num altar no jardimzinho de casa, mas íamos à missa todo domingo (p. 75)”. Nos dois casos são retratadas imposições culturais do sistema colonial no que tange à internalização dos valores do cristianismo. Sendo assim, em ambas as narrativas, a prática da religião cristã, introduzida pelos colonizadores, aparece como um elemento central das dinâmicas familiares e sociais, o que contribui para a construção de um sistema de moralidade que silencia temas considerados tabus, como a sexualidade. No caso das famílias das protagonistas Clara, Eunice e Mabel, esse silêncio sobre a sexualidade e a saúde reprodutiva está intrinsecamente relacionado às noções de pureza, honra e virtude feminina propagadas pelo cristianismo. Essas ideologias, enraizadas nas estruturas coloniais, levaram à falta de diálogo aberto sobre questões como relações afetivas e planejamento familiar. A repetição do ciclo de gravidez precoce na narrativa de Cruz (2022), tanto na experiência de Eunice quanto na de sua filha Mabel, que reverbera ainda a experiência da protagonista barretiana Clara, evidencia como a ausência de diálogo sobre sexualidade e saúde reprodutiva perpetua a marginalização das mulheres negras, que são impelidas à maternidade, mesmo sem condições materiais ou sociais adequadas para desempenharem o papel de mãe.

Dessa forma, entende-se que para Clara, Eunice e Mabel a gravidez precoce foi consequência do modo como, na colonialidade de gênero, mulheres negras são posicionadas em um espaço de vulnerabilidade, em que lhes é negado o acesso a informações e recursos necessários para exercer sua autonomia sobre seus próprios corpos devido às ideologias patriarcais profundamente enraizadas nas famílias e nas sociedades coloniais. A internalização desses valores ideológicos é um reflexo direto da moral cristã imposta durante o período colonial, conforme detalhado tanto em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) quanto em *Solitária* (Cruz, 2022), por meio da qual as protagonistas sofrem a pressão de viver segundo as expectativas sociais de pureza e virtude, sem o direito de ter acesso aos conhecimentos que lhes permitiriam tomar decisões sobre seus próprios corpos, materializando literariamente o espaço de subalternidade descrito por Spivak (2010), em que a mulher subalterna é despojada das ferramentas que lhe permitiriam contestar sua posição social.

As experiências das mulheres negras representadas nas obras de Barreto (2012) e Cruz (2022) no que concerne à gravidez na adolescência se diferenciam por Clara ter sido vítima de

exploração sexual cometida por um homem branco, enquanto Eunice e Mabel tiveram envolvimento consensuais com jovens que também eram negros. Entretanto, as protagonistas de Cruz (2022), ainda que em contextos de relacionamento consensual, enfrentaram sozinhas as consequências da gravidez precoce e indesejada, assim como Clara. No caso de Eunice, mesmo quando casada, teve que assumir sozinha a criação de Mabel, já que a instabilidade do marido, agravada por problemas como o alcoolismo e a falta de oportunidades de trabalho, acabou afastando-o da convivência familiar. Depreende-se, assim, que Eunice precisou assumir integralmente a responsabilidade pela criação da filha e pelo sustento da família, o que representa literariamente a descrição feita por Gonzalez (2020) sobre a dupla jornada imposta à mulher negra na modernidade/colonialidade. A escrita de Cruz (2022) evidencia que essa é uma realidade recorrente à negritude feminina brasileira quando retrata que a empregada doméstica que substituiria Eunice na residência de dona Lúcia e seu Tiago também era uma mulher negra que precisava levar seu filho junto para o trabalho. Esse retrato da solidão e sobrecarga maternal imposta à população feminina negra tecido nas narrativas contrasta com a representação do privilégio concedido a mulheres brancas, como dona Lúcia, que, mesmo confinadas ao papel doméstico, possuem redes de apoio e infraestrutura que lhes viabilizam cumprir as expectativas sociais relacionadas à maternidade.

Sob esse viés, apreende-se que as obras de Barreto (2012) e Cruz (2022) materializam literariamente a acepção de Carneiro (2023) sobre o modo como a negligência das instituições sociais para com às necessidades básicas das mulheres negras fundamenta a precariedade das condições de vida desse grupo social. Carneiro (2023) discorre que isso é evidenciado, por exemplo, pelo descaso das políticas públicas de saúde com a prevenção e o tratamento de comorbidades gestacionais mais frequentes entre essas mulheres. Ela expõe como o biopoder se manifesta no “deixar viver e deixar morrer”, em que a saúde das mulheres negras é negligenciada, refletindo um controle biopolítico que visa à exclusão e desvalorização de suas vidas e de seus filhos. Essa dinâmica de negligência se relaciona com as experiências de Clara e Eunice, personagens dos romances de Lima Barreto (2012) e Eliana Alves Cruz (2022), que vivem sob a opressão dessa mesma estrutura biopolítica. No romance de Barreto (2012), a falta da garantia de direitos e de apoio institucional para mulheres como Clara, que engravidam após serem vítimas de abuso, ilustra a ausência de políticas públicas que garantissem direitos como o reconhecimento de paternidade ou auxílio financeiro na sociedade brasileira da Primeira República, deixando-as vulneráveis e sem amparo. Da mesma forma, em *Solitária* (Cruz, 2022), Eunice, uma mulher negra que trabalha como empregada doméstica, sofre com a ausência de uma rede de apoio e políticas públicas que protejam a maternidade. Ela é forçada a levar sua filha para o trabalho, uma situação comum entre mulheres

negras que enfrentam dificuldades socioeconômicas, refletindo uma continuidade da negligência com a maternidade negra e o controle biopolítico exercido através da falta de suporte estatal.

Entretanto, a personagem de Mabel, filha de Eunice, emerge como um contraponto importante nessa perspectiva, refletindo as possibilidades de ruptura com os ciclos de opressão vivenciado pelas gerações anteriores. Ainda que a jovem tenha engravidado na adolescência quando se envolveu com João Pedro, filho do porteiro Jurandir, repetindo a situação vivenciada também pela mãe no passado, Mabel se distingue por uma percepção diferente sobre a maternidade e o aborto, algo que pode ser atribuído ao acesso à educação formal que ela teve, o que lhe proporcionou uma visão mais crítica e autônoma em relação às questões de gênero e sexualidade. Quando a narrativa traz a reflexão de Mabel sobre a situação de uma jovem branca e burguesa habitante do condomínio de luxo, que também enfrentou uma gravidez na adolescência, mas teve condições financeiras para realizar um aborto em uma clínica clandestina, é denotado o sentido implícito de que a desigualdade racial e social interage diretamente com a maternidade e a saúde reprodutiva. Nas palavras de Mabel: "Naqueles dias, começou a correr uma fofoca no edifício de que a tal garota do apartamento 31 tinha engravidado e tirado a criança numa clínica, e sua vida seguia como se nada tivesse acontecido" (Cruz, 2022, p. 49). Essa lembrança ressalta o contraste entre a realidade da filha de Eunice e a da garota branca, cujas condições privilegiadas lhe permitiram optar por interromper a gravidez não planejada.

Dado que o procedimento de interrupção da gestação é considerado uma prática ilegal no país, salvo em condições específicas previstas na Constituição Federal (Brasil, 1988), compreende-se que a criminalização do aborto, fundamentada em ideologias patriarcais e religiosas, afeta de maneira profundamente desigual as mulheres negras e pobres. A realidade de muitas mulheres racializadas como Mabel é marcada pela impossibilidade de arcar com os custos altos cobrados por clínicas clandestinas, que se tornam uma opção apenas para quem possui privilégios financeiros. No caso de Mabel, sua tentativa de interromper a gestação com a ajuda de seu amigo Cacau, que a acompanha até a clínica, foi frustrada pela falta de recursos. Ela não tinha dinheiro para o procedimento e acabou recebendo ajuda de dona Lúcia, patroa da sua mãe, que, ao descobrir a gravidez de Mabel, lhe comprou a medicação abortiva e justificou sua atitude com um discurso destacando a visão patriarcal e moralista sobre o corpo feminino:

Depois de fazer um pequeno discurso sobre o corpo da mulher, os direitos e os atrasos na legislação, disse que uma adolescente não poderia assumir uma responsabilidade tão grande, além de ter tocado em outras questões cuja complexidade eu levaria mais de uma década para compreender. Naquele momento, tudo o que me importava era que ela iria me ajudar a sair da confusão em que eu me metera (Cruz, 2022, p. 57).

A ação de dona Lúcia expõe Mabel a uma situação perigosa. Sozinha, no banheiro do quartinho da empregada, Mabel realiza a interrupção da gestação correndo riscos ao lidar com a medicação sem orientação adequada, o que reflete como na colonialidade de gênero as imposições patriarcais agem de maneiras diferentes sobre mulheres brancas e negras. Para as mulheres brancas e burguesas, como a jovem do apartamento 31, a opção pela interrupção da gestação, ainda que feita clandestinamente devido às restrições legais, é realizada em condições que minimizam os riscos à sua saúde e garantem maior privacidade. Já para as mulheres negras e pobres, como Mabel, a autonomia sobre o próprio corpo se torna uma luta solitária, marcada pela falta de acesso e de condições para escolhas minimamente seguras.

Esse contraste é mais explicitamente refletido na conversa de Mabel com João Pedro, que, ao tomar conhecimento do que aconteceu, faz uma reflexão crítica sobre a “ajuda” de dona Lúcia. João Pedro destaca o interesse de dona Lúcia em manter a servidão das mulheres e o quanto sua "solidariedade" foi motivada pela manutenção da jovem enquanto ajudante gratuita da mãe no trabalho doméstico da sua casa, não pelo bem-estar de Mabel:

A gente não tinha a menor condição, Mabel... nem de grana, nem de cabeça. Você tem catorze anos e eu, dezesseis. Somos pobres demais... Nisso ela tava certa, mas... Olha, esses barões aqui não querem nunca perder duas empregadas pelo preço de uma! Ela não fez isso por você. Então, gatinha, olho vivo pra não ficar presa nesse alívio e nessa gratidão (Cruz, 2022, p. 62).

A reflexão de João Pedro denota que, apesar do aparente gesto de ajuda, dona Lúcia agiu de acordo com uma lógica de classe e de preservação do poder social, preferindo manter Mabel e sua mãe subjugadas para garantir que continuassem a desempenhar os papéis de empregadas, como mulheres subordinadas no sistema de trabalho doméstico. O que para Mabel parecia ser uma solução para uma gravidez não planejada, na verdade, reflete implicitamente uma dinâmica de opressão e exploração segundo a qual seu corpo e sua vida estavam sendo controlados não apenas por normas patriarcais, mas também pela estrutura social que impunha uma divisão homogênea entre as classes. Dona Lúcia usar o discurso sobre os direitos das mulheres para fundamentar sua atitude, enquanto delega a Mabel a realização de um procedimento de interrupção da gestação de forma que aumenta consideravelmente os riscos, revela a manipulação de pautas emancipadoras para mascarar a perpetuação de hierarquias opressivas. Esse gesto, que aparenta ser solidário, é, na verdade, uma manifestação de um sistema de exploração que naturaliza a subordinação de mulheres negras em múltiplos níveis — raça, classe e gênero.

Partindo da postulação de Sueli Carneiro (2011), que descreve o fato de as mulheres negras possuírem uma experiência histórica distinta do discurso clássico de opressão da mulher, já que este não considera a diferença qualitativa que essa opressão exerce sobre suas identidades,

compreende-se que a situação vivenciada por Mabel representa literariamente que a opressão de gênero está entrelaçada à violência racial e à exploração econômica, isso se materializa na relação da protagonista com dona Lúcia, cuja "ajuda" concedida é fundamentada pela desigualdades estruturais e reforça o controle sobre o corpo da filha da empregada. O romance de Cruz (2022) retrata que a exploração vivenciada por Mabel se configurava ainda como uma extensão do abuso da força de trabalho a que sua mãe era submetida enquanto empregada doméstica. Quando reflete sobre a função do quartinho da empregada e quem são as pessoas que o ocupam, Mabel concebe o cômodo como

um lugar para serviçais, criadas, babás, domésticas, amas, empregadas. Todos esses nomes que deram e dão até hoje a quem é "quase da família". Um lugar onde estivessem ao alcance do comando de voz, do olhar, ao alcance das mãos ... A tempo e hora, vinte e quatro horas por dia (Cruz, 2022, p. 14).

A descrição feita pela personagem sobre o fato de as empregadas, como sua mãe e que, tal como representado na obra, são mulheres negras na maioria das vezes, estarem sempre disponíveis para atender às demandas da família que as emprega revela a perpetuação de uma estrutura de exploração enraizada nas relações sociais. O espaço do quartinho da empregada, portanto, não se limita a um simples local de habitação, mas simboliza também a subordinação, a invisibilidade e a desumanização das mulheres negras que ali vivem. Observa-se, sob esse enfoque, a denúncia literária de que empregadas domésticas negras como Eunice são taxadas como “quase da família” pela branquitude burguesa, mas sua condição de “quase humanidade” as coloca em um lugar de constante serviço, sem o reconhecimento de suas necessidades ou direitos.

A alusão do pertencimento ao núcleo familiar dos patrões é retratada em *Solitária* (Cruz, 2022) então, como uma estratégia empregada pela branquitude burguesa para mascarar, sob o manto do afeto e da gratidão, as relações de exploração que sustentam a desigualdade estrutural. A análise de Patricia Hill Collins (2019), que cunha o conceito de “*outsider within*”¹², contribui significativamente para compreender essa questão paradoxal de pertencimento e não pertencimento que fundamenta as relações entre mulheres negras empregadas domésticas e as famílias brancas que as empregam:

¹² O conceito de *outsider within* é abordado por Collins (1986) no artigo "Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought", em que a autora discorre sobre a posição única das mulheres afro-americanas dentro da, nos termos dela, “sociedade branca”, que, embora marginalizadas, conseguem desenvolver uma análise crítica das estruturas de poder que as oprimem. Collins (1986) argumenta que essa perspectiva, adquirida a partir da experiência de viver entre dois mundos – o dos brancos e o dos negros –, permite que essas mulheres compreendam, de forma mais profunda, as dinâmicas de raça, classe e gênero, especialmente em contextos sociais e acadêmicos. O conceito é também tratado na edição brasileira do artigo, publicada no periódico *Sociedade e Estado* (2016).

Em suas "famílias" brancas, as mulheres negras não apenas cumpriam obrigações domésticas como frequentemente criavam fortes laços com as crianças de que cuidavam e com os próprios empregadores. Por um lado, essa relação de dentro satisfazia todos os envolvidos. Relatos de trabalhadoras domésticas negras ressaltam o sentimento de autoafirmação que as mulheres experimentavam ao ver a ideologia racista desmistificada. Por outro lado, essas mulheres negras sabiam que jamais fariam parte de suas "famílias" brancas. Elas eram trabalhadoras economicamente exploradas e, portanto, ficariam sempre de fora. O resultado é que se viram em um curioso lugar social de *outsider interna*, uma forma peculiar de marginalidade que originou uma perspectiva específica das mulheres negras em uma série de temas (Collins, 2019, p. 65-66).

À luz da argumentação de Collins (2019) é possível situar a protagonista Eunice como uma *outsider within* dentro da casa em que trabalha. Enquanto a narrativa de Cruz (2022) expõe os laços de afeto que Eunice desenvolve com os patrões e a família, ela também revela como tais laços são estrategicamente empregados para velar a exploração e a perpetuação da desigualdade racial e de gênero. A condição de “quase da família” não é um símbolo de inclusão, mas sim uma ferramenta de controle que reforça sua posição subalterna, ainda que envolta por uma aparência de pertencimento. Tal como na postulação de Collins (2016), o texto de Cruz (2022) demonstra que esses laços afetivos não eliminam a exploração econômica, mas servem para reforçá-la, já que habitar um quartinho da empregada aproximou Eunice da dinâmica familiar dos patrões, mas a manteve segregada, subordinada e vulnerável às demandas e expectativas deles.

Ao contrapor a exploração vivenciada pela protagonista Eunice, e que se estende a sua filha Mabel, com a realidade da patroa dona Lúcia, é possível depreender que o romance de Cruz (2022) se relaciona com o que Gonzalez (2020) aponta ao afirmar que a exploração do trabalho doméstico assalariado de mulheres negras permitiu a “liberação” da branquitude feminina para se engajarem nas lutas “da mulher”. Compreende-se, implicitamente, que dona Lúcia, constituída narrativamente como uma mulher branca e que tinha conhecimento sobre a importância da emancipação feminina, utiliza essa "liberação" proporcionada pela sua classe e status para reforçar ainda mais a subordinação de Eunice e Mabel. Ao se distanciar das questões estruturais que envolvem a classe trabalhadora e a precarização da vida das mulheres negras, dona Lúcia, mesmo com sua fachada de consciência política, se beneficia da dinâmica de exploração, estabelecida a partir da colonialidade gênero, em que mulheres negras são condicionadas à subserviência.

Ao retratar a exploração do trabalho doméstico prestado por mulheres negras, *Solitária* (Cruz, 2022) também traz à tona a forma como essa exploração é consolidada a partir do silenciamento social imposto à população feminina afrodescendente que presta trabalhos de subserviência. Isso se torna explícito quando a personagem Eunice relata ter consciência do silenciamento que sofreu, descrevendo que ele faz parte dos requisitos desejáveis para a função

exercida: “Uma boa serviçal é silenciosa, e a criança que é a filha dessa mulher também deve ser” (Cruz 2022, p. 89). Com base na constatação feita pela personagem, nota-se que a ideia de subordinação é assimilada como parte da conjuntura estabelecida, sendo internalizada pela mulher negra explorada como uma condição para manter seu emprego e seu sustento, ou seja, como parte do pacto tácito de exploração. Esse processo de exploração é tão enraizado que a própria mulher passa a vigiar sua própria conduta, realizando um tipo de autopolicamento que, na prática, é conveniente para aos patrões, que se eximem não só da responsabilidade de regular diretamente o comportamento, mas também de conviverem com a consciência explícita da exploração e do controle do corpo do outro. A vivência de Eunice representa, assim, a denúncia de Françoise Vergés (2020) de que o trabalho de servidão prestado, frequentemente, pela negritude feminina permanece invisibilizado por causa do apagamento das mulheres negras que exercem esses serviços “invisíveis” da tela social por meio da legitimação da violência e do desprezo pelo seu trabalho.

A exploração e o silenciamento dos corpos das mulheres negras representados em *Solitária* (Cruz, 2022) recupera, assim, as experiências da protagonista Clara e de outras personagens negras de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012). O contexto de exploração vivenciado pelas mulheres negras representadas nos textos se difere, uma vez que as personagens barretianas são vítimas da objetificação de seus corpos e da exploração sexual, enquanto Eunice e Mabel, em *Solitária* (Cruz, 2022), sofrem a exploração da sua força de trabalho. Ademais, ainda que os contextos históricos e as formas de exploração variem, ambas as narrativas convergem na denúncia das estruturas de opressão que condicionam as vidas das mulheres negras e sua marginalização. Como já discutido, os textos elucidam como Clara, Eunice e Mabel são subjugadas aos estereótipos patriarcais de feminilidade, mas não recebem o mesmo amparo social ou os privilégios concedidos às mulheres brancas, o que as condicionam a um espaço interseccional de vulnerabilidade.

Clara, situada no contexto da Primeira República, foi educada para se manter casta e destinada ao casamento, mas sua condição de mulher negra a excluiu da proteção que o ideal de pureza oferecia às jovens brancas. Cassí Jones, ignorando essa norma social quando se tratava de Clara, exemplifica a objetificação do corpo feminino negro e a desumanização intrínseca ao racismo daquela época. Analogamente, Eunice, em *Solitária* (Cruz, 2022), enfrentou um controle social que restringiu sua educação e liberdade reprodutiva. Privada de concluir os estudos sob o pretexto de evitar uma nova gravidez, Eunice não foi poupada pelo ideal patriarcal de domesticação feminina. Contudo, ao contrário de mulheres brancas e burguesas como dona Lúcia, que usufruem do privilégio de serem sustentadas por seus maridos e famílias, Eunice, enquanto mulher negra e pobre, foi condicionada a trabalhar, mas sem ter tido acesso a uma formação educacional formal que lhe preparasse para o mercado de trabalho. Condição ao trabalho doméstico, ela enfrentou

a precariedade de um sistema que relegava mulheres negras às posições mais subalternas da sociedade, reafirmando a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. As narrativas de Barreto (2012) e Cruz (2022) se entrecruzam, desse modo, ao retratar como os efeitos da colonialidade de gênero, que relega às mulheres negras um espaço interseccional de invisibilização social, opera de modo a fundamentar a normalização da violência e da exploração das protagonistas a partir do silenciamento imposto a elas pelas estruturas sociais racistas e patriarcais em seus respectivos contextos históricos.

Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), o silenciamento social imposto à negritude feminina é abordado nos abusos cometidos pelo antagonista Cassí Jones, cujas ações são viabilizadas pela convivência de uma sociedade estruturada no racismo e no patriarcado. Clara, enquanto mulher racializada, é subjugada não apenas pela ação direta de Cassi, mas também pelo ambiente social que valida e perpetua a impunidade dos atos de homens como Cassí, dado que as convenções sociais patriarcais do período pregavam a necessidade do respeito à honra associada à castidade de mulheres solteiras, mas isso não se aplicava às mulheres negras, que eram objetificadas, assim como no período colonial as mulheres escravizadas eram vistas como corpos disponíveis para exploração sexual. Em *Solitária* (Cruz, 2022), mesmo que a narrativa aconteça em um cenário contemporâneo, em que algumas conquistas de direitos civis tenham sido alcançadas no combate ao racismo e ao machismo, o silenciamento e a exploração das protagonistas negras são representados na relação entre elas e os padrões de Eunice, que utilizam o silenciamento como uma ferramenta para garantir a perpetuação de uma relação hierárquica e exploratória. O trabalho de Eunice, e consequentemente o de Mabel, é moldado por uma dinâmica que desumaniza essas personagens, reduzindo-as na visão da branquitude burguesa, a engrenagens invisíveis em uma estrutura social que depende da manutenção da sua exploração. Compreende-se, assim, que ambos os textos denotam que a invisibilização social das mulheres negras se constitui como um requisito para a exploração: ao apagá-las das narrativas dominantes e restringir suas vozes, a sociedade legitima a desigualdade como algo natural e inevitável.

Diferente do romance barretiano, em que a violência contra a mulher negra é retratada de maneira explícita e no sentido físico a partir dos abusos cometidos por Cassí contra Clara e outras jovens negras, em *Solitária* (Cruz, 2022) a violência contra a negritude feminina é abordada de maneira majoritariamente simbólica, manifestando-se por meio do controle, da exploração e do apagamento da subjetividade de Eunice e Mabel. Entretanto, o romance de Cruz (2022) também traz à tona como atos propriamente físicos de violência contra mulheres negras que prestam trabalhos domésticos são normalizados. Tal representação se dá a partir da rememoração de Mabel que, quando era criança, presenciou uma situação de agressão contra a babá do filho da irmã de

dona Lúcia. A narradora-personagem Mabel descreve que, durante uma festa no apartamento, D. Lúcia recebeu sua irmã, D. Helena, que levou o filho e a jovem babá dele, Irene, que tinha apenas 13 anos. Enquanto Irene foi ao banheiro no quartinho da empregada, o menino acabou caindo na piscina e se afogando, o que quase tirou sua vida. Tal fato resultou na fúria de D. Helena, que então agride a menina:

As únicas coisas de que me lembro nitidamente são a imagem de d. Helena diante da mocinha de branco e o tapa ruidoso que deu no rosto dela antes de bater em retirada com os paramédicos e a festa inteira. Aquilo foi mais alto que o grito agudo da menina (Cruz, 2022, p.18).

O episódio relatado por Mabel, além de evidenciar que a exploração do trabalho infantil não se trata de uma situação isolada vivenciada pela filha de Eunice, mas uma experiência comum a outras crianças negras, demonstra que a agressão contra a jovem babá não causou espanto ou indignação em nenhum dos convidados presentes, destacando a desigualdade de poder e a maneira como mulheres negras, muitas vezes, são tratadas como inferiores e subalternas. Verifica-se que o silenciamento imposto a trabalhadoras domésticas negras como Irene, que precisam até mesmo utilizar um banheiro separado para ficarem o menos possível em evidência diante dos patrões e seus convidados, reforça a desumanização dessas mulheres e legitima os atos de violência a que são submetidas. A agressão sofrida por Irene ilustra, assim, a permanência da indiferença social em relação ao sofrimento das mulheres negras diante da violência imposta à elas. O retrato da desconsideração da branquitude burguesa que estava na festa no apartamento de dona Lúcia e seu Tiago perante a violência sofrida por Irene dialoga com a representação construída em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) sobre como o sofrimento de Clara e de outras jovens negras vítima de abuso também foi tratado com descaso ou até mesmo com normalização pela sociedade ao seu redor.

Mais do que representarem a exploração, o silenciamento e a marginalização das mulheres negras na sociedade brasileira como efeito da colonialidade de gênero, os romances de Barreto (2012) e Cruz (2022) também estabelecem uma intertextualidade ao elucidarem como o apoio mútuo entre a negritude feminina, que se manifesta na dororidade, é importante para a resistência desse grupo social diante das estruturas opressivas. Em *Solitária* (Barreto, 2012) o relato de Mabel não contempla apenas o ato de violência que presenciou, mas também a forma como viu sua mãe, Eunice, acolher Irene: “Minha mãe entrou no terraço e abraçou forte a garota, acarinhando-lhe de leve o rosto e a cabeça, que repousou em seu peito. Só então ela começou a chorar compulsivamente, e eu também” (Cruz, 2022, p. 19). Enquanto todos presentes na festa ignoraram ou se afastaram da cena de violência, Eunice assumiu o papel de acolhimento, demonstrando empatia e solidariedade com Irene. Esse gesto, aparentemente simples, transcende sua dimensão

imediate e simboliza uma resistência silenciosa e um reconhecimento da humanidade da jovem trabalhadora negra; mesmo que todos os outros a sua volta agissem como se não enxergassem sua existência e seu sofrimento, Eunice reconheceu e validou sua dor. De forma semelhante, no romance *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), o momento em que Clara, após ser abandonada e humilhada, busca consolo nos braços de sua mãe, Engrácia, ilustra como o vínculo materno se torna um espaço de acolhimento e resistência em meio à violência sistêmica. As cenas de apoio mútuo presentes nas narrativas de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) não apenas ilustram gestos de solidariedade, mas também evidenciam a importância da dororidade — um conceito que se refere à rede de apoio e resistência criada entre mulheres negras frente às opressões raciais, sexistas e de classe.

No romance de Cruz (2022), a dororidade assume um papel fundamental para que as protagonistas consigam, em certa medida, resistir à opressão impostas a elas, pois a construção narrativa demonstra que a conquista de Mabel ao se formar em Medicina foi viabilizada pelo apoio da mãe, assim como a jovem auxiliou Eunice na construção de um olhar crítico sobre sua condição social. Em uma tentativa de desestabilizar a relação entre mãe e filha, depois que a empregada doméstica pediu demissão, dona Lúcia revela que Mabel não havia sofrido um aborto espontâneo como a jovem havia contado e sim realizado o procedimento intencionalmente e, mesmo que isso representasse oposição aos valores morais que Eunice defendia, a protagonista optou por continuar ao lado da filha. Esse gesto de Eunice, ao apoiar a decisão da filha, embora em desacordo com os valores convencionais, evidencia a manifestação da dororidade, uma vez que subverte a lógica de julgamento e culpa muitas vezes imposta pela sociedade. Além disso, é implícito o entendimento de que, conforme intencionado por dona Lúcia quando fez tal revelação, caso mãe e filha se afastassem por causa do ocorrido, elas se tornariam ainda mais vulneráveis socialmente, dado que Mabel não teria mais a figura materna como apoio, e Eunice ficaria sem o olhar crítico de Mabel sobre as opressões que enfrentava.

A narrativa ainda denota que Mabel também representou um importante ponto de apoio para a mãe que, após presenciar o crime de negligência cometido por Camila em relação ao filho da nova empregada, opta por "revelar a verdade" diante da justiça após o incentivo da filha, mesmo sob coação da ex-patroa para distorcer seu depoimento à polícia, já que D. Lúcia pretendia assumir a culpa pelo acidente que resultou na queda do menino do apartamento no lugar de sua filha. O compartilhamento da dor e do apoio entre as protagonistas da obra de Cruz (2022) reforça, portanto, a importância da dororidade, que vai além da mera solidariedade, uma vez que também constitui uma estratégia de resistência diante das violências impostas pelo patriarcado, pelo racismo e pelas divisões de classe. Nesse contexto, ao estabelecer um paralelo entre *Solitária* (Cruz, 2022) e *Clara*

dos Anjos (Barreto, 2012), é possível refletir que a dororidade estabelecida entre Eunice e Mabel resgata a representação literária do compartilhamento da dor entre Clara e sua mãe. A protagonista barretiana, ao ser abandonada e humilhada após o abuso sofrido por Cassí Jones, encontra no apoio materno de Engrácia um refúgio que, mesmo temporário, entende-se como fundamental para sua recuperação emocional. A figura materna é apresentada como um espaço de acolhimento, em que a dor da filha é validada e reconhecida. Esse vínculo serve de amparo para Clara e, de certa forma, a prepara para confrontar e refletir as injustiças sociais que sofreu. Assim, em ambas as narrativas, a dororidade atua como um mecanismo de resistência à violência, à exploração e ao silenciamento.

A representação da conquista de um olhar crítico sobre a vulnerabilidade social imposta às mulheres negras na modernidade/colonialidade também é uma experiência comum às protagonistas de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e de *Solitária* (Cruz, 2022) e em que a dororidade foi fundamental para sua construção. Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), essa compreensão se manifesta no momento em que Clara compartilha com sua mãe sua percepção de que, na visão da sociedade, elas eram "nada" na vida. Esse desabafo reflete não somente o entendimento sobre a realidade de exclusão que as cerca, mas também um passo em direção à conscientização das opressões que enfrentam. Embora o romance barretiano não avance para a superação ou enfrentamento direto dessa condição, o reconhecimento do problema por parte de Clara, ainda que limitado, evidencia a importância do vínculo com sua mãe como um espaço de escuta e validação.

No romance de Cruz (2022), por sua vez, situado em um contexto contemporâneo e de maior democratização do acesso à educação formal devido à implementação de políticas públicas, a educação aliada à dororidade é apresentada como uma ferramenta de emancipação, especialmente para Mabel, que, com o suporte da mãe, conseguiu acessar o Ensino Superior e formar-se em Medicina. Essa conquista, entretanto, não é apenas individual, mas coletiva, pois Mabel utiliza seu conhecimento para empoderar Eunice e ajudá-la a enxergar os mecanismos de opressão que as circundam. O processo de conquista de consciência crítica das protagonistas representado em *Solitária* (Cruz, 2022) traz à tona ainda a importância de textos literários que explorem e denunciem a colonialidade de gênero e a marginalização imposta às mulheres negras quando, na Terceira parte e a partir da narração feito pelo quartinho da empregada habitado por Eunice e Mabel, o cômodo relembra quando mãe e filha leram juntas a obra de Carolina Maria de Jesus (1960):

Acompanhei cheio de orgulho e emoção quando Mabel começou a ensinar a Eunice algumas coisas. Acho que foi depois que a mãe de Eunice morreu. A menina pegava uns livros na pilha, que já tinha formado uma pequena torre no canto perto da janela, e lia com e para a mãe. Um dia Eunice leu em voz alta para Mabel um trecho que me deixou constrangido: "... 2 de novembro. A coisa que eu tenho pavor é de entrar no quartinho onde durmo, porque é muito apertado. Para varrer o quarto preciso desarmar a cama ...". Elas pararam a leitura do dia

nesse ponto porque Eunice molhou as páginas daquele livro, Quarto de despejo, com seu pranto (Cruz, 2022, p. 129).

A emoção compartilhada pelas protagonistas ao lerem a obra de Carolina Maria de Jesus (1960) destaca como a literatura pode ser um espaço de reflexão e conscientização. A leitura de *Quarto de despejo* (De Jesus, 1960) proporciona um elo entre a experiência das protagonistas de *Solitária* (Cruz, 2022) e as vozes marginalizadas de mulheres negras de outros tempos, ampliando a percepção de Eunice e Mabel sobre suas próprias condições sociais e sobre a continuidade das estruturas de opressão. A cena do pranto de Eunice, causado pela identificação com a vivência narrada por De Jesus (1960), demonstra como obras que retratam a realidade social vivenciada pela negritude feminina na modernidade/colonialidade, especialmente a Literatura produzida por mulheres negras, é fundamental para que mulheres como Eunice e Mabel, ao terem acesso a tais textos, transcendam a posição de isolamento social e se reconhecem como parte de uma história de resistência e luta contra a colonialidade de gênero que é também compartilhada por outras mulheres negras.

A representação constituída em *Solitária* (Cruz, 2022) da experiência de identificação vivenciada pelas protagonistas ao lerem o texto De Jesus (1960) registra a importância de obras que, como a própria produção literária de Cruz (2022) e Barreto (2012) que são aqui propostos para a análise, fornecerem um espaço de reflexão sobre a condição de subordinação e marginalização das mulheres negras, evidenciando como a literatura se configura como um poderoso meio de afirmação identitária e resistência. Assim, as obras de Barreto (2012) e Cruz (2022) desempenham papéis similares ao expor, a partir do olhar crítico de autores negros, o processo de construção de uma literatura de resistência em que são viabilizados espaços de afirmação e visibilidade, permitindo que as mulheres negras não apenas sejam representadas, mas também se reconheçam nas narrativas. Contudo, os textos adotam estratégias literárias distintas, refletindo os contextos de produção e as próprias vivências e perspectivas de mundo de seus autores. No romance de Lima Barreto (2012), as vivências da protagonista negra são retratadas a partir de um narrador onisciente, que articula a narrativa sob a ótica de um homem negro em um contexto marcado pela exclusão racial e de gênero na Primeira República. Por outro lado, em *Solitária* (Cruz, 2022), a perspectiva das protagonistas é apresentada através da narração em primeira pessoa das protagonistas e dos espaços habitados por elas ao longo de suas trajetórias, permitindo que os sentimentos, as reflexões e as subjetividades das personagens sejam explorados de forma mais direta. A autora, sendo uma mulher negra, reforça no próprio texto a relevância da autoria negra feminina para o compartilhamento de vivências e a identificação entre as mulheres negras. Diante disso, compreende-se a importância de refletir sobre essas diferenças estratégicas literárias empregados

por Barreto (2012) e Cruz (2022) à luz do conceito de escrevivência, formulado por Conceição Evaristo (2020), que enfatiza a escrita como um meio de registrar as experiências de vida da população negra, sobretudo das mulheres, a partir de um olhar interno e comprometido com a denúncia das opressões.

7 DO ISOLAMENTO À RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA NEGRITUDE FEMININA NA OBRA DE LIMA BARRETO E NA ESCRIVIVÊNCIA DE ELIANA ALVES CRUZ

Em face das discussões apresentadas, delineia-se que *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) são obras que evocam o conceito de Literatura Negro-Brasileira, conforme proposto por Cuti (2010), ao retratar com verossimilhança as vivências de protagonistas negras. Embora sob enfoque distintos, ambas as narrativas exploram as intersecções entre raça, gênero e classe, oferecendo representações que não se limitam a expor as estruturas de opressão impostas às mulheres negras no Brasil, mas também reafirmam suas subjetividades em contextos de exclusão social. Enquanto textos produzidos por autores negros, assume-se que partem de um lugar de fala que lhes permitem abordar, sob um olhar horizontal, as condições sociais impostas às personagens negras em seus contextos históricos. Tanto Lima Barreto (2012) quanto Eliana Alves Cruz (2022) utilizam a literatura como um espaço para denunciar as estruturas racistas e patriarcais de opressão e explorar as vivências de suas personagens, constituindo suas escritas a partir de perspectivas que refletem suas próprias experiências enquanto homem negro e mulher negra, respectivamente.

Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), produzido no período pré-modernista e sob a influência da estética realista, Barreto (2012) adota um olhar mais distanciado e objetivo ao narrar a história de Clara. Esse distanciamento reflete a proposta realista de denúncia social, que visa apresentar os problemas estruturais da sociedade de maneira analítica e crítica, posicionando o leitor como observador de uma realidade opressiva. No romance barretiano, o narrador onisciente descreve as condições de exploração e desigualdade vividas pela protagonista, expondo a violência simbólica e material à qual ela está sujeita como mulher negra, jovem e de classe baixa. Em vista disso, nota-se que a postura objetiva e analítica adotada pelo autor busca não apenas narrar os eventos, mas também provocar uma reflexão social nos leitores, o que tem o potencial de incitá-los a confrontar as injustiças sociais e os preconceitos estruturais que permeavam a modernidade/colonialidade em sua época.

Levando em conta a recorrência da representação da negritude feminina sob uma visão estereotipada na Literatura Brasileira, conforme descrito por Gonzalez (2020) e Evaristo (2005), além do contexto racista e patriarcal que constituía a sociedade brasileira da Primeira República, é

possível refletir que o olhar crítico de Barreto (2012) sobre a marginalização social imposta à população negra em geral e sobre a objetificação do corpo negro feminino retratado em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) se configura como uma escolha narrativa que está diretamente ligada à sua experiência social e à sua identidade racial. Nessa perspectiva, Schwarcz (2017) enfatiza que, ainda que a produção literária de Lima Barreto apresente uma estética voltada para registrar, de maneira detalhada e observadora, o cotidiano da sociedade carioca, o que o leva a ser abordado como cronista da sociedade brasileira em que viveu, ela se distingue por se constituir também como um testemunho social:

Se Lima Barreto foi também um grande cronista carioca e das ruas do Rio de Janeiro; sua obra se distingue das demais, sobretudo nesse momento, em razão do tipo de testemunho que ele traz com sua literatura, dos personagens que escolhe como protagonistas, dos enredos que cria, dos detalhes que seleciona descrever. Por sinal, ele fez questão de igualmente definir-se como "um autor negro", para ficarmos com seus termos, e impregnar sua narrativa por outras esquinas desse mesmo país (Schwarcz, 2017, p. 17).

O posicionamento assumido por Barreto (2012) e descrito por Schwarcz (2017) como “um autor negro” reflete que, apesar de adotar um tom distanciado e objetivo característico da estética realista, a condição de “autor negro” legitima e aprofunda sua abordagem crítica, permitindo que sua literatura seja impregnada por vivências e reflexões que desafiam as estruturas coloniais de poder de sua época. Desse modo, depreende-se que, em *Clara dos Anjos*, Barreto (2012) tece uma crítica social que é impregnada de suas vivências enquanto autor negro, mas que é mediada por um estilo que distancia o narrador das vivências internas da protagonista, destacando a exploração de Clara enquanto mulher negra e a marginalização social imposta aos demais personagens negros como um problema social sistêmico que deve ser analisado de fora.

Em *Solitária*, por outro lado, Eliana Alves Cruz (2022), como mulher negra e que escreve no contexto contemporâneo, adota uma perspectiva mais subjetiva e intimista, abordando as vozes das personagens impregnadas por sua própria experiência e pelas de suas ancestrais. Essa abordagem se alinha ao conceito de escrevivência, conforme definido por Conceição Evaristo (2020), que propõe uma literatura enraizada nas experiências reais e nas memórias coletivas da população negra, especialmente das mulheres negras. Em *Solitária*, a subjetividade de Cruz (2022) se manifesta não só por meio das vozes das protagonistas, Eunice e Mabel, mas também no contexto e nas nuances de suas histórias, sendo evidenciada desde a dedicatória da obra: "Para minha tia Maria da Glória¹³, a Dodó, cujo rosto nunca vi e de quem apenas sei que o trabalho doméstico

nunca a liberou". A referência à tia Maria da Glória, a Dodó, já aparece no romance *Água de Barrela* (Cruz, 2016), primeiro romance publicado por Eliana Alves Cruz. Assim, sua presença em mais de um romance evidencia a escrita como ato de escrivência, na medida em que a autora incorpora vivências compartilhadas pelas mulheres de sua família e pelas gerações que a antecederam. Esse traço, presente desde sua estreia na publicação de romances, reforça a dimensão coletiva da memória e da resistência das mulheres negras na obra de Cruz. No romance em análise, essa evocação se manifesta na frase: "Maria da Glória, a Dodó, cujo rosto nunca vi e de quem apenas sei que o trabalho doméstico nunca a liberou", revelando como a memória dessa mulher – ainda que fragmentária e mediada pela ausência de imagens – permanece viva e potente, como símbolo das violências históricas impostas às mulheres negras, bem como da força de sua resistência silenciosa e cotidiana. Tal dedicatória revela a conexão entre a história da família da autora e as trajetórias de mulheres negras que enfrentaram a marginalização social ao longo das gerações familiares, muitas vezes, invisibilizadas pela história oficial. A homenagem a Dodó, uma familiar da autora, explicita como a opressão imposta às mulheres negras brasileiras se constitui como um enfrentamento que não é somente observado por Cruz (2022), mas que faz parte de um contexto coletivo e contínuo de resistência e reexistência em que a autora e sua ancestralidade se inserem. A escolha de homenagear a tia, mesmo sem conhecê-la pessoalmente, alude ao resgate das vozes das mulheres negras brasileiras cujas vidas e histórias foram apagadas da história oficial, mas que permanecem vivas na memória coletiva da família e da comunidade.

Nesse sentido, verifica-se que as escritas de Cruz (2022) e Barreto (2012) se distinguem no que diz respeito às estratégias narrativas empregadas, embora ambos abordem criticamente as vivências da população feminina racializada brasileira. No caso de Barreto (2012), o teor crítico em relação à posição social da negritude feminina é evidenciado já na epígrafe, que trata dos abusos sexuais aos quais as mulheres colonizadas eram submetidas. No entanto, esse tema é apresentado de forma objetiva e com maior distanciamento, o que faz parte caracteristicamente da estética realista recorrente nos textos literários de seu contexto de produção, mas também pode ser entendida, em certa medida, como resultado da diferença de gênero entre o autor e as personagens negras femininas apresentadas. É certo que, no início do século XX, qualquer esforço intelectual de crítica social teria sua legitimidade atrelada a uma perspectiva que hoje pode ser vista como positivista, haja vista a emergência do discurso e do método científicos como parâmetros de entendimento da realidade e concepções de verdades sobre o mundo e as sociedades humanas. O olhar distanciado e analítico, logo, torna-se uma estratégia de legitimação da denúncia. Contudo, para além disso, deve-se atentar para uma particularidade outra e flagrantemente condicionante: o olhar masculino. Embora o autor tenha vivido as estruturas racistas de opressão que são impostas

aos negros no Brasil, como homem, não experienciou a intersecção entre raça e gênero que se impõe às mulheres negras para que pudesse abordar tal perspectiva de maneira mais subjetiva. Esse distanciamento estilístico de Barreto (2012) contrasta com a abordagem de Cruz (2022), que, ao incorporar suas vivências e perspectivas de mulher negra, rompe ou mesmo nega a validade de uma neutralidade narrativa para estabelecer uma maior proximidade com as experiências de suas protagonistas e de suas ancestrais.

Dessa forma, ao dar voz às protagonistas negras, Cruz (2022) ecoa, por meio de sua escrevivência, as experiências coletivas das mulheres negras brasileiras e suas perspectivas subjetivas perante a marginalização social que lhes é imposta, como no trecho em que Mabel contesta a mãe sobre a decisão que ela tomaria perante o crime que presenciou na casa dos patrões e, ao pontuar que ela não era “escra..”, fazendo alusão aos termos “escrava” ou “escravizada”, causa desconforto e irritação. A descrição da reação de Eunice revela a complexidade da experiência da negritude feminina, uma vez que a menção à escravidão não é apenas uma referência histórica, mas uma ferida aberta que permeia a identidade e a vivência das mulheres negras. Esse teor coletivo presente nas experiências de exploração vivenciadas pelas protagonistas de Cruz (2022) é reafirmado quando Mabel, lembrando sua infância, período em que já acompanhava a mãe em seu espaço de trabalho, relata que Eunice, aparentemente, se preocupava mais em servir d. Lúcia do que com a própria filha, que ainda era uma criança, concluindo, assim, que “ela sabia que as crianças como eu — como ela foi e, antes dela, a sua mãe, e a mãe de sua mãe até a minha décima avó — não entendiam muito bem o que era isso de ser criança” (Cruz, 2022, p. 21). O caráter intergeracional do amadurecimento precoce imposto a Mabel demonstra a continuidade das experiências de exploração que atravessam as gerações de mulheres negras na obra de Eliana Alves Cruz (2022), denotando como a escrevivência da autora, enquanto mulher negra, emana de uma herança coletiva e intergeracional de enfrentamentos que é apresentada desde a dedicatória da obra.

A subjetividade coletiva da negritude feminina presente na narrativa de Cruz (2022) se manifesta também em momentos em que as protagonistas descrevem suas perspectivas perante os enfrentamentos que vivenciam como efeito da colonialidade de gênero, em que são expostos sentimentos que transcendem a experiência pessoal e refletem vivências compartilhadas, como o desafio de Eunice ao descobrir que sua filha, Mabel, havia engravidado na adolescência:

Desabei naquele pátio que tinha sido palco para tantas brincadeiras e festas daquela gente rica. Chorei pela minha filha, ainda tão menina... pela minha mãe, que um dia esteve no lugar onde eu estava agora, e por mim, que um dia fui como a Mabel, uma garota que se achava muito adulta. Por que esquecemos tão rápido que já fomos jovens? Ficamos eu e ela em silêncio por alguns minutos que pareceram uma eternidade (Cruz, 2022, p. 83).

Nesse trecho, quando Eunice descreve seus sentimentos de medo e apreensão perante a gravidez precoce da filha, que também havia sido uma experiência compartilhada por ela e suas antepassadas, Cruz (2022) evidencia as marcas intergeracionais de opressão e resistência vividas pelas mulheres negras de forma a retratar também a carga emocional que envolve a maternidade, a juventude e as limitações impostas pelo racismo e pelo patriarcalismo estruturais. A descrição feita por Eunice de que seu choro não era a externalização de seus sentimentos apenas perante a situação presente, mas que também abarcava as gerações de mulheres que vieram antes dela, constitui uma manifestação de sua angústia pelo ciclo de desafios que parecia se perpetuar na história das mulheres de sua família. Esse momento revela a conexão entre as experiências individuais e coletivas das protagonistas de Cruz (2022), mostrando como as vivências de exploração e resistência não se limitam a um sujeito, tempo, espaço, mas transcendem gerações.

A coletividade da escrevivência de Eliana Alves Cruz (2022) em *Solitária* atinge seu ápice ao retratar o crime presenciado por Eunice no apartamento de D. Lúcia e Seu Tiago que faz referência a um caso real - isto é, um fato histórico de grande repercussão jornalística no Brasil, conforme contextualizamos a seguir. A retratação da negligência de Camilla, filha dos patrões de Eunice, para com os cuidados com o filho da nova empregada A negligência da jovem burguesa que causou a morte do filho da funcionária doméstica alude explicitamente ao caso do menino Miguel que, conforme noticiado, por exemplo, no Portal de Notícias G1 (2021), faleceu após cair de nono andar de um condomínio de luxo, sendo que “no momento do acidente, ele tinha sido deixado pela mãe — ex-trabalhadora doméstica que estava na parte de baixo do prédio passeando com o cachorro dos patrões — aos cuidados da então patroa dela, a primeira-dama do município de Tamandaré, Sari Corte-Real” (G1, 2021).

A explícita alusão ao episódio conhecido desde sua repercussão como “o caso do menino Miguel”, sendo que o garoto e sua mãe eram afrodescendentes tal como as personagens Eunice e Mabel, revela que Cruz (2022) utiliza a escrevivência como ferramenta de denúncia social e, além de representar a dororidade nas interações entre suas personagens, conforme já refletido anteriormente, utiliza-se do ato de escrever para manifestar a dororidade no próprio ato de sua escrita. A opção de Eliana Alves Cruz (2022) por integrar elementos históricos e referências a casos tomados como reais, como o “caso do menino Miguel”, reforça o caráter de denúncia e engajamento de sua narrativa, ancorada na escrevivência como prática de resistência e memória coletiva. Ao trazer à tona o episódio criminoso envolvendo a negligência da patroa de Miguel, Cruz (2022) transcende a ficção e posiciona sua obra como um espaço de contestação das desigualdades sociais, raciais e de gênero que perpetuam as condições de opressão das mulheres negras e de seus filhos, tanto na esfera doméstica quanto na pública. Conectando a ficção de suas personagens à realidade

de casos como o de Miguel, Cruz (2022) emprega sua escrevivência como um manifesto que ecoa às vivências de mulheres negras em um contexto marcado por desigualdades estruturais, reforçando a denúncia de sistemas opressores e de negligências históricas que perpetuam a marginalização social. Esse recurso literário transcende a narrativa ficcional, transformando-a em um espaço de articulação crítica e de memória ativa que dá voz àquelas que frequentemente foram silenciadas.

Os enfrentamentos vivenciados coletivamente pela negritude feminina na modernidade/colonialidade também são representados literariamente em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012); a construção narrativa demonstra que a experiência de objetificação e abuso a que a protagonista Clara é submetida também é uma realidade compartilhada por outras jovens negras apresentadas na obra, como Inês e Irene. Barreto (2012) adota um olhar analítico e crítico, que denuncia as dinâmicas de exclusão e opressão enfrentadas por essas personagens a partir de um olhar sistematizado sobre as manifestações dos efeitos da colonialidade de gênero, descrevendo, por exemplo, a “atmosfera de corrupção” que cercava jovens como Clara. A crítica de Barreto (2012), ainda que mediada por um estilo narrativo objetivo e analítico, expõe as consequências devastadoras da marginalização social sobre as vidas de Clara e de outras personagens negras femininas, utilizando-as como representações simbólicas de um coletivo cujas vozes eram silenciadas ou distorcidas pela Literatura hegemônica da época. Entretanto, como homem negro vivendo no contexto da Primeira República, Lima Barreto (2012) constrói sua narrativa a partir de um olhar que reflete tanto sua posição social quanto o contexto histórico em que estava inserido. Sua abordagem, construída a partir de um olhar mais distanciado, descritivo e analítico, característica da produção literária do período, permite uma crítica social ampla e sistematizada, com foco nas estruturas de poder que perpetuam a marginalização da população negra e, em particular, das mulheres negras como Clara.

Essa crítica encontra eco em *Solitária* (Cruz, 2022), em que Eliana Alves Cruz não apenas denuncia as condições de exploração e exclusão enfrentadas pelas mulheres negras, mas também humaniza suas personagens ao explorar suas subjetividades, afetos e resistências. Essa subjetividade emanada na escrita de Cruz (2022), intrinsecamente ligada ao conceito de escrevivência, tal como definido por Conceição Evaristo, demonstra a relevância da autoria negra feminina na literatura brasileira contemporânea. A escrita de Cruz (2022) parte de um lugar “de si”, ou seja, de um lugar em que as vivências e as histórias são contadas pelas próprias mulheres negras, e não apenas sobre elas. Esse olhar interno proporciona um espaço literário em que as experiências subjetivamente compartilhadas pela negritude feminina são retratadas com profundidade e sensibilidade, reforçando a importância de se ouvir diretamente as vozes dessas mulheres, contrastando com a construção do protagonismo negro feminino constituído a partir de um olhar

masculino, como no romance *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012). Barreto (2012) observa, mas não compartilha as dores de Clara de maneira tão próxima quanto Cruz faz com as suas personagens. A abordagem Barreto (2012) ao retratar a marginalização e o silenciamento social impostos à personagem Clara e a outras jovens negras abordadas na narrativa é o de testemunha dos efeitos da colonialidade de gênero que operam sobre a negritude feminina brasileira da Primeira República, enquanto a escrita de Cruz (2022) busca iluminar as vivências internas e pessoais de suas protagonistas em uma manifestação de reconstrução histórica e de afirmação da subjetividade coletiva das mulheres negras brasileiras.

Apesar das diferenças estilísticas, temporais e de contexto entre as obras de Barreto (2012) e Cruz (2022), ambas convergem ao abordar criticamente as experiências sociais das personagens negras de modo a enfatizar a necessidade de compreender as estruturas de opressão para enfrentá-las. *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), por meio de sua análise estrutural das desigualdades impostas à população negra, sobretudo à população feminina negra, e *Solitária* (Cruz, 2022), com sua imersão na subjetividade e nas memórias coletivas, dialogam entre si como obras que, a partir de suas especificidades, promovem reflexões que dialogam com a perspectiva decolonial sobre a representação literária da experiência social das mulheres negras no Brasil de forma a reafirmar, cada um à sua maneira, a importância da literatura como ferramenta de denúncia e resistência. Se, em Barreto (2012), a narrativa coloca o leitor diante de uma descrição crítica que destaca a realidade social de sua época em que mulheres negras ainda eram vistas e tratadas sob o estereótipo da objetificação sexual, em Cruz (2022), a subjetividade das personagens oferece uma visão subjetiva das experiências compartilhadas pela negritude feminina brasileira contemporânea perante a exploração da sua força de trabalho na prestação de serviços domésticos. Dessa forma, *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) demonstram que a Literatura Negro-Brasileira manifestada em seus textos transcende a representação das condições de subordinação e exploração vivenciadas pelas protagonistas, explorando o potencial da escrita literária como espaço para a afirmação das subjetividades negras e para a construção de uma identidade ressignificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrapor as trajetórias das protagonistas de *Clara de Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) como mulheres negras que, mesmo em contextos históricos com significativo distanciamento temporal, têm suas vivências permeadas pelos efeitos da colonialidade que fundamentam as relações sociais no Brasil com base em estruturas racistas e patriarcais de opressão, constata-se, à primeira vista, que os seus desfechos narrativos são consideravelmente distintos. Diferentemente do romance de Lima Barreto (2012), em que a personagem principal, Clara, finda a narrativa ao constatar dolorosamente sua posição de vulnerabilidade social após ser cruelmente exposta às estruturas de opressão que atravessam sua existência, em *Solitária* (Cruz, 2022), as protagonistas, Eunice e Mabel, têm como desfecho a conquista da jovem em se formar em Medicina e mãe e filha deixarem o quatinho da empregada para voltarem a habitar o próprio lar. Sob a narração do ponto de vista do consultório médico de Mabel, a reflexão final trazida na obra é a de que “O quarto de descanso é aquele que tem cheiro da própria vida” (Cruz, 2022, p. 168), aludindo a uma conquista que não se limita ao espaço físico, mas também à reivindicação de um espaço simbólico de dignidade, pertencimento e autonomia.

Eunice e Mabel, após serem condicionadas à exploração da sua força trabalho e o silenciamento de suas vozes no período em que habitaram o quatinho da empregada na residência burguesa em que Eunice trabalhava, alcançarem o “quarto de descanso” e com “cheiro da própria vida”, simboliza a reconstrução de uma subjetividade que havia sido suprimida durante o período em que mãe e filha viveram em condições de subordinação. A conquista de um espaço próprio, tanto físico quanto simbólico, é uma reafirmação de sua humanidade, um gesto de resistência às estruturas que buscaram anular sua identidade. Esse novo espaço, impregnado pelo cheiro da própria vida, resgata o direito de habitar plenamente suas histórias, desejos e trajetórias, rompendo com a lógica desumanizadora da colonialidade.

Embora o desfecho das protagonistas de Cruz (2022), em um primeiro plano, possa parecer mais otimista e remeter a um “final feliz”, a conquista de um espaço de pertencimento ecoa a memória de que, antes de alcançarem tal conquista, Eunice e Mabel foram sujeitas ao apagamento

de suas identidades, uma realidade vivida por muitas mulheres negras, especialmente aquelas em contextos de subordinação. Nessa perspectiva, o movimento de reconquista do espaço e da subjetividade dialoga diretamente com a constatação da protagonista barretiana Clara dos Anjos que, ao concluir que "não somos nada nesta vida", sintetiza a crueza do apagamento identitário ao qual as mulheres negras são submetidas, pois, antes de terem acesso ao "quarto de descanso", também foi negado a Mabel e Eunice o direito de se reconhecerem como sujeitos plenos em suas individualidades, vozes e desejos. Evidencia-se, desse modo, que, apesar de seus desfechos contrastantes, ambas apontam para o mesmo cerne da questão: o impacto das estruturas racistas e patriarcais que sustentam o apagamento da identidade negra feminina.

Sob esse prisma, levando em conta as reflexões conduzidas ao longo desta pesquisa e tomando como base a postulação de Carvalhal (2000) de que os estudos comparados ambicionam “contribuir para a elucidação de questões literárias que exijam perspectivas amplas” (p. 81), elucida-se que refletir sobre as construções narrativas dos romances *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) no que diz respeito à representação do protagonismo negro feminino não se limita à análise das particularidades narrativas ou das vivências individuais das protagonistas, mas se estende à compreensão de como a Literatura se configura como um espaço de denúncia e reflexão sobre os mecanismos estruturais que sustentam a opressão racial e de gênero na sociedade brasileira. As narrativas de Lima Barreto (2012) e Eliana Alves Cruz (2022) expõem as feridas abertas pelo racismo e pelo patriarcado que fundamentam a modernidade /colonialidade enquanto evidenciam como essas estruturas se perpetuam ao longo do tempo, adaptando-se às transformações sociais e políticas para manter a hierarquização e o silenciamento das vozes negras femininas. *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) são obras, portanto, que denotam seu caráter denunciativo perante as estruturas de opressão social da modernidade colonialidade já na escolha de seus títulos. Apesar de serem bastante distintos no que se refere às estratégias de titulação, já que o romance barretiano é titulado a partir do nome de sua protagonista e o de Cruz adota um título metafórico que sugere isolamento e invisibilidade, ambos carregam potenciais de significados que remetem às dinâmicas de opressão que engendram a marginalização social imposta à negritude feminina no Brasil. Bem como já refletido anteriormente, em relação ao título do romance de Barreto (2012), Cuti (2023) descreve que “Clara” remete à renúncia da identidade afro-brasileira e o sobrenome “Dos Anjos” simboliza a inocência da personagem; nota-se, então, a alusão à condição de vulnerabilidade da protagonista, marcada pela tentativa de apagamento de sua identidade racial e pela privação do acesso a variadas produções de conhecimento que lhe conferissem instrumentos para interpretar e resistir às opressões impostas pelo contexto social em que vive. Por outro lado, o título *Solitária* (Cruz, 2022) transcende de modo

flagrante a literalidade, remetendo a um estado de isolamento não apenas físico, mas também social e emocional, imposto pelas dinâmicas opressoras que permeiam a modernidade colonial, dado que o termo “Solitária” também nomeia uma modalidade de encarceramento em que pessoas que estão judicialmente privadas de liberdade são colocadas, como forma de punição, que priva o indivíduo do convívio social e reforça o isolamento como punição e controle. Essa noção de “solitária”, não obstante, ganha camadas adicionais de significado ao ser relacionada ao nome popular dos vermes *Taenia solium* e *Taenia saginata*, conhecidos como parasitas que sobrevivem a custas do hospedeiro, enfraquecendo-o progressivamente. Essa associação simbólica propõe uma reflexão sobre como a barragem social a determinados espaços, aliada à internalização de ideologias que sustentam a ideia de inferioridade racial, funciona como um parasitismo na vida das protagonistas Eunice e Mabel. Tal como os vermes drenam os nutrientes do organismo, a internalização de ideologias coloniais e racistas age como um mecanismo corrosivo na subjetividade das personagens, minando sua autoestima, autonomia e senso de pertencimento.

Nesse direcionamento, à luz das discussões elaboradas ao longo do presente trabalho, constata-se que a alusão à mutilação da identidade das mulheres negras brasileiras engendrada pela barragem do acesso a determinados ambientes sociais e pela imposição de ideologias hierárquicas de raça e gênero se manifesta não só no título de ambas as obras, mas também nas construções narrativas e nos percursos vivenciais das protagonistas, que são marcados por mecanismos de exclusão e silenciamento. Assim, refletir sobre *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) permite não apenas identificar os pontos de convergência e divergência entre as trajetórias das protagonistas em diferentes contextos históricos e sociais, mas também refletir sobre as estratégias narrativas que evidenciam e denunciam como as dinâmicas de opressão social que atravessam as vivências de mulheres negras no Brasil se estruturam e se reconfiguram ao longo do tempo. Essas dinâmicas perpetuam desigualdades que transcendem os contextos específicos das narrativas e dialogam com um panorama histórico mais amplo, no qual o protagonismo social das mulheres negras é sistematicamente negado ou condicionado à lógica da colonialidade.

Ao refletir comparativamente sobre as obras, em um primeiro plano, para além dos contextos históricos distintos, dado que o romance *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) se situa na Primeira República e *Solitária* (Cruz, 2022) apresenta uma sociedade brasileira contemporânea, é evidenciada a diferença entre os ambientes sociais retratados, contudo as obras apontam para a colonialidade como estruturante das relações de poder e da divisão racial do espaço no Brasil, destacando a precariedade dos ambientes destinados às populações negras e pobres. A construção dos cenários narrativos presentes no textos, respectivamente o subúrbio carioca e um condomínio de luxo fictício, demonstra a manifestação da aporofobia nos diferentes contextos sociais, em que

o desprezo e a rejeição às classes economicamente desfavorecidas se consolidam como mecanismos estruturais que sustentam a exclusão e a marginalização. Em *Clara dos Anjos*, a aporofobia se manifesta na negligência estatal e no abandono do subúrbio carioca, evidenciado pela precariedade da infraestrutura e pela desvalorização do espaço habitado por populações negras e pobres. Essa rejeição ao subúrbio não é apenas física, mas também simbólica, reafirmando sua posição de inferioridade em relação aos centros urbanos privilegiados. Já em *Solitária*, a aporofobia se materializa de forma mais velada, mas igualmente opressiva, nos espaços delimitados do condomínio de luxo. Os "quartinhos" reservados aos trabalhadores e a "porta dos fundos" simbolizam a segregação espacial disfarçada sob o verniz de modernidade e exclusividade.

Além do retrato literário da aporofobia, a constituição dos cenários narrativos dos romances ainda converge ao retratar a divisão racial do espaço como uma marca estrutural da sociedade brasileira, sustentada por dinâmicas de exclusão e segregação que perpetuam as desigualdades de raça e classe. No subúrbio carioca de Barreto (2012), a segregação se manifesta através da infraestrutura abandonada e da hierarquização interna das áreas periféricas, em que as regiões mais pobres e habitadas majoritariamente pela população negra eram precarizadas estruturalmente; já no condomínio de luxo em Cruz (2022), ela se materializa nas dinâmicas cotidianas que confinam os trabalhadores, representados como majoritariamente negros, a espaços diminutos e segregados. A simbologia da região mais elegante do subúrbio, habitada por pessoas pobres, mas que faziam parte da branquitude, em contraste com a parte mais precária, tal como a "porta dos fundos" e os "quartinhos" direcionados aos trabalhos negros e às suas famílias no condomínio fictício, reafirma como o controle do espaço físico reflete a lógica do controle biopolítico sobre corpos negros.

Refletir paralelamente sobre a construção dos espaços narrativos em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) permite a compreensão sobre como a aporofobia e a divisão racial do espaço se manifestam em diferentes ambientes sociais e contextos históricos, elucidando que o estabelecimento de hierarquias sociais não se resume à divisão entre regiões nobres e periféricas, mas também se desdobra em formas mais sutis e simbólicas de segregação como o estabelecimento de divisões entre as partes do subúrbio e os espaços dentro de um mesmo ambiente, como o condomínio de luxo. Evidencia-se que, mesmo em panoramas sociais diferentes, as hierarquias de raça e classe continuam a moldar os espaços de forma a reforçar desigualdades estruturais. No subúrbio descrito por Barreto, a precariedade é escancarada, fruto da negligência estatal e de uma política urbana que privilegia os centros ocupados pelas elites. Esse abandono reforça a marginalização das populações negras e pobres, relegadas a espaços de menor valor simbólico e material. Já no condomínio de luxo de Cruz, a segregação é camuflada sob a fachada de organização e modernidade, mas se manifesta de forma igualmente contundente, através da

delimitação de espaços como os quatinhos de empregada e os acessos diferenciados para trabalhadores. Nesse sentido, descolonizando o olhar, pode-se afirmar que a precarização flagrante passar para uma segregação camuflada é um refinamento do processo de subjugação social: antes que uma melhoria nas condições de vida de pobres e negros, o que ocorre é um aperfeiçoamento dos modos de exploração e controle.

Transcendendo a dimensão espacial, a reflexão em perspectiva comparada da construção dos personagens negros de *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) em conjunto com o retrato dos ambientes à margem que habitam possibilita o entendimento sobre como a segregação de espaços físicos e simbólicos reforçam as hierarquias raciais e de classe que delimitam as possibilidades de mobilidade social e de construção subjetiva para as personagens negras na modernidade/colonialidade. As discussões apresentadas ao contrapor as vivências dos personagens negros do textos explicitam que a dificuldade do acesso ao conhecimento formal e às oportunidades de ascensão social atua como uma ferramenta de perpetuação das dinâmicas de subalternização impostas às populações negras por meio do imbricamento entre a colonialidade do saber, do poder e do ser. As narrativas elucidam como as estruturas coloniais permanecem operantes, negando o acesso da população negra aos espaços de formação e protagonismo, ao mesmo tempo em que naturalizam a exclusão como elemento constitutivo de sua identidade social, representando literariamente a crítica de Sueli Carneiro (2022) sobre o impacto do epistemicídio na manutenção de uma ordem racial hierárquica e excludente.

Considerando a diferença temporal entre os contextos históricos retratados em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), estabelecer paralelos entre as construções do personagens e a denúncia da marginalização imposta a eles suscita a reflexão sobre como os efeitos do entrelaçamento da colonialidade do saber, do poder e do ser se reconfiguram perante as mudanças político-sociais que acontecem na sociedade brasileira alicerçando a permanência de ideologias hierárquicas de raça e gênero. Na obra de Lima Barreto (2012), ambientada em um período em que o Brasil ainda enfrentava os efeitos imediatos da escravidão recém-abolida e estava mergulhado em estruturas coloniais, evidencia-se uma sociedade que explicitamente marginalizava populações negras e pobres. A inexistência de políticas públicas voltadas à educação formal e a ausência de leis que tratassem o racismo como crime criavam um cenário de exclusão total para famílias como os Dos Anjos. Nesse contexto, o acesso ao conhecimento e às oportunidades era praticamente inalcançável, e a marginalização não era apenas uma consequência estrutural, mas também uma política deliberada de negligência estatal, em que a precariedade material, simbólica e subjetiva é naturalizada e aceita como parte do funcionamento social.

Já em *Solitária* (Cruz, 2022), a narrativa se passa em um Brasil contemporâneo em que formalmente houve a conquista de direitos civis e políticas públicas voltados para minorias sociais, como a criminalização do racismo e ações governamentais voltadas ao acesso à educação básica. No entanto, Cruz (2022) expõe que essas conquistas, embora importantes, não foram suficientes para romper com as hierarquias raciais e econômicas enraizadas. O contexto de Eunice, proveniente de uma família que enfrenta vulnerabilidade socioeconômica há gerações, que foi impelida ao trabalho doméstico por falta de outras oportunidades de emprego e precisou levar sua filha junto para o trabalho, demonstra como a exclusão histórica continua a limitar as possibilidades de ascensão social, mesmo diante de direitos formalmente estabelecidos.

A análise comparada dessas obras evidencia que, mesmo com a transição de uma opressão explícita para uma mais velada, a exclusão histórica da população negra dos espaços de aprendizado formal e de poder gerou uma percepção amplamente difundida e internalizada de inferioridade, refletida, por exemplo, na suposta falta de ambição presente na família Dos Anjos e na vergonha sentida por Eunice por não dominar a leitura e a escrita da Norma Padrão. Entretanto, essa percepção de inferioridade, longe de ser uma característica intrínseca dos indivíduos, é produto direto de estruturas de opressão que operam tanto no nível sistêmico quanto no simbólico. As construções textuais de Barreto (2012) e Cruz (2022) denunciam ainda como a imposição de relações hierárquicas baseadas na ideia de raça engendram a normalização da negligência às vidas da população negra por meio da desumanização estrutural imposta a ela, revelando como a negligência social e simbólica se manifesta em contextos distintos, mas igualmente opressores. A morte do filho da nova empregada do ex-patrões de Eunice em *Solitária* (Cruz, 2022) evidencia a normalização da indiferença à vida negra, refletida tanto na omissão individual de Camila quanto na estrutura social que perpetua a exclusão e a invisibilidade. Esse descaso encontra paralelo no abandono das consequências dos atos de Cassi Jones em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), reforçando a continuidade histórica de um sistema que desvaloriza as vidas negras, especialmente as de mulheres e crianças. Ambas as narrativas expõem como ideologias coloniais baseadas nas ideias de superioridade e inferioridade racial agem como uma força intergeracional que desumaniza e priva os sujeitos negros de direitos fundamentais, como cuidado, proteção e pertencimento, ao mesmo tempo em que evidenciam como essas dinâmicas são naturalizadas e reproduzidas nas relações cotidianas.

Nesse direcionamento, constata-se que a constituição do protagonismo negro feminino abordado nos romances de Barreto (2012) e Cruz (2022) se dá a partir da contextualização das protagonistas em suas respectivas realidades sociais, marcadas pelas desigualdades estruturais que envolvem raça, gênero e classe na modernidade/colonialidade. Tal como discutido nas reflexões

propostas ao longo do trabalho, os romances traçam cenários sociais que denotam a marginalização social imposta à negritude como um grupo socialmente minorizado perante as estruturas coloniais hegemônicas de opressão; mas as vivências das protagonistas Clara, Eunice e Mabel, quando abordadas em perspectiva comparada, suscitam a compreensão de que, para além da marginalização coletiva da negritude, as mulheres negras enfrentam uma vulnerabilidade social extrema devido à sobreposição de opressões raciais e de gênero. Isso é evidenciado no fato do ambiente doméstico desempenhar um papel central nas trajetórias das protagonistas que, mesmo tendo suas experiências sociais ambientadas em períodos históricos diferentes, são moldadas pela imposição de papéis subalternos e pela desumanização estrutural que confina suas existências a espaços de invisibilidade e precariedade fundamentados pelas interseccionalidades de raça, gênero e classe. Embora ambos os textos dialoguem com a colonialidade de gênero, eles apresentam configurações distintas para o espaço doméstico, revelando as diferentes formas de controle e exploração das mulheres negras em contextos históricos específicos.

Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), o lar de Clara simboliza o confinamento imposto às mulheres negras no início do século XX, configurando um espaço de restrição física e social. A casa, localizada em um subúrbio carioca, é apresentada como um ambiente que delimita os horizontes da protagonista, ao mesmo tempo em que expõe as barreiras impostas pela sociedade patriarcal e racista. Clara é mantida dentro desse espaço sob a vigilância e a proteção da família, mas essa proteção é atravessada por uma vulnerabilidade estrutural da mulher negra, o que não impede sua exploração e abuso, pois não é respeitada socialmente como mulher. Nesse contexto, o ambiente doméstico é uma prisão simbólica, em que a protagonista tem sua agência limitada e seu desenvolvimento de consciência social reprimidos. Em *Solitária* (Cruz, 2022), o espaço doméstico é abordado sob outra perspectiva: ele se configura como um lugar de exploração da força de trabalho da negritude feminina. A protagonista Eunice, inserida em uma realidade contemporânea, trabalha como empregada doméstica, reproduzindo um modelo histórico de servidão que atravessa gerações. Aqui, o ambiente doméstico é um espaço alheio, marcado pela desigualdade entre quem ocupa a posição de serva, uma mulher negra e sua filha, e quem detém o poder sobre o espaço, a patroa branca. Ao trabalharem e viverem no interior de um lar que não é seu, Eunice e Mabel vivenciam a precariedade, a desumanização e a violência simbólica impostas pelo racismo e patriarcalismo estruturais atrelados à divisão racial do trabalho.

Refletir sobre o diálogo estabelecido entre os diferentes enfoques retratados nas obras permite compreender como os estereótipos sociais de "mulata" e "empregada doméstica", analisados por Gonzalez (2020), são construídos e perpetuados como dispositivos de controle social e racial sobre as mulheres negras no Brasil. Em *Clara dos Anjos*, a construção da personagem Clara

é atravessada por um contexto no qual o estereótipo da "mulata" funciona como um marcador de exploração sexual e exotificação do corpo feminino negro, imposto pelo imaginário social patriarcal e racista da época. Esse estereótipo reduz Clara a um objeto de desejo e vulnerabilidade, apagando sua subjetividade e agência. Em contrapartida, em *Solitária*, Cruz retrata a figura da empregada doméstica como a personificação de um modelo de trabalho historicamente subalterno, que perpetua a exploração econômica e simbólica das mulheres negras em uma sociedade ainda estruturada por valores coloniais.

Os valores patriarcais impostos pelos colonizadores, que associam o controle do corpo feminino às normas de cuidado e submissão, continuam presentes nos contextos das duas narrativas, mas se manifestam de forma distinta. Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), esse controle é explícito e se alicerça em um discurso moralista que visa proteger a "pureza" de Clara, ao mesmo tempo em que a expõe à violência de Cassi Jones. Em *Solitária* (Cruz, 2022), o controle sobre o corpo feminino negro é mais velado, operando por meio da exploração do trabalho doméstico e da falta de alternativas econômicas para Eunice e Mabel. A construção da protagonista Eunice como alguém que teve que abandonar os estudos devido a ter engravidado na adolescência e que foi condicionada ao trabalho doméstico pela falta de outras alternativas de empregabilidade evidencia como os estereótipos sociais operam como mecanismos estruturais que moldam as trajetórias das mulheres negras. Esses estereótipos perpetuam a noção de inferioridade e servidão, relegando-as a papéis socialmente subalternos que negam sua autonomia e direitos fundamentais. A maternidade precoce, presente na trajetória de Eunice e sua filha, bem como nas vivências da personagem barretiana Clara, não é apenas uma questão de escolha individual, mas um reflexo das estruturas sociais e econômicas de opressão que configuram as experiências das mulheres negras.

A comparação entre os contextos históricos abordados nas duas obras também permite identificar como a internalização de valores racistas e patriarcais contribui para perpetuar desigualdades intergeracionais. A gravidez precoce, que é uma constante nas histórias de Clara, Eunice e Mabel, reflete uma imposição social que difere significativamente das experiências de mulheres brancas e burguesas, que possuem infraestrutura para lidar com as demandas da maternidade ou para interromper a gestação. Esse contraste evidencia como a colonialidade de gênero imbricada à colonialidade do poder, do saber e do ser limita o poder de agência da negritude feminina em diversos âmbitos de suas vidas, até mesmo em suas escolhas reprodutivas, condicionando-as a uma realidade de precariedade e marginalização.

Ainda que a maternidade e a limitação ao ambiente doméstico sejam elementos que marcam as experiências das protagonistas de ambas as obras, a diferença entre os contextos históricos retratados em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022) revela nuances importantes

sobre as transformações e permanências nas dinâmicas de opressão que envolvem as mulheres negras no Brasil. No início do século XX, período em que se passa o romance de Lima Barreto (2012), as mulheres não possuíam direitos civis plenos e eram submetidas a rígidos códigos de conduta que reforçavam a necessidade de castidade como um atributo essencial à sua "honra". Esse discurso moralista era usado para justificar o confinamento de Clara ao ambiente doméstico, sob a vigilância da família, como uma tentativa de protegê-la de uma sociedade que via as mulheres negras como vulneráveis à exploração e ao abuso. Entretanto, essa proteção era ilusória, pois a ausência de direitos civis e a marginalização social tornavam Clara incapaz de se defender de agressões como a de Cassi Jones, expondo a fragilidade de um sistema que culpabilizava as mulheres enquanto perpetuava as desigualdades. Em contraste, *Solitária* (Cruz, 2022) se passa em uma contemporaneidade marcada pela conquista formal de direitos civis para as mulheres, incluindo o acesso à educação, ao trabalho e à autonomia sobre seus corpos. No entanto, Eunice e Mabel demonstram como essas conquistas permanecem insuficientes para alterar significativamente a realidade das mulheres negras. Embora protegidas pela legislação, na prática, elas continuam relegadas a espaços interseccionais de exploração, onde raça, gênero e classe operam conjuntamente para perpetuar sua exclusão. Eunice, como empregada doméstica, ocupa um papel social historicamente associado à servidão, que se estende a Mabel por precisar acompanhá-la no ambiente de trabalho. Isso denota que, apesar de avanços jurídicos e sociais, as estruturas coloniais persistem de maneira adaptada, mantendo mulheres negras em posições de desvantagem.

Essas diferenças de contexto histórico destacam a importância de refletir criticamente sobre a colonialidade de gênero e seu impacto contínuo nas experiências da negritude feminina brasileira representada pelas protagonistas. Ao comparar as trajetórias de Clara, Eunice e Mabel em suas respectivas épocas, percebe-se que, embora haja diferenças significativas nas condições formais de direitos e oportunidades, as opressões estruturais que condicionam as vidas das mulheres negras mantêm-se profundamente enraizadas. Essa continuidade evidencia que as conquistas de direitos civis, embora fundamentais, não são suficientes para dismantelar as hierarquias sociais de raça e gênero sustentadas pela colonialidade e que condicionam mulheres negras, como as personagens de Barreto (2012) e Cruz (2022), a um ambiente interseccional de marginalização e silenciamento social por não atenderem aos padrões de branquitude e masculinidade.

Diante disso, Lima Barreto (2012) e Eliana Alves Cruz (2022), ao reconhecerem a importância da consciência crítica das personagens negras sobre sua condição social, apresentam a subjetividade como um espaço de resistência. Nos romances, a consciência das protagonistas sobre a estrutura opressora que as marginaliza representa um passo crucial na luta contra a desumanização. Em *Clara dos Anjos* (Barreto 2012), embora o romance não avance para uma

resposta transformadora, a tomada de consciência de Clara sobre sua invisibilidade e vulnerabilidade revela um gesto inicial de resistência, subvertendo, ainda que de forma limitada, o discurso de desumanização imposto pela sociedade colonial. Esse movimento já denota uma atitude decolonial ao desafiar a narrativa dominante que busca perpetuar a inferioridade das mulheres negras. Por sua vez, *Solitária* (Cruz, 2022) atualiza esse processo ao associar a construção da consciência crítica ao acesso à educação formal viabilizado por políticas públicas. O texto de Cruz (2022) aborda a conquista de Mabel em conseguir cursar a graduação em Medicina como crucial para que ela e sua mãe Eunice rompam com os ciclos de precariedade e marginalização que marcaram suas vidas, bem como a leitura de obras literárias contribuem de maneira decisiva na formação crítica e intelectual das protagonistas negras. A trajetória de Eunice e Mabel, contrastada com as vivências da protagonista barretiana Clara, denota, assim, como o acesso à educação se constitui em uma ferramenta de resistência crucial para a mobilidade social das mulheres negras. Enquanto Clara, confinada a um contexto de rígidos códigos patriarcais e sem perspectivas de emancipação por meio da educação ou do trabalho, permanece presa às estruturas de opressão que a cercam, Mabel representa a possibilidade de transformação proporcionada pela democratização do acesso à educação formal, especialmente por meio de políticas públicas afirmativas. No entanto, a narrativa de Cruz (2022) também demonstra que, mesmo em um contexto contemporâneo, as conquistas das mulheres negras ainda encontram barreiras significativas, reveladas, por exemplo, na cena em que Mabel testemunha um ato de injúria racial contra uma enfermeira negra. Essa situação sublinha como a ascensão social não elimina os efeitos das estruturas racistas e patriarcais que marginalizam a negritude feminina, mesmo em espaços de maior prestígio social.

Dado o caráter estrutural das ideologias racistas e patriarcais que permeiam as vivências das protagonistas dos romances estudados, as obras de Barreto (2012) e Cruz (2022) contextualizam Clara, Eunice e Mabel como integrantes de um grupo socialmente minorizado em que o apoio mútuo é um elemento fundamental para resistir à opressão interseccional imposta por essas estruturas. Ambas as obras evidenciam a importância da dororidade como uma forma de resistência e acolhimento, revelando como o apoio mútuo entre mulheres negras se torna crucial diante da violência estrutural. Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012), o refúgio emocional que Clara encontra em sua mãe, Engrácia, simboliza uma resistência silenciosa, enquanto em *Solitária* (Cruz, 2012), a relação entre Eunice e Mabel vai além do apoio emocional, constituindo-se como um espaço de aprendizado mútuo e fortalecimento crítico frente às opressões. Esses vínculos, representados por gestos de solidariedade e acolhimento, ilustram a centralidade da dororidade para o resgate do autorreconhecimento e da valorização das vivências negras femininas, desafiando narrativas coloniais que historicamente relegaram essas experiências ao silenciamento e à marginalização.

À vista disso, é possível compreender que as escritas de Barreto (2012) e Cruz (2022) estabelecem um diálogo intertextual que, para além de denunciar os efeitos das ideologias coloniais sobre as vivências da negritude feminina, aludem a um caminho decolonial em que o autorreconhecimento crítico da identidade racial ganha centralidade na construção de narrativas que não só resistem, mas também ressignificam as estruturas de opressão. O reconhecimento da subjetividade das vivências negras femininas emerge, assim, como um eixo comum nas obras de Barreto (2012) e Cruz (2022), mas, ao refletir comparativamente sobre as construções textuais das experiências sociais das protagonistas das obras, denota-se que tal representação se difere conforme as perspectivas de gênero e os contextos históricos de escrita dos dois autores.

A abordagem narrativa de Lima Barreto em *Clara dos Anjos* (2012), influenciado pela estética realista predominante em seu período, se dá a partir de um olhar objetivo e distanciado que se foca em denunciar as desigualdades estruturais de raça, classe e gênero. Sua escrita analítica dissecas as relações sociais e expõe os mecanismos de exclusão que relegam Clara, uma jovem negra, à condição de vítima de uma sociedade patriarcal e racista. A perspectiva observadora e engajada mediada por um narrador onisciente evidencia a opressão que atravessa a vida de Clara, mas não contempla de forma ampla aspectos subjetivos das experiências vivenciadas pela protagonista. Esse enfoque reflete tanto as intenções críticas do autor quanto os limites de sua posição como homem negro escrevendo sobre a vivência feminina negra. Por outro lado, em *Solitária* (2022), Eliana Alves Cruz, mulher negra e que escreve sobre uma realidade social compartilhada por ela, assume uma posição autoral que vai além da representação; ela enraíza sua escrita no conceito de escrevivência, trazendo para o centro da narrativa as experiências subjetivas, os sentimentos e os desafios vividos pelas mulheres negras em sua complexidade e com mais variadas nuances. Ao constituir suas personagens femininas negras, Cruz (2022) dá a elas uma voz que ecoa as experiências compartilhadas pela negritude feminina brasileira em que se revela um elo entre a experiência individual e o coletivo, reforçando a ideia de que as vivências de uma mulher negra não são isoladas, mas conectadas a uma rede de experiências compartilhadas. Assim, a diferença de gênero entre os autores e como isso se reflete em suas estratégias narrativas permite compreender como as mulheres negras são retratadas e como suas vozes emergem nos textos. Enquanto Barreto denuncia a violência estrutural e a exclusão social, Cruz (2022) transforma essa denúncia em um testemunho pessoal e coletivo, inserindo-se na tradição de escrevivência que dá às mulheres negras o espaço de fala historicamente negado.

Ao realizar o estudo comparado entre *Clara dos Anjos* (Barreto, 2012) e *Solitária* (Cruz, 2022), evidencia-se como a Literatura se torna uma ferramenta poderosa para compreender tanto as mudanças quanto as permanências na condição social das mulheres negras no Brasil. À luz das

teorias decoloniais, a análise das obras permite identificar como o protagonismo negro feminino, representado pelas personagens Clara, Eunice e Mabel, reflete o entrelaçamento das opressões de raça, gênero e classe. Essas narrativas não apenas denunciam as dinâmicas de colonialidade que moldam as vivências das protagonistas, mas também oferecem uma perspectiva crítica sobre os processos históricos que perpetuam a exclusão social. Ao mesmo tempo, o estudo expõe as diferentes abordagens utilizadas pelos autores para construir suas personagens, evidenciando como o contexto histórico, o lugar social e a subjetividade dos escritores influenciam suas narrativas. Contudo, apesar das diferenças de estilo, enfoque e época, as obras convergem ao representar não apenas o silenciamento e a marginalização vivenciados pelas protagonistas, mas também ao apontar para a importância de um olhar crítico sobre a construção da identidade racial como fundamento para uma atitude decolonial. Assim, tanto Barreto (2012) quanto Cruz (2012), autores negros e que, ao produzirem textos literários desafiam as estruturas hegemônicas e patriarcais que, tal como postulado por Dalscatagnè (2012), fundamentam o campo literário brasileiro e os condicionam à posição de vozes não autorizadas, materializam em suas obras e nas trajetórias de suas protagonistas a importância de produções que transgridem os limites impostos pelo cânone literário. As obras de Lima Barreto (2012) e de Eliana Alves Cruz (2022) aqui propostas para análise não se limitam a apresentarem aos leitores as vivências das mulheres negras perante as estruturas opressivas interseccionais na modernidade/colonialidade, mas também incitam a reflexão sobre a urgência da conscientização crítica sobre como tais estruturas moldam a vida social, cultural e econômica, destacando a criticidade como destacando como um elemento essencial para um caminho decolonial. Assim, ao subverterem o cânone literário brasileiro e ao centrarem suas narrativas nas vivências de mulheres negras de modo a denunciar os efeitos da colonialidade e traçar um caminho decolonial por meio da criticidade, Barreto e Cruz realizam um movimento insurgente que amplia as possibilidades de representação e desafia as normas hegemônicas do campo literário, utilizando a transgressão como forma de expressão, tal como postulado por Santiago (2000), e de resignificação.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BARBOSA, Roberta Tiburcio. Os espaços da negritude: percurso da mulher negra em Solitária, de Eliana Alves Cruz. **Discursividades**, v. 14, n. 1, 2024.

BARRETO, Lima. **Clara dos anjos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis, Bauru**, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.

BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura**: estratégias de leitura. Segunda edição, Maringá: Eduem, 2012.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. Editora Cultrix, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: em 1 nov. 2024.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 96-124, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledès**, 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?amp=1&gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAv628BhC2ARIsAIJiK8_suvLpyHaxLcPjlfEK1on2cC00Ck9EEYX2CU5ZEicu5Ct11LUNHoaAm5vEALw_wcB>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

CARVALHAL, Tania Franco. Intertextualidade: a migração de um conceito. **Via atlântica**, v. 1, n. 9, p. 125-136, 2006b.

CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura Comparada**. São Paulo: Ática, 2006a.

CASTRO, Susana. Condescendência: Estratégia Pater-Colonial de Poder. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

CEREZA, Felipe Aquiles Cereza. **Revisitando o passado: narrativas afrocentradas de Eliana Alves Cruz para (re) pensar literatura e história**. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: The sociological significance of Black feminist thought. **Social problems**, v. 33, n. 6, p. s14-s32, 1986.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. Editora Contracorrente, 2020.

COSTA, Milane do Nascimento. **"Nós por nós": solidariedade feminina nas interfaces entre sororidade e dororidade – práticas e discursos em grupos de mulheres numa rede social digital**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023. Orientador: Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva.

COUTINHO, Eduardo F. O comparatismo e seus diálogos nos tempos de hoje. **Expediente da Revista ComparArte**, p. 8, 2017.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo, 2010.

CUTI, Luiz Silva. **A consciência do impacto nas obras de Cruz e Sousa e de Lima Barreto**. Belo Horizonte: 2023.

CRIANÇA de 5 anos morre após cair do 9º andar de prédio no Centro do Recife. Portal G1 Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/02/crianca-de-5-anos-morre-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-centro-do-recife.ghtml>. Acesso em: 29 mai. 2024.

CRISTANI, Vanessa Didolich. O quartinho da empregada é a senzala moderna. **Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 14, n. 28.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

DA CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Horizonte, 2017.

DE ANDRADE ALVES, Yasmin; DINIZ MILANEZ, Maria Luiza. ESPAÇOS DIMINUTOS E DINÂMICAS ENTRE MULHERES: A RESISTÊNCIA FEMININA NA NARRATIVA “SOLITÁRIA”, DE ELIANA ALVES CRUZ. **Revista Ártemis: Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades**, v. 37, n. 1, 2024.

DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. Livraria F. Alves, 1960.

DEVULSKY, Alessandra. O colorismo é o braço articulado do racismo. **Carta Capital**, 24 mar. 2021a. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/o-colorismo-e-o-bracoarticulado-do-racismo/>. Acesso em 03/08/2024.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. Jandaia, 2021b.

DUSSEL, Enrique. **1492:** o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares**, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005a.

EVARISTO, Conceição 2020. Escrivência como Fenômeno Diaspórico e Universal. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosa (org). **Escrivência: A Escrita de Nós**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros, SCHNEIDER, Liane (org.). **Mulheres no Mundo**. Etnia, Marginalidade e Diáspora. João Pessoa: Ed. Universitária; Ideia, 2005b.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá vicêncio**. Host Publications, Inc., 2007.

FANON, Franz. **Pele Negra Máscara Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Camila Alves Melo. Caricato ou original? Solitária, de Eliana Alves Cruz. **Crátilo**, v. 17, n. 1, p. 78-83, 2024.

FERREIRA, Luzia Gomes. Negra é a Mão que Limpa o Brasil: trabalhadoras domésticas no romance Solitária de Eliana Alves Cruz. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, v. 2, n. 24, p. 115-132, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía del Racismo**. Trad. Alfredo Tzveibel. La Plata: Altamira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2003.

JANTSCH, Daniela Cristine. **O cheiro da vida dos outros: o espaço dos corpos negros no romance Solitária, de Eliana Alves Cruz**. 2024.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GOMES, Laurentino. **Escravidão:** do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Vol I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**: Anpocs, 1984.

GROFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; GROFOGUEL, Ramon; Maldonado-Torres, Nelson (org). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autêntica Editora, 2018.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

ISER, Wolfgang. O ato de leitura: uma teoria do efeito estético. Tradução: Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996, v. 1------. **O ato de leitura**: uma teoria do efeito estético. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed, v. 34, 1999.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano, Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

LUKÁCS, György. 1945. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. In: **MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cultura, Arte e Literatura**: Textos Escolhidos de Karl Marx e Friedrich Engels. Trad. José Paulo Netto e Miguel Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; GROFOGUEL, Ramon; Maldonado-Torres, Nelson (org). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autêntica Editora, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

MBEMBE, Achille. **A Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, 2017.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude Usos e Sentidos**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional Versus Identidade Negra. Petropolis: Editora Vozes, 1999.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Autêntica, 2016.

RIBEIRO, Ana Carolina. Um olhar pela perspectiva decolonial para Clara dos Anjos, de Lima Barreto. **Línguas & Letras**, v. 22, n. 52, 2021.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista internacional de direitos humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Esmeralda. **Guarde o Segredo**. 1991. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafrro/teatro/24-textos-das-autoras/961-esmeralda-ribeiro-guarde-segrede>. Acesso em: 05 Nov. 2024.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: **Uma literatura nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Clara dos anjos e as Cores de lima1. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, p. 125-155, 2017a.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto-triste visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017b.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 1989.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

VITAL, Egberto Guillermo Lima; DE MELO MAGALHÃES, Antonio Carlos. A potência dos subalternos em Solitária, de Eliana Alves Cruz: A diluição do secundarismo no relato de Mabel. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, v. 33, n. 3, 2024.

WALTER, Roland. O espaço literário da diáspora africana: reflexões teóricas. **A Cor das Letras**, v. 12, n. 1, p. 9-34, 2011.

WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. In: **Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. 2007. p. 460-460.